

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
– MESTRADO E DOUTORADO –
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL

AS RELAÇÕES DA IGREJA CATÓLICA NA DIOCESE DE SANTA CRUZ DO
SUL COM OS SINDICATOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DEFESA E
PROMOÇÃO DA VIDA

Roque Hammes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Inácio Helfer.
Co-orientador: Prof. Ms. Sérgio Schaefer.

Santa Cruz do Sul, janeiro de 2002.

Instituições, Organizações e Movimentos Sociais, encontram sua razão de ser na defesa e promoção da vida no Universo.

AGRADECIMENTOS

Para que pudesse concluir a presente Dissertação, contei com vários apoios. Entre estes, registro:

Professor Mestre Sérgio Schaefer, que muito me incentivou a que abraçasse o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e foi incansável no papel de co-orientador; *Professor Doutor Inácio Helfer*, que desde o momento em que fui aprovado no Programa se dispôs em orientar-me na empreitada da Dissertação, não medindo esforços em bem cumprir seu papel de orientador; *Professor Mestre César Goes*, com o qual tive várias trocas ao longo dos anos, e que me aceitou como professor estagiário na Disciplina de Sociologia Rural; *Bispo Dom Sinésio Bohn*, *padres e lideranças* da Diocese de Santa Cruz do Sul, da Paróquia São Sebastião Mártir de Venâncio Aires e da comunidade São José de Santa Cruz do Sul, que me propiciaram as condições para que com mais afinco pudesse me dedicar aos estudos; *Nelly Valdivieso*, uma jovem equatoriana que está estudando Teologia na PUC do Rio de Janeiro e que conseguiu bons subsídios para o meu trabalho; *Sonia Reyes Herrera*, uma estudante chilena que acaba de concluir o doutorado em Sociologia na UFRGS, e que me ajudou a elaborar o projeto de pesquisa; *Jovens e assessores da Pastoral da Juventude* da Diocese de Santa Cruz do Sul que me desafiam à contínua atualização; *colegas de turma, professores, coordenação do Programa e Direção da UNISC* que em muito colaboraram no meu crescimento.

Além das pessoas, contei com o apoio financeiro da CAPES, que foi extremamente importante para que pudesse concluir a Dissertação no período de dois anos.

A todos sou imensamente grato.

RESUMO

Partimos da convicção de que as organizações, instituições e movimentos sociais se justificam na medida em que ajudam a defender e promover a vida. A partir disso, buscamos avaliar o trabalho de defesa e promoção da vida desenvolvido pelos Sindicatos de Trabalhadores, Movimentos Sociais e Igreja Católica na região de abrangência da Diocese de Santa Cruz do Sul. Para chegar a isso, começamos pesquisando as motivações que estão subjacentes ao trabalho da Igreja, onde percebemos que, na concepção das suas lideranças, a ação social é inerente à sua missão. Num momento posterior, pesquisamos a história da Igreja Católica, dos Sindicatos de Trabalhadores e Movimentos Sociais na região, onde nos defrontamos com um grande número de ações na perspectiva da defesa e promoção da vida. Finalmente, nos atemos ao relacionamento da Igreja Católica com os Sindicatos e Movimentos Sociais, chegando à conclusão de que, ao longo da história, aquela exerceu importante papel no desenvolvimento destes. Hoje, lamentavelmente, assistimos a uma fragilização dos Sindicatos e Movimentos Sociais e a um afastamento cada vez mais acentuado da Igreja Católica das causas sociais. Enquanto isso, a vida continua ameaçada através da destruição do meio ambiente, do incremento da desigualdade social e do crescente radicalismo de grupos étnicos e religiosos. Acenamos para a importância de um trabalho integrado entre as diversas instituições, organizações e movimentos que se negam a acatar pura e simplesmente as leis do mercado, propondo a vida como valor máximo a ser defendido e promovido.

ABSTRACT

We depart from the belief that organizations, institutions and social movements only account for their existence to the extent that they contribute to defend and promote life. Based on this, we seek to evaluate the job of protecting and promoting life carried out by Workers' Unions, Social Movements and the Catholic Church in the area belonging to the diocese of Santa Cruz do Sul. To achieve our goal, we began researching the motivations implied in the work of the Catholic Church and perceived that to its leadership's minds, social action is an inherent element of its mission. Later, we surveyed the history of the Catholic Church, the Workers' Unions' and the Social Movements' around the region, where we were able to witness a great deal of initiatives regarding the task of protection and fostering of life. Next, we focused on the relationship among Catholic Church, the Workers' Unions, and the Social Movements and arrived at the conclusion that, throughout history, the former has played a paramount role in the development of the latter. Nowadays, unfortunately, we notice a frailty of the Unions and the Social Movements and a serious, gradual distancing of the Church from the social causes. Meanwhile, life unfolds threatened by the constant destruction of the environment, the increase of social imbalances and the growing radicalism of ethnic and religious groups as well. Eventually, we signal to the importance of a work integrated with the various institutions, organizations and movements which refuses to abide purely and simply to the market laws, thus actually promoting life as a larger value, which deserves being secured and enforced.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 A REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DA DIOCESE DE SANTA CRUZ DO SUL.....	13
2 APOIO TEÓRICO DE ANÁLISE E DESCRIÇÃO DAS TÉCNICAS PESQUISA	21 DE
2.1 Abordagem da Dialética histórico-estrutural.....	21
2.2 Procedimentos para coleta de dados	24
3 A IGREJA CATÓLICA NA REGIÃO	27
3.1 As motivações da Ação Social da igreja.....	27
3.2 História da Igreja Católica na Região	36
3.3 Atual organização da Igreja Católica local	44
4 ORIGEM E ATUAÇÃO DOS SINDICATOS NA REGIÃO.....	48
4.1 História do Sindicalismo no Brasil	48
4.2 O sindicalismo na Região e o papel da Igreja Católica na formação dos Sindicatos.....	52
4.2.1 Frente Agrária Gaúcha	52
4.2.2 Desenvolvimento do Sindicalismo na Região	56
5 MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO	60
5.1 História dos Movimentos Sociais no Brasil	60
5.2 Atuação dos Movimentos Sociais na Região	73
5.2.1 Primeira fase: 1959 a 1964	74
5.2.2 Segunda fase: 1964 a 1974	74
5.2.3 Terceira fase: 1975 a 1982	75
5.2.4 Quarta fase: 1983 a 1995	77
5.2.5 Quinta fase: 1995 a 2000	84
5.3 Movimentos Sociais que estão organizados na região	87
5.3.1 MST: Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra	88
5.3.2 MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores	91
5.3.3 MJDH: Movimento de Justiça e Direitos Humanos	93

5.3.4 MMTR: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	96
5.3.5 Movimento de Consciência Negra	99
5.3.6 Movimento Ambientalista	102
5.3.7 Movimento Pacifista	105
6 IGREJA CATÓLICA, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS A SERVIÇO DA VIDA	107
6.1 O que entendemos por Promoção e Defesa da Vida	107
6.2 Ações desenvolvidas pelos Sindicatos, Movimentos Sociais e Igreja na direção da Promoção da Vida	112
6.2.1 Ações desenvolvidas pelos Sindicatos	112
6.2.1.1 Sindicatos de Trabalhadores Rurais	112
6.2.1.2 Sindicatos de Trabalhadores Urbanos	115
6.2.2 Ações desenvolvidas pelos Movimentos Sociais	117
6.2.2.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)	117
6.2.2.2 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	120
6.2.2.3 Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais	123
6.2.2.4 Movimento de Justiça e Direitos Humanos	125
6.2.2.5 Movimento de Consciência Negra	126
6.2.2.6 Movimentos Ambientalistas	129
6.2.2.7 Movimento Pacifista	130
6.2.3 Ações desenvolvidas pela Igreja Católica	132
6.3 Relação da Igreja Católica com os Sindicatos e Movimentos Sociais	135
6.3.1 Relação da Igreja Católica com os Sindicatos	136
6.3.2 A Igreja Católica e os Movimentos Sociais Espontâneos	139
6.3.3 A Igreja Católica e os Movimentos Sociais Organizados	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
ANEXOS	152
Anexo A – População dos Municípios da Diocese	153
Anexo B– Comparativo entre os Vales	154
Anexo C – Mudanças de um censo para outro	155
Anexo D – Município por município de um censo para outro	156
Anexo E – Posição dos municípios em relação ao ISMA	157
Anexo F – PIB total e PIB <i>per capita</i> por municípios	158
Anexo G – Localização da Diocese no Mapa do RS	159
Anexo H – Pessoas entrevistadas para a Dissertação	160

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....
165

LISTA DE ABREVIATURAS

AGAPAN: Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
ANMTR: Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
APN: Agentes de Pastoral Negra
CPD: Conselho de Presbíteros da Diocese
CDP: Conselho Diocesano de Pastoral
CEBs: Comunidades Eclesiais de Base
CELAM: Conselho Episcopal Latino Americano
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT: Comissão Pastoral da Terra
COREDE: Conselho Regional de Desenvolvimento
CUT: Central Única de Trabalhadores
DEMA: Departamento do Meio Ambiente
FAG: Frente Agrária Gaúcha
FEE: Fundação de Economia e Estatística
FETAG: Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MASTER: Movimento dos Agricultores Sem Terra
MJDH: Movimento de Justiça e Direitos Humanos
MMTR: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA: Movimento de Pequenos Agricultores
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs: Organizações Não-Governamentais
SINPROM: Sindicato dos Professores Municipais
STIFA: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins
STRs: Sindicato de Trabalhadores Rurais

INTRODUÇÃO

Existe hoje um certo consenso entre os estudiosos de que, por causa do sistema de desenvolvimento adotado, a vida está seriamente ameaçada no Planeta Terra. Por isso se insiste na necessidade de empreender políticas, pesquisas e ações que ajudem a defender e promover esta vida em todos os seus níveis. Há, inclusive, aqueles (entre os quais nos incluímos) que afirmam que as instituições, organizações e movimentos sociais somente se justificam na medida em que se relacionam com a promoção da vida, sendo que aqueles e aquelas que não tiverem por horizonte a vida perdem sua razão de ser.

Motivados por estas provocações e cientes de que a Igreja Católica¹ é uma das instituições mais fortemente enraizadas na região, nos propusemos aprofundar o seu trabalho na defesa e promoção da vida dentro do território da Diocese de Santa Cruz do Sul. Optamos por fazê-lo a partir da sua relação com os Sindicatos de Trabalhadores e Movimentos Sociais, uma vez que, no nosso entender, são eles os que com mais afinco empunham a bandeira da defesa da vida.

Na escolha do tema influenciaram vários fatores, entre os quais destacamos:

1º) a necessidade de trabalhar um tema que tivesse relação com o desenvolvimento regional, uma vez que o programa no qual estávamos ingressando tinha este enfoque;

2º) a nossa convicção de que Igrejas, Sindicatos de Trabalhadores e Movimentos Sociais influenciam no desenvolvimento de uma região e de um país. Sabedores da existência de poucos estudos sobre a sua atuação local, decidimos dar a nossa contribuição para a construção da história;

¹ Quando falamos de Igreja Católica, estamos nos referindo à Igreja Católica Apostólica Romana.

3º) o sentimento de que havia a necessidade de aprofundar a relação de Sindicatos de Trabalhadores e Movimentos Sociais com a Igreja Católica na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, uma vez que há indicações de que muitos dos Sindicatos e Movimentos Sociais devem sua existência ao trabalho da Igreja Católica e, de outro lado, a Igreja se afirma como promotora da vida na medida em que se compromete com eles;

4º) os indícios de que tanto a Igreja Católica quanto os Sindicatos de Trabalhadores e os Movimentos Sociais estão passando por uma crise de identidade. Parece que eles passaram por um período de grande comprometimento com a defesa da vida de pessoas que estavam ameaçadas em seus direitos e agora estão fechados sobre si mesmos, sem atuação destacada na sociedade. Sentíamos a necessidade de testar a veracidade dos indícios, ajudando, assim, aos Sindicatos, Movimentos Sociais e Igreja Católica a superarem a crise;

5º) na luta contra a destruição do meio ambiente e pela recuperação dos danos causados a ele, a vida somente será vencedora se houver cooperação entre todas as instituições, organizações e movimentos. Por isso, no nosso julgamento, a bandeira da defesa e promoção da vida deve ser bandeira de todos.

Como limite geográfico para o nosso trabalho escolhemos a região de abrangência da Diocese de Santa Cruz do Sul. São 39 municípios dos Vales do Rio Pardo, Taquari e Camaquã. No tempo, pesquisamos os 41 anos de existência da Diocese de Santa Cruz do Sul, ou seja, o período de 1959 a 2000. Em relação aos sindicatos, nos ocupamos com os Sindicatos de Trabalhadores rurais e urbanos, ignorando o trabalho dos Sindicatos Patronais². No que concerne aos Movimentos Sociais, estudamos, de preferência, aqueles que tiveram repercussão em toda a região. As Organizações Não-Governamentais entraram como prolongamento dos Movimentos Sociais, sendo que, por isso, não mereceram atenção especial no trabalho.

Nos propusemos, como objetivo geral “analisar a contribuição da Igreja Católica no desenvolvimento regional, pesquisando sua relação com os Sindicatos e Movimentos Sociais na área de abrangência da Diocese de Santa Cruz do Sul, com vistas a uma ação mais eficaz na defesa e promoção da vida”.

² A partir deste momento, sempre que usarmos a palavra “Sindicatos”, estaremos nos referindo aos Sindicatos de Trabalhadores.

Os objetivos específicos são: identificar as principais lutas e Movimentos Sociais presentes na região nos últimos 40 anos; resgatar a história do sindicalismo na região de abrangência da Diocese de Santa Cruz do Sul; analisar o trabalho da Igreja Católica, dos Sindicatos e Movimentos Sociais na região tendo por horizonte a defesa e a promoção da Vida; avaliar a participação da Igreja Católica nos Sindicatos e Movimentos Sociais da região; identificar possibilidades de trabalho integrado da Igreja Católica com outras instituições, organizações e movimentos sociais existentes na região, tendo em mente a defesa e a promoção da vida; subsidiar, através dos dados da pesquisa, as lideranças eclesiais, sindicais e de Movimentos Sociais.

Como apoio metodológico usamos a abordagem dialética histórico-estrutural, que parte do princípio de que a vida é dinâmica e a mudança vai se dando em meio às contradições da realidade. Na escolha do apoio foi decisiva a constatação de que a dialética é, ao mesmo tempo, “uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e de transformação” (Frigotto, 1991, p. 79). O que nos moveu ao longo da presente pesquisa foi, justamente, um profundo desejo de transformação. Estamos ansiosos em passar da sociedade pouco humana para uma sociedade mais humana; da sociedade que é injusta na distribuição dos bens para uma sociedade justa; da sociedade que coloca milhões de pessoas à margem para uma sociedade onde existe lugar para todos; da sociedade que idolatra o mercado para uma sociedade que se compromete com o Deus da Vida; da sociedade que coloca em risco a vida no universo para uma sociedade que se empenha na sua preservação e promoção.

Para a coleta dos dados nos valem, basicamente, de entrevistas e pesquisas em jornais, revistas e documentos.

O trabalho está estruturado em seis capítulos. No primeiro, tratamos da região de abrangência da Diocese de Santa Cruz do Sul, apresentando alguns dados que ajudam a conhecer a região que é o objeto da Dissertação. No segundo capítulo falamos do apoio teórico de análise e descrição das técnicas de pesquisa, destacando o Método Dialético histórico-estrutural e os procedimentos adotados para a coleta dos dados.

No capítulo terceiro explicitamos, num primeiro momento, as motivações que impulsionam a Igreja para a Ação Social. Num segundo momento fazemos um rápido resgate da história da Igreja Católica na região, culminando com a descrição da organização da Igreja Católica na Diocese de Santa Cruz do Sul.

No quarto capítulo tratamos da origem e atuação dos Sindicatos na Região. Partimos da história do sindicalismo no Brasil, para, a seguir, falarmos do sindicalismo na região, dando destaque para a Frente Agrária Gaúcha – FAG –, que foi a responsável pela organização de vários sindicatos de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul e na região.

O capítulo cinco, que trata dos Movimentos Sociais na Região, é o que levou mais tempo para ser construído. No começo tínhamos uma percepção de Movimento Social que foi se aperfeiçoando ao longo do caminho, obrigando-nos a fazer uma distinção entre Movimentos Sociais Espontâneos e Movimentos Sociais Organizados. No capítulo, num primeiro momento, definimos o que entendemos por Movimentos Sociais. A seguir, apresentamos um levantamento dos principais Movimentos surgidos na região, situando-os nas diversas fases pelas quais os Movimentos Sociais foram se estruturando no Brasil. Por último, apresentamos os sete principais Movimentos que estão organizados na região.

O capítulo central é o capítulo seis, onde tratamos do trabalho desenvolvido pelos Sindicatos, Movimentos Sociais e Igreja Católica na defesa e promoção da Vida. Partimos de uma rápida apresentação do que entendemos por *defesa e promoção da vida*. Depois avaliamos o trabalho dos Sindicatos, Movimentos Sociais e Igreja Católica a partir da ótica da promoção da vida, para, finalmente, chegarmos ao momento de relacionar a atuação da Igreja Católica com os Sindicatos e Movimentos Sociais na região a partir da mesma ótica.

1 A REGIÃO DA DIOCESE DE SANTA CRUZ DO SUL

O objeto da presente dissertação é a região da Diocese de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Ela é composta por 39 municípios dos vales do Taquari, Rio Pardo e Camaquã, “configurando uma estreita faixa de terras que se estende, em corte longitudinal por mais de 500 quilômetros em direção norte-sul” (Weber, 1990, p. 7). Do Vale do Taquari são 25 municípios, do Rio Pardo 12 municípios e do Camaquã 2 municípios³. A área abrangida é de 15.691,3 Km², onde, conforme dados preliminares divulgados pelo IBGE sobre o Censo Demográfico de 2000⁴, moram 533.078 pessoas, sendo que 62,54% moram na cidade e 37,45% no meio rural (ver mapa na página seguinte e anexo A).

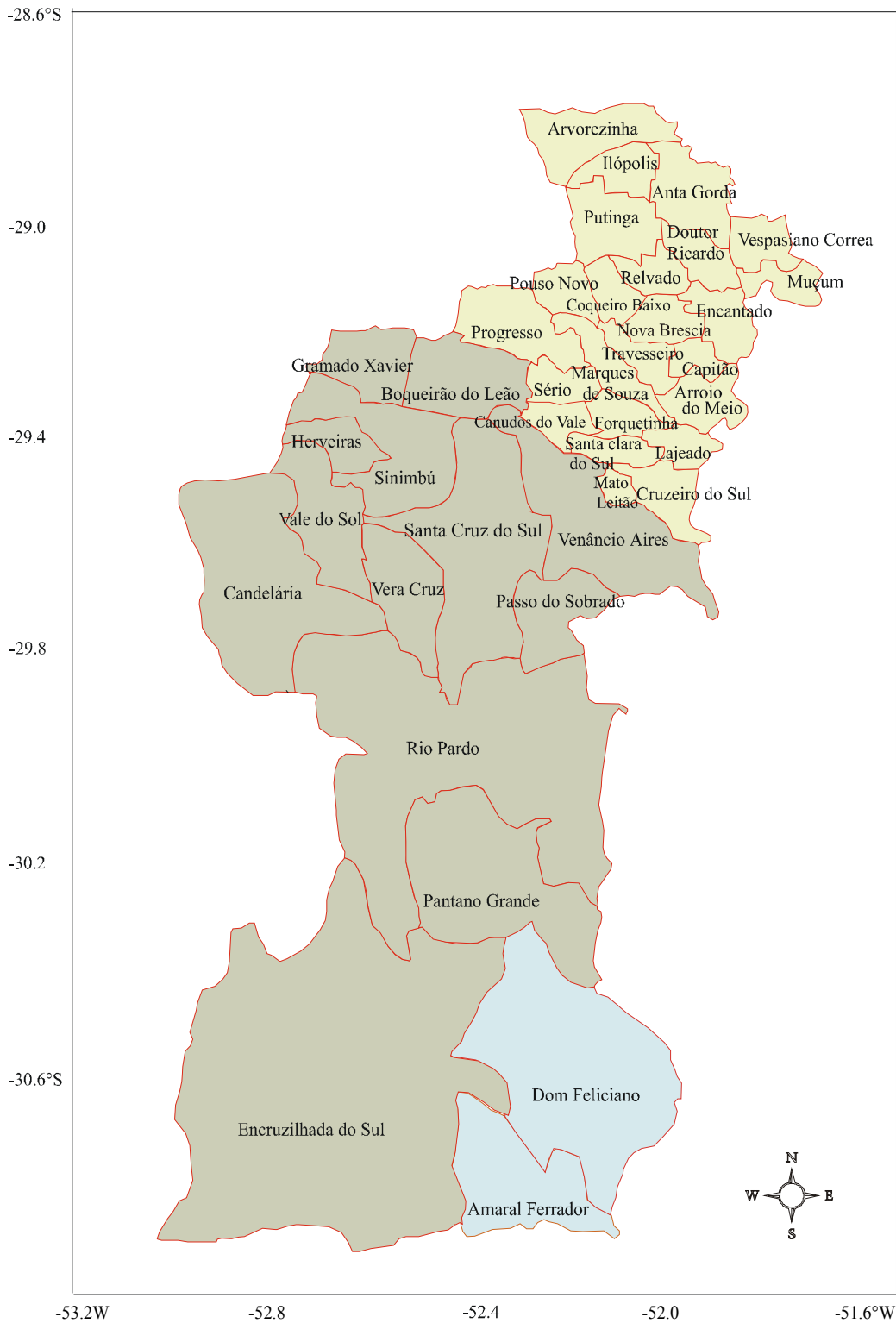
Numa comparação com a população do Estado, percebe-se que a região da Diocese de Santa Cruz do Sul possui uma população rural bem maior do que a média do Estado, onde a população urbana chega aos 79,6%, enquanto a população rural está restringida a 21,4%.

Na região, Lajeado e Santa Cruz do Sul, além de terem a maior concentração de população urbana, são também os dois grandes centros irradiadores e articuladores da vida econômica, social e cultural. Lajeado é o centro irradiador do Vale do Taquari e Santa Cruz do Sul é o centro irradiador do Vale do Rio Pardo.

MAPA DA DIOCESE DE SANTA CRUZ DO SUL

³ Politicamente, Amaral Ferrador pertence ao Corede Sul e Dom Feliciano ao Corede Centro-Sul. Conforme delimitação do IBGE, Amaral Ferrador pertence à microrregião da Serra do Sudeste e Dom Feliciano à microrregião do Camaquã.

⁴ Disponível em: <http://www.fee.tche.br/pop/urbana_rural2000/B.htm>. Acessado em 23/06/2001.



- Municípios do Vale do rio Taquari
- Municípios do Vale do rio Pardo
- Municípios do Camaquã



LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO - UNISC

ALEXANDRE RAUBER - rauber@dhgeo.unisc.br

- é sede do único Centro Universitário da Região – UNIVATES;
- possui os mais poderosos Meios de Comunicação Social do Vale do Taquari: Rádio Independente, Jornal Informativo do Vale, sucursal da RBS TV, sucursal da TVE;
- Lajeado é entroncamento rodoviário, onde se cruzam a BR 486 e a RS 130, dando-lhe todas as condições para ser o grande centro comercial e industrial da região. É por isso que ela se destaca na arrecadação de ICMS, (em 1998 foram R\$ 19.361.425,00⁵) sendo responsável por 60% de todo o ICMS recolhido entre os municípios pertencentes à Diocese na região do Vale do Taquari.

A importância de Santa Cruz do Sul se deve a fatos similares aos verificados em Lajeado, acrescentando-se alguns outros.

- Em primeiro lugar, Santa Cruz é o município mais populoso da região, somando um total de 107.501 habitantes, o que representa 20,1% da população total da Diocese.
- A única Universidade de toda a região – UNISC - está sediada em Santa Cruz do Sul.
- Aqui se encontra a RBS TV que faz a cobertura dos Vales do Taquari e Rio Pardo. Aqui também se encontra o jornal de maior circulação em todo o Vale do Rio Pardo, que é a Gazeta do Sul, com uma tiragem de 15 mil exemplares diários.
- Santa Cruz é sede da 6ª Coordenadoria Regional de Ensino e das duas igrejas de maior tradição na região (Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil).
- As maiores fumageiras do Brasil estão localizadas em Santa Cruz do Sul, sendo elas as responsáveis pelo alto volume de arrecadação de ICMS (em 1998 foram R\$ 68.019.877,00, o que representa 71% do total arrecadado em todo o Vale do Rio Pardo⁶).

Ao redor destes dois municípios, existem outros que disputam lideranças regionais menores, e buscam chamar a atenção de empresários e políticos. Assim, ao redor de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz estão despontando como pólos de atração tanto populacional como industrial. Curiosamente foram os dois municípios

⁵ Dados da FEE – Fundação, 2000.

⁶ Dados da FEE – Fundação, 2000.

da região que tiveram os maiores aumentos relativos de população na última década (Venâncio Aires passou de 55.482 pessoas para 61.207 e Vera Cruz de 17.912 para 21.303). É verdade que, para isso, eles foram favorecidos com a grande perda de território que tiveram Santa Cruz do Sul, Lajeado, Encantado e Arroio do Meio no surgimento de novos municípios. Neste momento, Venâncio Aires disputa com Lajeado o posto de segundo município mais populoso da região.

No Vale do Taquari, Encantado e Arvorezinha despontam como eixos articuladores, sendo que ao redor de Encantado se articulam Doutor Ricardo, Relvado, Nova Bréscia, Capitão e Muçum. Ao redor de Arvorezinha, se articulam Anta Gorda, Ilópolis e Putinga.

Arroio do Meio desponta como município com destacado desenvolvimento econômico-social. Assim, conforme dados referentes ao ano de 1998, Arroio do Meio é, na região, o município melhor classificado no Índice Social Municipal Ampliado – ISMA - (medido a partir da soma dos itens educação, saúde, renda, condições de domicílio e saneamento), ocupando aí a 13ª posição no Estado do Rio Grande do Sul. Ao seu lado está Santa Cruz do Sul, que ocupa a 16ª posição no Estado. Na região pesquisada, são os dois únicos municípios presentes entre os vinte primeiros classificados. Já entre os vinte últimos classificados estão, pela ordem inversa, Herveiras (que ocupa o 460º lugar entre os 467 municípios existentes no Estado em 1998), Progresso (459º lugar), Dom Feliciano (456º lugar), Gramado Xavier (453º lugar), Pouso Novo (452º lugar) e Amaral Ferrador (451º lugar)⁷.

Ainda: dos 36 municípios que existiam na região em 1998, 19 estavam entre os 150 pior classificados do Estado, e apenas 6 (Arroio do Meio, Santa Cruz do Sul, Encantado, Venâncio Aires, Lajeado e Nova Bréscia) entre os 100 melhor classificados. Os piores índices foram alcançados por municípios situados no extremo sul da Diocese (Amaral Ferrador e Dom Feliciano) e na serra da região leste (Herveiras, Gramado Xavier, Progresso, Sério, Pouso Novo e Sinimbu), onde todos estão situados na faixa dos 50 municípios com o pior índice social do Estado do Rio Grande do Sul (cf. anexo E).

Geograficamente, Encruzilhada do Sul é o maior município da região, com uma área de 3.422,0 km², e uma densidade populacional de 8,6 habitantes/km². O menor município é Mato Leitão, que tem uma área de 49,6 km² e uma densidade populacional

⁷ Dados divulgados pela FEE – Disponível: <www.fee.tche.br/isma.htm> Acesso: 28/11/2001 – referente aos anos de 1991 a 1998.

de 64,9 habitantes/km². O município com a maior densidade populacional é Lajeado, onde num km² vivem 266,5 pessoas, seguido de Santa Cruz do Sul (174,2 habitantes/km²), Encantado (131,5 habitantes km²) e Arroio do Meio (110,2 habitantes km²). A menor densidade populacional se encontra em Encruzilhada do Sul (8,6 habitantes km²), seguida de Dom Feliciano (10,5 habitantes km²), Amaral Ferrador (11,3 habitantes km²) e Pantano Grande (12,9 habitantes km²).

Economicamente, a região continua assentada, primordialmente, na produção primária, onde se destacam:

- culturas temporárias: fumo, mandioca, arroz, milho, feijão, soja, cana de açúcar e batata doce;
- culturas permanentes: erva mate, laranja, pêsego, tangerina e uva;
- produção de origem animal: leite, ovos de galinha e mel de abelha;
- criação de rebanhos: bovinos, suínos, ovinos e aves.

A pequena propriedade de economia familiar é a responsável pela maior parte da produção primária, principalmente nas regiões de colonização alemã e italiana. As indústrias que mais empregam mão de obra são: no Vale do Rio Pardo, as fumageiras (responsáveis por 59% dos empregos)⁸, e, no Vale do Taquari, as calçadistas (que empregam 32,14% da mão de obra feminina e 16,99% da mão de obra masculina)⁹.

No que se refere ao Produto Interno Bruto – PIB – (anexo F), Santa Cruz do Sul é, disparado, o município com o maior PIB total (R\$ 1.961.070.918,00 em 1997), seguido de Lajeado (R\$ 615.608.724,00), Venâncio Aires (R\$ 563.050.395,00) e Arroio do Meio (R\$ 253.435.971). Os municípios com o menor PIB total são, pela ordem inversa, Herveiras (R\$ 7.605.913,00), Pouso Novo (R\$ 8.743.700,00) e Gramado Xavier (R\$ 9.723.279,00). Em relação ao PIB total *per capita*, Santa Cruz também ocupa o primeiro lugar (R\$ 19.128), seguida de Arroio do Meio (R\$ 15.706), Muçum (R\$ 12.885), Mato Leitão (R\$ 12.588), Encantado (R\$ 11.490) e Lajeado (R\$ 10.316). Os municípios com o menor PIB total *per capita* são: Dom Feliciano (R\$ 2.390), Encruzilhada do Sul (R\$2.511), Gramado Xavier (R\$ 2.554), Herveiras (R\$ 2.826) e Amaral Ferrador (R\$ 2.840).¹⁰

Politicamente, a região foi movimentada pelo surgimento de vários novos municípios nos últimos anos. Assim, quando a Diocese foi criada, em 1959, toda a

⁸ Corede Vale do Rio Pardo, 1998, p. 62.

⁹ Strasburger, 2001, p. 1.

¹⁰ Dados da FEE referentes ao ano de 1997: <http://www.rsvirtual.net/cgi/webdata_pibmunic97.cgi>, acessado em 11/08/2001.

região era subdividida em apenas 10 municípios. Quando festejou seus 25 anos de existência, em 1984, existiam 16 municípios. Hoje a região está subdividida em 39 municípios, sendo que 24 deles têm população inferior a 10 mil habitantes.

Paralelo a isso, a região é politicamente muito conservadora. É o que dá para deduzir das últimas eleições para o governo do Estado (1998) e para o governo Municipal (2000). Para o Governo do Estado, no segundo turno, o Partido dos Trabalhadores conseguiu maioria de votos apenas em Venâncio Aires, Rio Pardo e Mato Leitão, enquanto que o candidato do PMDB fez maioria dos votos em todos os outros municípios da região. Nas eleições municipais de 2000, o PT, que é dos partidos que marcaram presença na região o mais identificado como esquerda no Brasil, conseguiu eleger apenas um prefeito nos 36 municípios da Diocese (Anta Gorda). O PPB, que é um dos partidos mais conservadores, elegeu 15 prefeitos, seguindo-se o PMDB com 8, o PTB e o PDT com 5, o PSDB, o PFL e o PT com um prefeito cada¹¹.

Culturalmente, a região está sendo marcada pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC –, com aproximadamente 10 mil alunos, e pelo Centro Universitário UNIVATES de Lajeado com aproximadamente 5 mil alunos¹². A região possui 963 estabelecimentos destinados à educação pré-escolar, fundamental e média. No Ensino Fundamental, em 1998 estavam matriculados 82.592 alunos, e no Ensino Médio 16.331 alunos¹³. Os maiores problemas estão situados na região sul da Diocese, onde Dom Feliciano, Encruzilhada do Sul e Amaral Ferrador constam na relação dos 10 últimos municípios classificados de acordo com o bloco Educação no RS¹⁴. As novidades surgidas, e que estão possibilitando a muitas pessoas continuarem seus estudos de 1º e 2º grau, são o Movimento de Alfabetização de Adultos – MOVA – do Governo Estadual, o programa das Tele-salas do Governo Federal, e o Projeto Integrar do Sindicato dos Metalúrgicos¹⁵.

No aspecto cultural deve-se também destacar a existência de vários grupos folclóricos e culturais que buscam resgatar a cultura típica de cada povo. Assim, encontramos grupos de CTG (Centro de Tradições Gaúchas) organizados em quase todas as regiões da Diocese; grupos de danças folclóricas alemãs principalmente nos

¹¹ Na análise só se leva em conta o partido que esteve na cabeça da chapa majoritária, uma vez que em 27 prefeituras houve coligações.

¹² No final de 1º semestre de 2001, eram 4.892 alunos matriculados.

¹³ FEE, 2000.

¹⁴ FEE – Disponível: <www.fee.tche.br/isma.htm> - Acesso: 28/11/2001.

¹⁵ Em Venâncio Aires, no ano de 2000, existiam 15 grupos de Tele-salas, onde estudaram aproximadamente 300 alunos. Do MOVA participaram aproximadamente 120 pessoas. O Projeto Integrar funciona, entre outros, nos municípios de Venâncio Aires e Encantado (Jornal Opinião, 21/10/00).

municípios da região central; grupos de dança polonesa em Dom Feliciano; grupos de cultura afro e de capoeira na região centro-sul e grupos de italianos na região norte e central da Diocese. Ao lado destes existe um incentivo à organização de corais por parte de igrejas, governos municipais e, inclusive, empresas. Nos últimos anos se multiplicaram os encontros de família a partir do mesmo sobrenome, revelando o desejo de resgatar valores culturais dos antepassados.

Etnicamente, em nenhuma das regiões os descendentes de africanos possuem o predomínio. No entanto, eles são presença forte nas regiões sul e centro da Diocese. O predomínio das etnias está assim caracterizado: na região sul predominam os descendentes de portugueses, açorianos e poloneses; na região central, originariamente havia o predomínio dos descendentes de alemães, sendo que neste momento está ocorrendo uma grande miscigenação de raças, principalmente a partir de cidades como Venâncio Aires, Lajeado e Santa Cruz do Sul; na região norte predominam os descendentes de italianos; na região noroeste os descendentes de açorianos e italianos. A presença indígena se faz sentir através do caboclo, que é encontrado, principalmente, nas margens dos rios e nas áreas mais íncremes da região¹⁶.

Religiosamente existe uma predominância da Igreja Católica na região. Na parte central da Diocese existe um razoável número de adeptos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Nas últimas décadas começaram a proliferar, por toda parte, outras designações religiosas, sendo as mais conhecidas a Igreja Assembléia de Deus, a Igreja do Evangelho Quadrangular, a Igreja Deus é Amor, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e a Igreja Universal do Reino de Deus. Também existem, em diversos municípios, Templos de Umbanda e Centros Espíritas. Na região central da Diocese, acentua-se rapidamente o secularismo e a busca do religioso de forma individual, sem vínculo com a instituição “Igreja”. O fato mereceu o registro de Dom Sinésio em 1994, após a Visita Pastoral feita à Paróquia de Arroio do Meio. Dizia ele: “(...) religião é assunto sempre mais particular, de foro íntimo (...) a secularização, principalmente no centro, é fato consumado; os

¹⁶ O caboclo é originário da miscigenação de índio com estrangeiro (brancos ou negros - muitos são filhos de soldados com índias). Não assimilou a propriedade individual da terra e nunca se preocupou em acumular riquezas. Produz para a subsistência e não para o comércio. Quando consegue a posse de um pedaço de terra, junta ao redor de si todos os parentes e compadres que não tem terra. Confia na providência divina (se Deus quiser), sendo que sua principal força está na capacidade de resistência e de luta. Não tem pressa na obtenção dos benefícios, confiando sempre que, mais dia ou menos dia, ele vai conseguir o que deseja. É presença marcante nos acampamentos de cortadores de mato e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (Ver Gehlen, 1998).

jovens do centro, como tendência, consideram fora da onda ser cristão e se sentiriam muito caretas num grupo de jovens” (Boletim Diocesano, abril de 1994, p. 2).

Um dos fatos que mais mexeu com a região, nos últimos anos, foi a instalação de acampamentos e assentamentos de agricultores sem-terra em Encruzilhada do Sul e Pantano Grande. Organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST-, os agricultores entraram na “envelhecida sociedade Encruzilhadense”, onde a população estava diminuindo de ano para ano, e mudaram a paisagem local, transformando terras improdutivas em produtivas e levando novas culturas para aquele local. A discussão sobre Reforma Agrária, que até aquele momento era assunto distante para a população local, começou a ser assunto próximo, uma vez que os sem-terra mostraram o rosto e apontaram a incoerência de um sistema que mantém tanta terra improdutiva entregue nas mãos de uma velha oligarquia agrária ou de empresas que usam a terra com meros fins especulativos.

Outros fatos foram: criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo; criação do Comitê da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas; organização do COREDE do Vale do Rio Pardo e do Vale do Taquari; criação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

2 APOIO TEÓRICO DE ANÁLISE E DESCRIÇÃO DAS TÉCNICAS DE PESQUISA

A presente Dissertação se baseia no Método Dialético em sua versão histórico-estrutural. Para justificar a base, fazemos uma rápida apresentação do Método, detalhando, a seguir, as técnicas de pesquisa que adotamos.

2.1 Abordagem Dialética histórico-estrutural

A origem do método dialético está na Grécia Antiga, onde “o conceito de dialética era equivalente ao de diálogo, passando depois a referir-se, ainda dentro do diálogo, a uma argumentação que fazia clara distinção dos conceitos envolvidos na discussão” (Lakatos, 1992, p. 72). Mais tarde, Heráclito de Éfeso (aproximadamente 540-480 a.C.) introduziu o conceito de *mudança* ao método, partindo “da constatação de que é por meio do conflito que tudo se altera” (Ibidem, p. 72). Aproximadamente 2300 anos depois, “ajudado pelos progressos científicos e sociais, Hegel compreendeu que no universo nada está isolado, tudo é movimento e mudança, tudo depende de tudo; assim retorna à dialética, buscando as idéias de Heráclito” (Ibidem, p. 73).

A mudança, para Hegel, se dá por causa das contradições que geram conflitos.

Hegel fundamenta-se nas contradições e, procurando as relações das partes formadoras de um todo orgânico, busca a plenitude; ora, a contradição está presente em toda a realidade; tudo tem relação com um todo (...) Os contrários são verso e anverso de uma mesma realidade; portanto, ao mesmo tempo que se antagonizam, também se identificam. A dialética é a lógica do conflito, do movimento, da vida (Ibidem, p. 73).

Nos passos de Hegel, Marx e Engels forjam a *Dialética Materialista*, que dá origem ao *Método Dialético Histórico*. Se para Hegel “são as mudanças do espírito as que provocam a mudança da matéria” (Ibidem, p. 74), para Marx e Engels, são as

mudanças da matéria que provocam a mudança das idéias. O ponto de partida são “os fatos empíricos que nos são dados pela realidade” (Frigotto, 1991, p. 79).

O exposto acima, nos mostra que não existe uma dialética “única”, mas várias dialéticas. Algumas mais “objetivistas”, como o materialismo histórico que insiste na determinação da infra-estrutura econômica. “Outras mais ‘subjativistas’, do tipo hegeliano, que vêem a história mais feita pelo homem do que acontecida objetivamente. E outras procuram um meio termo, atribuindo ao elemento político o mesmo peso dos elementos ditos infra-estruturais” (Demo, 1984, p.116), dando assim origem à *dialética histórico-estrutural*.

No presente trabalho seguimos o método dialético histórico-estrutural, atribuindo importância igual aos fatores econômico, político e ideológico. Assumimos, com isso, que existem “condições objetivas, no sentido de se imporem ao sujeito como dado encontrado” (Demo, 1990, p. 118), e condições subjetivas, que são “o espaço da criação humana histórica, aquilo que o ator social pode fazer, dentro do dado” (Ibidem, p.120).

A dialética histórico-estrutural parte do princípio de que a vida é dinâmica, e a mudança vai se dando em meio às contradições da realidade. Mais do que isso: a história justamente “é dinâmica, produtiva, criativa, nova porque é contraditória” (Demo, 1984, p. 108). Se a realidade não fosse contraditória, a história não avançaria. Daí que, as contradições jamais deixarão de existir na realidade, porque “a contradição mora dentro da realidade. Não é defeito. É marca registrada” (Demo, 1987, p. 87).

Pelo dito acima, fica claro que não se pode falar de dialética sem falar de contradição, porque ela “está ligada ao fenômeno da contradição ou, em outros termos, do *conflito*. Aceita que predomina na realidade o conflito sobre harmonias e consensos” (Demo, 1987, p. 86). A realidade sempre “tem duas faces, como se fosse uma moeda: não há moeda com uma face só; mas embora sendo duas, forma um todo” (Ibidem, p. 88). É o que se chama de unidade de contrários “ou seja, de elementos que tem na sua exclusão apenas uma face da polarização” (Ibidem, p. 89).

A “unidade de contrários” presente no interior da totalidade é o que dá origem aos conflitos, que, por sua vez, estão na origem dos Movimentos Sociais e dos Sindicatos. “Em termos sociais, a unidade de contrários mais fundamental é a DESIGUALDADE SOCIAL” (Demo, 1990, p. 125). Nunca conseguiremos superá-la totalmente, pelo simples fato de as pessoas serem diferentes entre si. E, por nunca alcançarmos a plena igualdade social, sempre estaremos mudando, impulsionados pelos “desiguais”.

Antes de ser um método, a dialética é a postura de quem não aceita os fenômenos ou os fatos como definitivos e dados, mas como provisórios e em constante construção. No dizer de Haguette (1990, p. 11), ela é um modo de ser e um modo de pensar, “que projeta o homem insatisfeito para subseqüentes conquistas sempre renovadas”. A dialética age “no plano de realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos” (Frigotto, p. 75).

O método dialético, na versão do materialismo dialético e na versão histórico-estrutural, é método da práxis.

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social (Ibidem, p. 81).

Esquemáticamente, pode-se dizer que a dialética é, ao mesmo tempo, “uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e de transformação” (Ibidem, p. 79). Nela há “um tríplice movimento: de crítica, de construção do conhecimento ‘novo’, e da nova síntese no plano do conhecimento e da ação” (Ibidem, p. 79).

A opção em seguir o Método Dialético, no presente trabalho, está assentada em dois fatos:

1º. O método dialético entende que o “conflito social é parte intrínseca da raiz da história” (Demo, 1990, p. 123). Isso nos possibilita a compreensão da realidade a partir das relações conflitantes sobre as quais se assenta a sociedade brasileira, marcada por grandes desigualdades. Entre as relações conflitantes, com as quais vamos nos deparar no estudo dos Movimentos Sociais e dos Sindicatos, estão:

- Trabalho versus Capital;
- Trabalhadores versus Patrões;
- Sem Terra e Pequenos Agricultores versus Latifundiários e Governo;
- Organizações populares versus Estado;
- Negros oprimidos versus Brancos opressores;
- Mulheres discriminadas versus Homens dominadores;
- Depredadores do meio ambiente versus Preservacionistas;
- Propulsores do desenvolvimento sustentável versus Defensores do desenvolvimento a qualquer preço;

- Pessoas que são desrespeitadas em sua dignidade de seres humanos versus Responsáveis em fazer que a Lei seja cumprida;
- Defensores de um mundo de paz para todos versus Promotores de injustiças e causadores de violência.

A concepção de que todos têm direito a uma vida digna leva sindicatos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e igrejas a lutarem pela superação das grandes desigualdades sociais.

2º. Com o presente trabalho não pretendemos fazer, unicamente, um resgate da história. Pretendemos provocar as lideranças da Igreja Católica, dos Sindicatos e da Sociedade Civil organizada a um maior comprometimento com as classes dominadas. O método dialético é o que melhor nos ajuda nesta empreitada, pelo fato de apregoar a ligação da teoria com a prática.

2.2 Procedimentos para coleta de dados

Partindo da convicção de que os Sindicatos e os Movimentos Sociais são importantes para a defesa e a promoção da vida, buscamos avaliar a participação que a Igreja Católica teve na sua organização, dinamização e coordenação dentro do território de abrangência da Diocese de Santa Cruz do Sul. Para isso, usamos as seguintes técnicas:

- pesquisa bibliográfica;
- pesquisa documental: documentos da Igreja local e Igreja regional; documentos de sindicatos e movimentos sociais; jornais e boletins da região, publicados nas últimas quatro décadas;
- entrevista com pessoas ligadas à Igreja Católica, à Frente Agrária Gaúcha, a Sindicatos e a Movimentos Sociais. Foram, ao todo 24 entrevistas. Dessas, uma foi respondida somente por escrito, duas foram em parte respondidas por escrito e em parte gravadas e 21 foram totalmente gravadas e depois transcritas em papel.

As entrevistas foram feitas a partir de um roteiro básico, com uma média de 15 questões, tendo-se o cuidado de incluir em cada uma das entrevistas, questões relativas a:

- a) relacionamento com a Igreja Católica: qual é a relação do respectivo sindicato ou movimento social com a Igreja Católica? A Igreja teve alguma influência na organização e dinamização do sindicato ou movimento?
- b) trabalhos desenvolvidos na área da saúde e educação: que trabalhos foram desenvolvidos nestas duas áreas pela Igreja, Sindicatos e Movimentos Sociais? O que continua sendo feito?
- c) reforma agrária: como a preocupação da Reforma Agrária esteve e está presente no trabalho da Igreja, dos Sindicatos e Movimentos Sociais? O que de concreto já foi feito?
- d) preservação do meio ambiente: até que ponto a preocupação com o meio ambiente já chegou aos Sindicatos, Movimentos Sociais e Igreja Católica? O que de concreto está sendo feito nesta área?
- e) participação das mulheres: qual é o papel que está reservado às mulheres na Igreja Católica, nos Sindicatos e Movimentos Sociais? Qual é a sua participação no dia-a-dia? Qual é a sua participação na coordenação ou na diretoria?

A pesquisa em jornais foi feita a partir de uma pré-seleção, zelando para que estivessem presentes os jornais de maior circulação na região e que todas as sub-regiões fossem incluídas. Ela foi feita com base nas manchetes de capa dos jornais disponíveis, uma vez que vários exemplares não foram localizados. Para nossa felicidade, o jornal mais abrangente na região ao longo dos anos (Gazeta do Sul) está arquivado, em grande parte, na biblioteca da UNISC.

A pesquisa documental foi orientada pela necessidade de buscar dados referentes a alguns assuntos específicos. Infelizmente, esta foi a pesquisa mais difícil de ser levada a efeito pela falta de organização na documentação da Igreja Católica e da maioria dos Sindicatos. Na Igreja Católica, nem mesmo o Livro Tombo das paróquias, que até poucos anos atrás era algo sagrado, está merecendo seu lugar de destaque. Os Livros de Atas do Conselho de Presbíteros, as Cartas Circulares de Dom Alberto e o Boletim Diocesano, se ainda não estão perdidos, estão esparramados por vários ambientes impróprios para a guarda de documentos. Em muitos Sindicatos, a impressão que se tem é que a cada nova diretoria que entra, tudo o que é velho é jogado fora. O que se guarda são os Livros de Atas das reuniões e o Livro Caixa que, infelizmente, tem poucos dados para o objeto da presente pesquisa.

Apesar dos limites, pensamos que, com estes instrumentos, conseguimos identificar os trabalhos realizados pelos Sindicatos e Movimentos Sociais na defesa e promoção da vida, bem como visualizar a participação da Igreja Católica nestes trabalhos. É o que vai ser apresentado ao longo dos próximos capítulos da Dissertação.

3 A IGREJA CATÓLICA NA REGIÃO

Sem a pretensão de minimizar a ação das outras igrejas, ocupamo-nos, na presente Dissertação, com a Igreja Católica Apostólica Romana. Analisaremos, num primeiro momento, as suas motivações para a ação social. Num segundo momento, lançaremos os olhos sobre a história da Igreja Católica na região, para, finalmente, apresentarmos a sua organização local.

3.1 *As motivações da Ação Social da Igreja*

Mesmo que seu trabalho primordial não esteja situado na esfera social, a Igreja Católica vem procurando, ao longo dos séculos, influenciar na política, na economia e nos aparelhos ideológicos das nações. “Formalmente, a Igreja está organizada em torno de objetivos religiosos e o governo, de objetivos seculares. (Na prática, porém,) a Igreja sempre esteve envolvida no secular e nunca hesitou em entrar no domínio temporal” (Bruneau, 1974, p. 387). É o que se confirma com as palavras do Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, quando estava por iniciar o Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1962.

Os governos despóticos gostariam e sempre exigiram que a Igreja só falasse no recinto fechado dos templos e sempre sobre o céu e o inferno e se restringisse a promover piedosas orações (...) Mas a doutrina cristã tem repercussões irreprimíveis em todos os atos e setores da vida humana. Jamais os poderosos da terra encontrarão na Igreja um instrumento dócil e submisso para seus desígnios de mando irrestrito. Erradamente a autoridade civil esperaria da Igreja um silêncio obsequioso quando, como tantas vezes acontece, a orientação seguida em atos legislativos ou executivos, colide com os direitos da consciência humana e cristã (Hastenteufel, 2001, disquete 3 ½ pol).

Com estas palavras, Dom Vicente explicita a intenção da Igreja Católica em sempre ter uma palavra a dizer no que se refere aos destinos da humanidade. Esta palavra pode ser de contestação, denúncia, concordância ou proposta. Ela está assentada em alguns valores defendidos pela Igreja e nem sempre fáceis de serem combinados, tais como a centralidade da pessoa humana, o princípio da igualdade entre todos, o princípio da justiça social, o direito de todas as pessoas terem uma vida digna, o direito à liberdade e o direito à propriedade.

Levada aos seus extremos, houve pessoas e movimentos que pensavam que a fé iria resolver todos os problemas da humanidade. Acreditavam cegamente que o mal da humanidade era a falta de fé. Esta posição nunca conseguiu consenso, apesar de alguns grupos e algumas pessoas ainda insistirem com ela. No geral,

existe a convicção de que os problemas educacionais não serão solucionados pela adesão à fé tradicional; que os problemas de saúde não serão solucionados pela meditação; os problemas políticos, pela execução correta dos rituais. Pelo contrário, a opção liberal retorna ao passado comunitário da religião para definir a sua “aplicação” como a que se preocupa com a comunidade como um todo. No entanto, neste caso moderno, a humanidade como um todo é a comunidade, e a tarefa da religião é a de trabalhar para a inclusão mais plena de todas as pessoas nos benefícios desta comunidade global (Beyer, 1998, p. 409).

Para que a Igreja Católica assumisse esta postura como oficial, foi decisivo o Concílio Vaticano II, ocorrido no período auge da Guerra Fria entre Estados Unidos e Rússia, quando a expansão do comunismo pairava como ameaça aos países ocidentais. Este ambiente mexeu com a Igreja, que se questionou sobre o seu papel, levando-a a promover mudanças no seu interior, uma vez que “ao entrar no debate político é também atingida por ele, e abre-se a mudanças através de canais que não controla” (Mainwaring, 1983, p. 57). A consequência foi a afirmação, no Concílio, de que “é a pessoa humana que deve ser salva. É a sociedade humana que deve ser renovada. É, portanto, o homem considerado em sua unidade e totalidade, corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade” (Gaudium et Spes, nº 203). Contra esta afirmação e postura, no entender de Rabuske (2001, p. 424), a sociedade globalizada e pós-moderna, guiada pela ideologia neoliberal, acentua a tendência em reduzir a ação da Igreja ao campo espiritual, induzindo a opinião pública a aceitar a assertiva de que “a Igreja não deve de forma alguma se pronunciar sobre problemas sociais, menos ainda se envolver neles”. Na prática, isso se traduz na demonização dos agentes de pastoral que lutam pela Reforma Agrária ou se pronunciam contra a ordem estabelecida que condena milhões de pessoas a uma vida sub-humana.

Na consciência das suas lideranças, a Igreja Católica existe para continuar a obra de instauração do Reino de Deus anunciado por Jesus Cristo. É o que diz, claramente, Luiz Gonzáles de Carvajal: “a la Iglesia le está prohibido convertirse en la meta de sus propios esfuerzos; ella existe única y exclusivamente en función del reino. (...) Podríamos decir que la Iglesia es la comunidad de los pretendientes al reino de Dios” (Carvajal, 1992, p. 337). Sung (1998, p. 134) ao criticar a idolatria do mercado “que exige sacrifícios de vidas humanas, que não perdoa e nem ouve os clamores dos pobres”, lembra que não nos devemos esquecer que “podemos construir (...) sociedades e instituições que, apesar de todas as ambigüidades e limitações, sendo mais justas e fraternas sejam sinais antecipatórios do Reino definitivo”. Rabuske (2001, p. 361) vai adiante, dizendo que “o Reino se aproxima quando as igrejas promovem a vida contra os mecanismos de morte da sociedade globalizada”, sendo que não é nenhum sinal do Reino o fato de muitas pessoas participarem de missas ou eventos religiosos. Menos incisivos, os bispos do Brasil dizem que a missão da Igreja consiste em prestar um “serviço ao mundo, ou, mais propriamente, ao Reino de Deus e à Paz que este traz à humanidade” (CNBB, 1999, p. 39).

Com o termo “Reino de Deus”,

se designa formalmente a utopia de Deus para todo um povo. Dito em símbolos expressivos, que o conflito torne-se reconciliação (...) que a guerra se torne paz (...) que a injustiça se torne justiça e a vida seja possível, e assim os que trabalham no campo comam do fruto de seu trabalho e os que constroem casas morem nelas (Is 65,21) (Sobrinho, 1996. p. 112).

A realização do Reino de Deus passa por aquilo que o grande propulsor da *Sociedade do Bem Estar*, John Kenneth Galbraith, chama de “sociedade justa”, que é “o alcançável, e não o perfeito”, sendo que “na sociedade justa, todos os cidadãos devem desfrutar de liberdade pessoal, de bem-estar básico, de igualdade racial e étnica, da oportunidade de uma vida gratificante” (Galbraith, 1996. p. 3 e 4). Em outro texto, ele diz que

a vida nas cidades só poderá ser melhorada com medidas governamentais: melhores escolas com professores melhor remunerados, serviços previdenciários fortes e bem financiados, aconselhamento psicológico para viciados em drogas, treinamento profissional, investimentos públicos em moradias populares, sistemas de saúde adequadamente financiados, instalações recreativas e de lazer, bibliotecas e política (Galbraith, 1992. p. 113).

Bem antes de Galbraith, em 1961, no horizonte do Reino de Deus, João XXIII (1999, nº 76) dizia que devem ser consideradas exigências do bem comum:

dar emprego ao maior número possível de trabalhadores; evitar que se constituam categorias privilegiadas, mesmo entre trabalhadores; manter uma justa proporção entre salários e preços; tornar acessíveis bens e serviços de interesse geral ao maior número de cidadãos; eliminar ou reduzir os desequilíbrios entre os setores da agricultura, da indústria e dos serviços; realizar o equilíbrio entre a expansão econômica e o desenvolvimento dos serviços públicos essenciais; adaptar as estruturas produtivas aos progressos das ciências e das técnicas; moderar o teor de vida já melhorado da geração presente, tendo a intenção de preparar um porvir melhor às gerações futuras.

Na seqüência de João XXIII, o Concílio Vaticano II afirmou que:

É preciso que se tornem acessíveis ao homem todas aquelas coisas que lhe são necessárias para levar uma vida verdadeiramente humana. Tais são: alimento, roupa, habitação, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo a norma reta de sua consciência, direito à proteção da vida particular e à justa liberdade, também em matéria religiosa. (Gaudium et Spes, nº 279)

Paulo VI (1990, nº 6), em 1967 concretizou a proposta do Reino de Deus a partir das aspirações dos seres humanos, dizendo que eles almejam

ser libertos da miséria, encontrar com mais segurança a subsistência, a saúde, um emprego estável; ter maior participação nas responsabilidades, excluindo qualquer opressão e situação que ofendam a sua dignidade de homens; ter maior instrução; numa palavra, realizar, conhecer e possuir mais, para ser mais.

Mais adiante, Paulo VI lembra que “as iniciativas locais e individuais não bastam. A situação presente do mundo exige uma ação de conjunto a partir de uma visão clara de todos os aspectos econômicos, sociais e culturais” (Ibidem, nº 13). O papa está convencido de que “o crescimento econômico depende, em primeiro lugar, do progresso social” (Ibidem, nº 35). Por isso, ele aponta para três deveres básicos: o dever de solidariedade; o dever de justiça social; o dever de caridade universal (Ibidem, nº 44 ss).

Motivados pela encíclica de Paulo VI, e, mais ainda, pelas propostas levantadas durante o Concílio, os bispos da América Latina, reunidos na Conferência de Medellín em 1968, viram a necessidade de uma maior aproximação aos pobres.

Devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres; exigência da caridade. Esta solidariedade implica em tornar nossos seus problemas e suas lutas e em saber falar com eles. Isto há de se concretizar na denúncia da injustiça e da opressão, na luta contra a intolerável situação suportada freqüentemente pelo pobre, na disposição de dialogar com os grupos responsáveis por essa situação, para fazê-los compreender suas obrigações (Conferência, 1975, p. 147).

Para ser mais eficiente e poder com mais liberdade colocar-se a serviço dos pobres e injustiçados, os bispos propuseram que a Igreja renunciasse aos lugares que

lhes estavam reservados nos palanques das autoridades, tornando-se “livre de peias temporais, de conveniências indevidas e de prestígio ambíguo” (ibidem, p. 150). Como conseqüência, a Igreja da América Latina ficou sempre mais fora dos centros decisórios do poder político e econômico,

aproximando-a cada vez mais da sociedade civil à diferença do que aconteceu, por exemplo, nas sociedades mais avançadas. Nestas, à medida que a sociedade se secularizava, a Igreja não só ficava afastada do poder, mas sem refluxo real nas camadas populares. Aqui no Brasil esse deslocamento da Igreja teve como resultado a presença do “religioso” e do “eclesial” no meio do povo assumindo formas de contestação e de denúncia exatamente do que era a “abstração” desses modelos econômicos e sociais impostos à sociedade (Palácio, 1983, p. 15).

O resultado: enquanto “o golpe militar de 1964 cerceia as organizações populares e sindicais e lança na clandestinidade, na prisão ou no exílio as lideranças do movimento popular” (Frei Betto, 1983, p. 27) proliferam, por toda parte, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que “eram pequenos grupos que articulavam gente de origens muito diversas: ativistas sindicais e operários, militantes vinculados a organizações de esquerda, moradores, padres e freiras atuando em núcleos comunitários locais” (Telles, 1988, p. 258). Estes grupos,

à primeira vista, não causavam suspeitas aos braços repressivos do aparelho de Estado. As pessoas reuniam-se em novenas, romarias, círculos bíblicos, como ainda hoje, sem que isso trouxesse apreensão tanto a elas quanto aos órgãos de segurança (...) Vão surgindo então quatro modalidades de movimentos populares, muitos deles semeados pelas próprias CEBs, mas sem se confundir com elas. (...) São essas as modalidades de movimento popular: 1º) Os movimentos de *reivindicação* (...) 2º) Os movimentos de *resistência* (...) 3º) Os movimentos de *denúncia* (...) 4º) Os movimentos de *solidariedade* (Frei Betto, 1983, p. 28-29).

A atuação da Igreja Católica durante este período, motivando as mobilizações populares e viabilizando o surgimento de Movimentos Sociais “especialmente através das Comunidades Eclesiais de Base, e a abertura tanto de espaços para reuniões, quanto para o debate das temáticas sociais, levou a história a atribuir um papel relevante a esta instituição” (Ruscheinsky, 1999 b, p. 132). Não é a importância de

um mero “agente externo”, “mediador” ou “articulador social”. Mesmo porque ela não foi simplesmente a “boa mãe”, que emprestou seu teto e deu generosa proteção em tempos autoritários: sua ação foi persistente e sensivelmente redobrada durante o período de liberalização do sistema político, somente declinando gradualmente, junto com a curva do ciclo reivindicativo, a partir da segunda metade da década de 80 (Doimo, 1995, p. 149).

Ao homenagear os vinte anos da *Populorum Progressio*, João Paulo II (1998, p. 78), assumiu que “a Igreja não tem soluções *técnicas* que possa oferecer para o

problema do subdesenvolvimento enquanto tal”. No entanto, sendo “perita em humanidade” ela diz a sua palavra “a respeito da natureza, das condições, das exigências e das finalidades do desenvolvimento autêntico e, de igual modo, a respeito dos obstáculos que o entram” (Ibidem p. 79). Na oportunidade, o papa buscou aprofundar, à luz do Concílio Vaticano II e dos documentos mais recentes da Igreja, “a opção ou amor preferencial pelos pobres”.

Trata-se de uma opção, ou de uma *forma especial* de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja. (...) Mais ainda: hoje, dada a dimensão mundial que a questão assumiu, esse amor preferencial com as decisões que ele nos inspira, não pode deixar de abranger as imensas multidões de famintos, de mendigos, sem teto, sem assistência médica e, sobretudo, sem esperança de um futuro melhor; não se pode deixar de levar em conta a existência dessas realidades (Ibidem, p. 82).

Hans Küng, por sua vez, insiste na necessidade de se buscar uma ética mundial, pois “não haverá sobrevivência sem uma ética mundial” (Küng, 1993, p. 7). E “quem melhor do que as grandes religiões mundiais estaria hoje em condições de mobilizar milhões de pessoas para uma ética mundial?” (Ibidem, p. 91)¹⁷. Na mesma linha de Küng e de João Paulo II, Bohn (1999, p.2) afirma que

a Igreja não tem competência no campo científico... Mas tem competência ética e moral. O salvamento da terra, a justiça social, a preservação da vida, a busca de uma civilização do amor e da paz entre todos os povos, são causas planetárias comuns a todas as pessoas de bom senso.

Falar de ética significa falar de justiça, uma vez que “viver eticamente é viver conforme a justiça” (Pegoraro, 1997, p. 9), reconhecendo-se “a justiça como princípio objetivo de respeito à ordem cósmica e como virtude subjetiva que leva o homem ao respeito de si, do seu semelhante e de toda a natureza” (Ibidem, p. 125). Por isso, no objetivo para a Ação Pastoral proposto pelos bispos do Brasil, se diz que a Igreja quer “participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino definitivo” (CNBB, 1999. p. 13). Sem falar diretamente de justiça, a Diocese de Santa Cruz do Sul se coloca “a serviço da vida e da esperança, nas diferentes culturas, numa atitude de diálogo com as outras religiões, a política, as ciências e organizações populares, a caminho do Reino definitivo” (Diocese, 1996, p. 20).

A esperança aumenta na medida em que a pessoa vê aumentar as “chances de vida” que “são um produto das prerrogativas e provimentos” (Dahrendorf, 1992, p. 32). Por isso, ao colocar-se a serviço da vida e da esperança a Igreja se empenha em

¹⁷ Para Küng (1999, p. 169), a ética engloba o conjunto de valores, normas e atitudes morais.

conseguir que todas as pessoas tenham respeitado os seus direitos a uma vida prazerosa e feliz, sabendo é preciso começar pelo atendimento às necessidades básicas da população. Para que isso aconteça,

só resta um caminho: as igrejas devem ter a coragem de ser com os excluídos, solidarizando-se, apoiando com todos os seus meios e participando de seus movimentos (...) O seguimento de Jesus implica não só *ser para* os excluídos, mas também e principalmente, *ser com* os que menos têm a ganhar com a atual conjuntura de globalização. (...) Trata-se de, como igreja de Jesus Cristo, caminhar com o povo, assumindo as lutas populares, que, hoje, são bastante direcionadas, sem cair na tentação de uma prática de religião de mercado (Rabuske, 2001, p. 353).

O trabalho não pode parar na luta pelo acesso de todos aos bens básicos. Na terminologia de Dahrendorf (1992, p. 23-28), *os provimentos* (alimentos, moradia, acesso à saúde e educação) são básicos, mas não são sinônimos de pessoas felizes e realizadas em sua dimensão de seres livres e “sonhadores”. Exige-se algo a mais, que Dahrendorf chama de *prerrogativas*. Além de ter as coisas, a pessoa deve ter o direito de poder aspirar a outras coisas, lutando para consegui-las. Deve ter o direito de participar das decisões (direito ao voto) e de ser respeitada em sua individualidade (direito do cidadão).

Consciente de que “na ótica da moral planetária nenhum grupo humano, nenhuma classe social particular é depositária da verdade histórica” (Lacroix, 1996. p. 52), a Igreja deve, sempre mais, se unir às outras instituições que se propõe defender e promover a vida com vistas a uma ação mais eficaz. É o que foi expresso pelos bispos na 38ª Assembléia Geral da CNBB, quando afirmaram que “a Igreja, como instituição e como corpo de fiéis, aberta ao diálogo com todos os brasileiros, quer participar da busca do bem comum, e apresenta algumas reflexões e propostas” (CNBB, 2000, p. 21).

Como propostas, os bispos sugerem:

- assumir a responsabilidade com a comunidade e a sociedade. “Convidamos nossas instituições católicas a intensificar sua ação social, em parceria com os poderes públicos, com outras Igrejas e com as ONGs” (Ibidem p. 23);
- garantir condições mínimas de subsistência;
- promover a justa distribuição de renda;
- combater a corrupção e a impunidade;
- fortalecer a consciência ética;
- promover uma sociedade que respeite as diferenças;
- preservar o meio ambiente (Ibidem p. 24-35).

Quando falamos da ação da Igreja Diocesana, não entendemos necessariamente a “Igreja como um organismo monolítico” que atua em plena conformidade com o Bispo Diocesano. Isso porque é conhecido de todos que, dentro da mesma Igreja, existem posições bastante divergentes no que se refere ao compromisso social dos cristãos. Assim, em muitas ocasiões, comunidades católicas atuam sem que o bispo ou o pároco esteja plenamente de acordo com o que se faz. Outras vezes acontece o inverso: o bispo ou o pároco toma posições que são contrárias à opinião de grande parte da população.

Um equívoco de avaliação teórica no “campo religioso” no Brasil parece-nos residir, por exemplo, na visão demasiadamente corporativista-institucional que se tem freqüentemente das igrejas, sobretudo da Igreja Católica (...) tal entendimento caricaturiza o todo extremamente complexo, flutuante, perpassado pelos conflitos sociais como é a Igreja Católica no Brasil. A visão organicista (...) não dá conta das fissuras (...) entre os “agentes de Igreja” e outros grupos sociais, sejam progressistas ou reacionários (Moreira, 1994, p. 12).

A mesma atenção se deve ter quando se fala na Igreja católica universal a partir dos anos 60. Com a nomeação de João XXIII para papa (1958), iniciou-se um processo de diversificação na ação da Igreja, uma vez que “bajo el pontificado de Pio XII, celoso defensor del sistema capitalista, admirador de Hitler e Mussolini, la Iglesia era como un organismo monolítico que seguía ciegamente a su Santo Padre” (Grigulévich, 1984, p. 327). A postura de João XXIII e, mais tarde, do Concílio Vaticano II, abalaram a “auto-imagem da Igreja, centrada até então na idéia de que ela se constituía numa sociedade perfeita, promovendo uma inversão de valores na direção de se entender serva e pobre” (Grícoliiokoi, 1996, p. 23). Abria-se o caminho para a diversidade no interior da Igreja, fazendo que “ao lado do corpo centralizado de crenças e práticas aconteçam iniciativas mais ou menos permitidas que carregam em seu rastro um processo de constantes assimilações ou expurgos” (Follmann, 1985, p. 41).

A conseqüência, na América Latina, é o deslocamento por parte de um grande número de agentes pastorais (padres, religiosos(as) e leigos(as)) para o meio das classes subalternas, encontrando-as em condições sub-humanas de vida. Para atuar nesta realidade, sentem a necessidade de compreendê-la, cientes de que “somente conhecendo os problemas da realidade, torna-se possível empreender uma ação pastoral que promova a prática do Evangelho” (Gricoliokoi p. 27). E, para estudar a realidade, recorre-se ao marxismo, entendendo que somente ele “possibilita a compreensão das relações sociais em conflito” (Ibidem, p.27). Percebe-se a necessidade de, em nome do Evangelho, abandonar a falsa neutralidade, “fazendo uma opção de classe pelas classes dominadas” (Follmann, 1985, p. 176), Com isso,

Estava aberto um amplo caminho de renovação que passaria a contar com a criatividade dos grupos e com as necessidades locais. A tarefa central era a recuperação da luta pela liberdade do homem (...) Não era mais necessário sair da Igreja para colocar-se em oposição, já que ela passava a considerá-la de forma sadia. Essa postura coloca no centro da ação, não a instituição em abstrato, mas as pessoas concretas. Renasce o sentido da comunidade que objetiva constituir relações nas quais as pessoas possam aceitar-se em profundidade com suas diferenças (Gricoliokoi, p. 24).

Com a nomeação de João Paulo II para papa em 1978, houve uma tentativa de voltar ao centralismo antigo. Pelo fato de “setores significativos da Igreja estarem consolidados em posicionamentos ideológicos transformadores, portanto contraditórios ao tradicional da Igreja” (Follmann, 1985), acentuaram-se as divergências ideológicas no interior da Igreja. De acordo com Boff (1996, p. 56), no momento presente a Igreja Católica se defronta com dois projetos distintos e em tensão: o projeto centralizador e o projeto de participação.

O *projeto centralizador*, “levado em frente pelo Centro (Papa e Cúria romana) é um projeto que tem uma face dupla: conservador por dentro e libertário por fora” (Ibidem, p. 56). Se, de um lado, “impressiona a performance pública desse Pontificado (...) o que faz problema é o modo centralizado como toda essa ‘política’ vem sendo atuada” (Ibidem, p. 64). Ela está assentada no princípio da autoridade hierárquica, exigindo obediência das bases. Enquanto o centro é fortalecido, as periferias são fragilizadas. “Temos hoje um Papa grande e bispos pequenos. Igreja central (Roma) forte e igrejas locais (dioceses) fracas” (Ibidem, p. 65). Enquanto o Papa chama sobre si a responsabilidade de se pronunciar sobre temas candentes da realidade, tais como direitos humanos, democracia, paz universal, capitalismo neoliberal, ecumenismo, “os bispos são tutelados e moderados a partir de cima. Pois é lá que se faz a ‘grande

política': o Papa pode, os bispos não" (Ibidem, p. 65). Acrescente-se a isso o fato de, conforme Bruneau (1974, p. 242-243), a Igreja normalmente elevar ao episcopado "aqueles padres que são considerados seguros" e para os quais "faltam conhecimentos em áreas que poderiam ajudar a mudança, ou que poderiam minar a sua certeza". Por isso, "enquanto não tivermos um episcopado composto de bispos especializados em outros ramos, além da filosofia e da teologia, as mudanças pastorais se tornarão difíceis" (Ibidem, p. 243).

O projeto de participação iniciado com o Concílio Ecumênico Vaticano II está tendo dificuldades de se manter. Ele está assentado no princípio de Igreja "irmã" e "companheira" em oposição ao princípio de Igreja "mestra e dona da verdade" do projeto centralizador. "O eixo é a própria Comunidade dos fiéis em sua vida e missão. Trata-se, para dentro, de uma igreja de diálogo e para fora de uma Igreja socialmente fermentadora e profética" (Boff, 1996, p. 56). Neste projeto, a Igreja não se apresenta como a dona da verdade que dita as normas morais para todos, mas como alguém que, na humildade, quer dar a sua contribuição para a construção de uma sociedade justa e fraterna.

A identificação com este projeto de "Igreja participação" nos autoriza a atribuímos à Igreja trabalhos e ações que são desenvolvidas por diversos grupos pastorais e por inúmeras pequenas comunidades espalhadas pelo território diocesano, mesmo que não tenham tido o aval do Bispo e da maioria do seu clero.

3.2 História da Igreja Católica na Região

A fé católica foi trazida para a região pelos missionários jesuítas que estabeleceram reduções nos atuais municípios de Candelária e Rio Pardo nos anos de 1633 e 1634, conhecidas respectivamente como "redução Jesus-Maria" e "redução São Cristóvão". As duas reduções foram destruídas pela bandeira de Antônio Raposo Tavares, em 1636 (Giehl, 1984, p. 5).

Num momento posterior, conforme depoimento do professor de História da Igreja na PUCRS, Zeno Hastenteufel (entrevista 2), “a fé católica foi cultivada em Encruzilhada do Sul e Rio Pardo pelos colonizadores portugueses, que eram católicos”, e pela presença de padres junto aos militares, sendo que “em 1748 temos notícia da presença de capelães militares em Rio Pardo, junto ao Forte dos Dragões”.

Os açorianos, que chegaram em meados do século XVIII (a partir de 1748),

trouxeram consigo diversos sacerdotes, os quais quiseram acompanhar parentes e amigos, e aqui fixaram suas residências nas novas povoações que iam surgindo ao longo dos rios navegáveis. Surgiram assim os povoados de Porto dos Casais, Triunfo, Santo Amaro, Taquari e Rio Pardo. Vários sacerdotes acompanharam também os militares que vinham de outras partes do Brasil para guarnecer as nossas fronteiras ou lutar contra os castelhanos (...) Foi assim que vieram sacerdotes nomeados como capelães militares para o Forte de Rio Pardo (Hastenteufel, 1987. p. 37 e 46).

Os açorianos avançaram ao longo dos rios navegáveis, entrando na região de Mariante, Venâncio Aires, Lajeado e Arroio do Meio. “E os açorianos, todos eles eram católicos. Então eu acho que a Igreja Católica chegou nesta região no século XVIII” (entrevista 2).

A primeira paróquia fundada no território que atualmente abrange a Diocese de Santa Cruz do Sul foi “Santo Ângelo de Rio Pardo, que depois troca para Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, fundada em 1764” (Hastenteufel, 1987, p. 50). Na oportunidade, todo o Rio Grande do Sul pertencia à Diocese do Rio de Janeiro. Depois de longas tratativas entre o bispado do Rio de Janeiro, a nunciatura apostólica, o governo imperial e o papa,

no dia 7 de maio de 1848, o Papa Pio IX assinava a Bula pela qual se erigia o Bispado de São Pedro do Rio Grande do Sul (...) O imperador Dom Pedro II deu o seu beneplácito já no dia 7 de dezembro de 1848, enquanto o Ministério da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos o fazia muito tempo depois, a 5 de maio de 1851 (Hastenteufel, 1987, pp. 110-111).

Como bispo da nova diocese foi nomeado Dom Feliciano José Rodrigues Prates, que era pároco de Santa Bárbara de Encruzilhada do Sul. Ele tomou posse do Bispado de Porto Alegre em 1853.

Com a colonização açoriana vieram as irmandades e confrarias, das quais existem resquícios, ainda hoje, em Rio Pardo e Encruzilhada do Sul. “Em torno das capelinhas improvisadas, fundaram as irmandades e celebravam suas festas, com vistosas roupas e alfaias, antecedidas por tríduos e novenas muito concorridas, com grandes procissões e muita música religiosa” (Hastenteufel, 1996, p. 374). O objetivo primeiro das irmandades e confrarias era “garantir as orações aos confrades e assistir,

com suas orações e consolo, aos agonizantes e defuntos pobres” (Sobrinho, 2000, p. 26), já que “só os ricos tinham procissões fúnebres solenes e podiam pagar por missas perpétuas” (Loc. Cit.).

Diferentemente da colonização açoriana, com os primeiros imigrantes alemães não vieram padres. Acresce-se a isso o fato de que “entre esses imigrantes alemães, sobretudo nos inícios, os católicos eram a minoria e os protestantes a maioria expressiva. Com o correr dos anos talvez se tenha chegado a uma proporção de 2/5 de católicos e 3/5 de evangélicos” (Rabuske, 1977, p. 196). Por não terem a presença ordinária de padres que falassem a sua língua,

a população escolhia ‘padres leigos’ que celebravam o culto sob árvores e edificios escolares, entoando cânticos e seguindo devoções colhidas do ‘Goffine’. Os sacramentos eram administrados nas visitas periódicas, e quase sempre anuais, de sacerdotes de origem lusa (Zagonel, 1975, p. 33).

É de se destacar que no ano em que os primeiros imigrantes alemães chegaram a Santa Cruz do Sul (1849) também vieram os primeiros padres de língua alemã (padres jesuítas) para o Sul do Brasil, razão pela qual os alemães que aqui se estabeleceram não sentiram tanto a falta de padres como nas regiões de São Leopoldo e Dois Irmãos. Conforme declaração de Hastenteufel (entrevista 2), tem-se notícia de que já em 1854, “um padre de origem alemã, de sobrenome Traube”, atendia os colonos alemães de Santa Cruz do Sul, a partir de Rio Pardo onde residia. Ao que parece, ele veio junto com os primeiros colonos alemães que chegaram a Santa Cruz do Sul.

Não obstante o abandono, a comunidade católica alemã

conservou seu espírito solidário e cristão. A *família* foi o primeiro e fundamental esteio. A *escola* particular e confessional vem em segundo lugar. Tiveram que construir e sustentar as próprias escolas porque o governo não teve interesse em instruí-los (...) A *comunidade paroquial* segue em terceiro lugar, revelando um profundo sentido de solidariedade (...) A *imprensa católica* surgiu para combate e defesa contra os ataques que o livre-pensador, Carlos von Koseritz dirigia contra a Igreja¹⁸ (Zagonel, 1975, p. 34).

Também os primeiros imigrantes italianos, vindos para a região em 1882, sentiram a falta de sacerdotes para presidir as rezas.

Os imigrantes procuravam organizar o culto dominical recordando, o quanto possível, o culto celebrado na longínqua igreja natal. A missa, as bênçãos, as devoções, as cerimônias (...) tudo de acordo com o tempo litúrgico (...) Escolhiam o mais sábio dentre eles para exercer a função de padre da capela (Zagonel, 1975, p. 54).

Diferentemente do que aconteceu na colônia alemã,

¹⁸ Conforme afirmações de Rabuske (1977, p. 201), pode-se deduzir que Karlos von Koseritz era jornalista maçônico que se comprazia em ridicularizar práticas da Igreja Católica, tal como a confissão, a vida religiosa e a vida sacerdotal.

o colono italiano não ligava tanto para a escola, mas recusava aceitar lotes de terra onde não tivessem uma igreja e a primeira iniciativa de ordem coletiva era a construção de uma capela onde pudesse cantar suas devoções e reunir-se para comunicar os feitos e peripécias da semana (Zagonel, 1975, p. 43).

Ao lado da capela, nas regiões de colonização italiana, logo também surgia um espaço de lazer. É por isso que ainda hoje, nas colônias italianas da região da Diocese de Santa Cruz do Sul, coexistem lado a lado os espaços de culto (capela) e lazer (canha de bocha e/ou quadra de esporte).

Em 1890 começaram a chegar os imigrantes poloneses para a região, mais especificamente, para a colônia de Dom Feliciano. “Depois de construírem, com seus próprios esforços, as suas casinhas de madeira, trataram de erguer, quanto antes, uma escolinha para a instrução de seus filhos. (...) Ao lado da escolinha apressavam-se a construir a capela da comunidade” (Stawinski, 1977, p. 234). Enquanto a instrução era feita por um membro da própria comunidade “que soubesse ler, escrever e fazer as quatro operações da aritmética” (Ibidem, p. 235), a capela era garantia de manutenção da fé do povo que era privado de um sacerdote que entendesse a sua língua. As celebrações dominicais eram presididas pelo professor ou pelo presidente da comunidade. Ao que consta, o primeiro sacerdote polonês que veio ao Rio Grande do Sul, e se estabeleceu em Dom Feliciano foi o padre Martinho Modrzejewski, em 1894.

As primeiras paróquias criadas no território que atualmente é abrangido pela Diocese de Santa Cruz do Sul foram: Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (1762)¹⁹, Santa Bárbara de Encruzilhada do Sul (1799), São José de Amaral Ferrador (1822), São João Batista de Santa Cruz do Sul (1859), Nossa Senhora da Candelária (1876), Santo Inácio de Lajeado (1881), São Sebastião Mártir de Venâncio Aires (1884), Nossa Senhora de Czestochowa de Dom Feliciano (1891), São Pedro de Encantado (1896). As demais paróquias que compõe a atual diocese de Santa Cruz do Sul foram criadas no século XX (Weber, 1990, p. 6).

A Diocese de Santa Cruz do Sul foi erigida em 15 de novembro de 1959. Era um período de grandes turbulências políticas, reflexo da guerra fria entre Rússia e Estados Unidos da América. A vitória da Revolução Cubana estava motivando os grupos de esquerda a lutarem pela mudança de regime em vários países da América Latina, inclusive no Brasil. Em outubro de 1960 Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil e João Goulart vice-presidente. A Igreja Católica estava se preparando para o Concílio

¹⁹ A data não confere com a data de Hastenteufel (1987, p. 50), para quem a criação se deu em 1764.

Ecumênico Vaticano II, convocado por João XXIII, que havia sido eleito papa em 1958. Era um período de transição para a Igreja. João XXIII insistia na necessidade de “a Igreja abrir as janelas para o mundo num grande *aggiornamento*, numa profunda renovação” (Dom Urbano, entrevista nº 1). No Rio Grande do Sul, a Igreja Católica era dependente de Dom Vicente Scherer, que assumira como arcebispo de Porto Alegre em 1947. Fruto de um tempo em que a Igreja “era um bloco monolítico” com uma estrutura e uma doutrina muito clara válida para todos, Dom Vicente assumiu o arcebispado com a disposição de concretizar a dependência de toda a Igreja do Rio Grande do Sul ao arcebispo²⁰. Em grande parte ele conseguiu realizar o seu intento, uma vez que era visível o constrangimento dos bispos gaúchos ao terem opiniões diferentes dele²¹.

Dom Vicente introjetara que o comunismo era tudo o que não prestava. Por isso, cismava em combater tudo aquilo que pudesse ter alguma semelhança com a doutrina marxista ou que pudesse caracterizar alguma aproximação com países comunistas.

Observamos, com pesar, que autoridades, parlamentares e homens públicos, não somente seguem a política da mão estendida ao comunismo, mas aceitam ostensiva colaboração dos seus adeptos. Inevitavelmente perdem a confiança da população católica que em consciência não poderá dar-lhes o voto em futuras eleições (Hastenteufel, 2001, disquete 3 ½ pol).

Por ocasião das comemorações do 14º aniversário de sua sagração episcopal, na catedral metropolitana de Porto Alegre, Dom Vicente declarou que “além das dificuldades econômicas de imensa parcela da população, nos preocupam igualmente o crescimento e a propagação das forças anticristãs e demoníacas do comunismo no Brasil e em todo mundo” (Scherer, 1961, p. 114).

Em outro momento, no Programa “A Voz do Pastor” transmitida pela Rádio Difusora de Porto Alegre, afirmava:

Não rejeitamos o comunismo somente porque se declara irredutivelmente materialista e ateu. A doutrina marxista nega também outros direitos inalienáveis da pessoa humana, como a autonomia individual, a liberdade, toda a ordem jurídica independente do Estado, a propriedade particular dos meios de produção e emprega métodos de ação incompatíveis com a filosofia cristã de vida, como a luta de classes por quaisquer meios (Hastenteufel, 2001, disquete 3 ½ pol).

O horror ao comunismo, na época, não era privilégio de Dom Vicente. Fazia parte integrante do imaginário da maioria das lideranças da Igreja Católica que se empenhavam em divulgar os malefícios do comunismo. É o que se evidencia com o

²⁰ Afirmação de Zeno Hastenteufel em entrevista concedida no dia 22/05/01.

²¹ Pessoas que costumavam participar das reuniões do regional Sul/3 da CNBB dão testemunho de que muitos bispos, inclusive Dom Alberto, na hora de se manifestar sobre algum tema, impreterivelmente acompanhavam o voto de Dom Vicente.

registro da Folha 20, do Livro Tombo da Paróquia São Sebastião Mártir de Venâncio Aires, onde consta a visita do padre Allagian, SJ, que rezou missa na Igreja Matriz e fez uma conferência no Cine Imperial de Venâncio Aires sobre “os horrores do comunismo na Rússia”, no dia 4 de outubro de 1960.

A época da criação da Diocese de Santa Cruz do Sul foi o período mais fecundo em ordenação de novos padres. De acordo com Hastenteufel (entrevista nº 2), “em 1956 Dom Vicente ordenou de uma só vez 40 padres”, caracterizando assim um fato único na história da Igreja no Rio Grande do Sul. A existência de tão grande número de padres, abriu espaço para a criação de novas paróquias e novas dioceses.

Santa Cruz do Sul foi desmembrada da Arquidiocese de Porto Alegre. Para bispo foi nomeado Monsenhor Alberto Frederico Etges, que até aquele momento era o assessor espiritual da Juventude Universitária Católica (JUC), em Porto Alegre. A nova diocese abrangia 10 municípios e 38 paróquias²². Era o período de forte florescimento da Ação Católica Especializada, sendo que na região se destacava a Juventude Agrária Católica (JAC). Também marcaram presença, na região, a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e, em menor proporção, a Juventude Independente Católica (JIC) (Debald, 2001, p. 42 a 51).

A partir de 1961, Dom Alberto começou a motivar a criação da Frente Agrária Gaúcha (FAG) em todas as paróquias, acatando uma decisão dos Bispos do Rio Grande do Sul, coordenados por Dom Vicente. A proposta era a de que em cada paróquia houvesse uma seccional e em cada comunidade “uma diretoria atuante, constituída por um presidente, um secretário e um tesoureiro” (Carta Circular nº 01 de 1964).

Na época, Dom Alberto insistia com cinco setores-base para a Pastoral de Conjunto na Diocese, sendo que entre estes estavam a JAC (Juventude Agrária Católica) e a FAG (Frente Agrária Gaúcha), para as quais deveria existir “um padre coordenador destacado em cada comarca” (Carta Circular nº 02 de 1965).

No momento em que terminou a Ação Católica Especializada (por causa do Regime Militar implantado em 1964 e da retirada de apoio dos Bispos aos seus militantes), começaram a proliferar os *movimentos de Encontro* com caráter espiritualista, destacando-se o Cursilho de Cristandade, o Emaús e o Movimento de Schoenstatt²³. Através destes movimentos houve uma volta da Igreja sobre si mesma e

²² Gazeta do Sul – edição especial- 15/11/1984, p. 8.

²³ A partir de meados de 1970, Dom Alberto fez uma opção por estes três movimentos, sendo que até o final do seu episcopado não apoiou a entrada oficial de nenhum outro movimento na Diocese.

uma motivação geral a que as pessoas se voltassem sobre o seu “eu”. Numa reação à Ação Católica que insistia no compromisso social de seus membros, “os movimentos de encontro se voltam para os problemas individuais, afetivos, psicológicos, espirituais e morais” (Piedoná, 1990, p. 42). Na Diocese de Santa Cruz do Sul, e na Igreja do Rio Grande do Sul em geral, este período se prolongou até o final da década de 1970, contribuindo, desta forma, para manter as pessoas alienadas a respeito dos problemas vividos pela população brasileira sob os abusos do Regime Militar. Aliás, deve-se destacar que, no Rio Grande do Sul não houve praticamente conflito entre Igreja e Governo nos anos de forte repressão política, diferentemente do que ocorreu em outras partes do Brasil. O fato de maior repercussão foi a prisão, em 1969, de um grupo de frades dominicanos, entre os quais Frei Betto e Frei Tito de Alencar, “acusados de colaborarem com Carlos Marighela, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização responsável por uma série de ações armadas” (Salem, 1981, p. 50).

Bastante tardiamente, com a popularização do Concílio Vaticano II, da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano em Medellín e das orientações da CNBB nacional, surgiram, no território da Diocese, diversos grupos e pastorais que buscaram ocupar o vazio deixado pela Ação Católica Especializada. Desde logo, ao resgatarem o método Ver-Julgar-Agir, estes grupos e pastorais entraram em conflito com os movimentos de encontro que possuíam forte cunho espiritualista. Entre os grupos se destacou o CETA (Centro de Treinamento para a Ação), que promoveu “Cursos de Base” com jovens de várias comunidades nos anos de 1977 a 1980. Nas pastorais se destacaram a Pastoral da Juventude, a Pastoral Operária e a Pastoral Rural. A seu modo todos contribuíram para a criação e o fortalecimento de Sindicatos e Movimentos Sociais.

Simultaneamente, começaram a ganhar espaço na Diocese os grupos de família e as pequenas comunidades de base. Foi a partir desta experiência que se organizou o grupo de reflexão das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs -, que em muito contribuiu para o despertar de uma consciência social em várias paróquias.

Dom Alberto foi bispo titular de Santa Cruz do Sul até 1986, quando foi substituído por Dom Aloísio Sinésio Bohn, que está à frente da Diocese até o presente momento. Por ser um bispo com trajetória destacada na CNBB nacional e com gosto pelas ações mais globais do que locais, Dom Sinésio se empenhou em abrir as portas da Igreja Diocesana para a Igreja do Rio Grande do Sul e do Brasil. No seu período surgiu,

como destaque na área social, o Centro Diocesano de Pastoral no Mundo do Trabalho em Rio Pardo (1989) e o Núcleo Diocesano de Justiça e Paz em Santa Cruz do Sul (1987). Realizou-se, no território diocesano, um Encontro Intereclesial de CEBs (1990), uma Romaria da Terra (1991), uma Romaria do Trabalhador e da Trabalhadora (1997) e um Encontro Estadual de Jovens (1998). A Diocese ajudou na organização da Escola Cristã de Formação Política do Interdiocesano Centro que acontece em Santa Maria. Através do Núcleo Diocesano de Justiça e Paz num primeiro momento e, depois, do Centro Diocesano de Pastoral no Mundo do Trabalho, ajudou na dinamização dos diversos Seminários Regionais de Alternativas à Cultura do Fumo.

Em 1994 se deu o primeiro assentamento de agricultores sem terra na região (em Encruzilhada do Sul), onde a Igreja prestou importante apoio, sendo que se constituiu, inclusive, uma comunidade religiosa (formada por um padre e três irmãos) dentro do assentamento. Nos anos posteriores, várias paróquias acolheram integrantes do MST, colocando suas estruturas a serviço do Movimento. Em 1998, a Igreja abriu as portas de seus pavilhões e se colocou a serviço da “Marcha da Coragem e da Esperança” organizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores. Na saída de Venâncio Aires, mesmo sem a anuência global da comunidade, os padres invocaram a benção de Deus sobre os peregrinos. Em Santa Cruz do Sul e Rio Pardo, a partir da insistência do Bispo Diocesano, pavilhões e salões da Igreja foram colocados à disposição dos integrantes do Movimento para o pernoite e as refeições. No mesmo ano, a partir do Centro de Evangelização da Juventude e dos Adolescentes sediado em Santa Cruz do Sul, em parceria com a UNISC, a Diocese fez uma ampla campanha para que os jovens de 16 anos encaminhassem seu Título Eleitoral. E, em 2000, a Diocese abraçou a proposta do Plebiscito da Dívida Externa, sendo que 26.497 pessoas se manifestaram pelo não pagamento da Dívida Externa nos municípios da Diocese.

3.3 *Atual organização da Igreja Católica na região*

A Igreja Católica, diferentemente das outras igrejas existentes na região, tem uma organização em nível mundial. Esta organização é extremamente hierárquica e centralizada, sendo que “suas estruturas são pesadas tanto em referência à doutrina (dogmas), quanto à liturgia e à organização funcional” (Boff, 1996, p. 55). Com um discurso fortemente democrático para fora, internamente ela está organizada para funcionar de forma autoritária, sendo que o uso de práticas democráticas é algo excepcional em seu interior. A repercussão disso se dá nas comunidades, uma vez que,

em última instância, é o papa quem nomeia o Bispo para a Diocese e é o Bispo quem nomeia os padres para as paróquias e as funções diocesanas. Nas paróquias, por sua vez, cabe aos padres, em sintonia com o Bispo e o Papa, legitimar o trabalho das lideranças, apoiando-as em seu trabalho ou substituindo-as por outras supostamente “mais fiéis”. Tudo isso leva a Igreja a ser lenta e pouco pluralista na hora de dar respostas “às múltiplas demandas pastorais do cambiante mundo moderno” (Ibidem, p. 55).

Atualmente, a Diocese de Santa Cruz do Sul está subdividida em 50 paróquias, aglutinadas em 11 comarcas ou áreas de pastoral. As paróquias se subdividem em aproximadamente 1.100 comunidades, muitas delas com sua capela ou seu centro comunitário próprio. Trabalham, nesta Diocese, 62 presbíteros, 04 diáconos, 303 religiosos e religiosas, aproximadamente 2.500 catequistas, 1.600 animadores de comunidade e 1.700 ministros extraordinários do batismo, da comunhão, da esperança ou da palavra²⁴.

A administração geral é feita pelo Bispo diocesano, acompanhado de perto pelo Vigário Geral. Para administrar as finanças e zelar pelo patrimônio existe um Conselho de Assuntos Econômicos. Para decidir sobre os passos a serem dados na pastoral existe o Conselho Diocesano de Pastoral, integrado por padres, religiosos(as) e leigos(as), que se reúne três vezes por ano. As grandes linhas pastorais são definidas na Assembléia Geral de Pastoral que acontece de 4 em 4 anos. Questões menores são encaminhadas pelos Conselhos de Presbíteros, Religiosos(as) e Leigos(as). O Conselho de Presbíteros se ocupa prioritariamente com as questões dos padres; o Conselho de Religiosos com as questões dos religiosos e das religiosas; o Conselho de Leigos com as questões atinentes aos leigos, principalmente, às suas lideranças.

Os encaminhamentos são feitos, em primeiro lugar, por uma coordenação diocesana de pastoral indicada pelo Bispo. Junto a ela trabalham os Centros Diocesanos, as coordenações das diversas pastorais e as coordenações dos movimentos. Os centros são:

- Centro Diocesano de Formação Pastoral e Teológica – CDFPT – que tem a incumbência de zelar pela formação de padres e lideranças leigas na Diocese;
- Centro Diocesano de Pastoral no Mundo do Trabalho – CDPMT – que está sediado em Rio Pardo, e tem a missão de coordenar o trabalho social da

²⁴ Os dados constam no 7º Plano Diocesano de Evangelização da Diocese, lançado em março de 2001.

Igreja. Junto a ele funciona a ASDISC – Ação Social da Diocese de Santa Cruz do Sul;

- Centro de Evangelização da Juventude e dos Adolescentes – CEJA – que é responsável pela coordenação do trabalho junto aos jovens e adolescentes;
- Centro Diocesano de Animação Vocacional – CDAV – encarregado de motivar pessoas a se engajarem no trabalho da Igreja, principalmente através do sacerdócio e da vida religiosa.

As principais pastorais são: Catequese, Liturgia, Ensino Religioso, Comunicação, Pastoral Rural, Pastoral do Menor, Pastoral Carcerária, Pastoral da Juventude, Coroinhas, Pastoral da Saúde, Pastoral do Idoso, Pastoral da Criança, Pastoral Familiar.

Os Movimentos de Igreja com presença destacada na Diocese são: Cursilho de Cristandade; Renovação Carismática Católica (RCC); Schoenstatt e Apostolado da Oração. Além deles existem grupos de GEN (Geração Nova), JUFRA (Juventude Franciscana) e JUMAR (Juventude Marista).

Paróquias e comunidades são motivadas a terem o seu Conselho Administrativo e o seu Conselho de Pastoral.

A Diocese de Santa Cruz do Sul se articula com as outras dioceses em três níveis diferentes. O primeiro nível é o Interdiocesano-Centro, composto pelas Dioceses de Santa Cruz do Sul, Cachoeira do Sul, Santa Maria, Cruz Alta, Santo Ângelo e Uruguaiana. O segundo nível é o Regional Sul/3 da CNBB, composto por todas as Dioceses do Rio Grande do Sul, que tem na presidência, neste momento, o Arcebispo de Porto Alegre, Dom Dadeus Grings. O terceiro nível é o Nacional, organizado a partir da CNBB, presidida no momento por Dom Jaime Chemello, bispo de Pelotas, RS.

Em relação às outras Igrejas, a Diocese de Santa Cruz do Sul está bastante bem articulada com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB -, com encontros periódicos de padres e pastores nas regiões de Santa Cruz do Sul e Lajeado. Com as demais igrejas não existe nenhuma articulação organizada. Em boa parte dos agentes de pastoral cresce a convicção de que a grande guerra religiosa que vivemos

Não é uma guerra entre católicos e protestantes, muçulmanos e cristãos, mas entre uma religião que não ousa dizer o seu nome e que, de facto, rege actualmente todas as relações sociais e todas as relações internacionais: o monoteísmo de mercado, que afecta todas as idolatrias (Garaudy, p. 14).

Fora da organização oficial, existe uma articulação das comunidades entre si, conhecida como Articulação das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base. Esta articulação acontece através de uma coordenação diocesana, formada por pessoas de comunidades não necessariamente ligadas à estrutura paroquial. Ela organiza encontros diocesanos (em 2001 aconteceu, em Venâncio Aires, o 21º Encontro) e encaminha pessoas para participar dos encontros regionais e nacionais. Historicamente, esta coordenação é feita por religiosas inseridas nas comunidades de periferia das cidades de Arroio do Meio, Lajeado, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Encruzilhada do Sul, junto com leigos destas mesmas cidades e alguns poucos padres que apostam neste jeito de ser Igreja.

4 ORIGEM E ATUAÇÃO DOS SINDICATOS NA REGIÃO

A região abrangida pela Diocese de Santa Cruz do Sul conta com aproximadamente uma centena de entidades sindicais²⁵, sendo que aproximadamente metade delas são entidades de trabalhadores rurais. Organizadas para defenderem os interesses dos trabalhadores, as entidades sindicais do meio rural desde o princípio enveredaram pelo caminho do assistencialismo, fazendo aquilo que seria papel do Estado. Também as entidades sindicais do meio urbano, depois de uma gloriosa trajetória de conquistas salariais e sociais em favor de suas classes, premidas pelo aumento do desemprego e da falta de política pública de saúde, estão buscando a sua justificação em práticas assistencialistas. Mais do que confronto ao Estado e aos donos do poder econômico na defesa da classe, as entidades sindicais acabaram, com isso, se tornando parceiras na busca de soluções, principalmente para a área da saúde e assistência. É o que vai ser aprofundado no presente capítulo.

4.1 *História do Sindicalismo no Brasil*

A primeira lei sindical no Brasil foi promulgada em 1903,

permitindo aos trabalhadores rurais a organização de sindicatos “para a defesa dos seus interesses”. Tratava-se, porém, de sindicatos corporativos, ou seja, incluíam empregadores e empregados por igual. Embora inexpressiva, esta lei sindical inspirou outras de maior importância. Assim, em 1907, é seguida do Decreto Legislativo nº 1637, que permite a constituição de “sindicatos profissionais e sociedades corporativas” (...) Não há limitação quanto ao número de sindicatos existentes em cada categoria (Lobos, 1985, p. 76).

Em março de 1931, Getúlio Vargas promulga a Lei de Sindicalização.

Esta lei regula a sindicalização das classes operárias e patronais, submetendo-as praticamente ao controle do Estado. O sindicato, que antes era uma

²⁵ No guia telefônico da CRT de 1998, estão catalogados 87 sindicatos.

instituição de direito privado, torna-se agora uma instituição de direito público, sujeito ao *reconhecimento* do Ministério do Trabalho para efeitos legais. Proíbe-se também toda propaganda “ideológica” no sindicato, com o qual pretende-se eliminar a hegemonia anarquista e comunista. Abandona-se o regime de pluralidade sindical, vigente desde 1907. Isso obriga uma categoria profissional a se fazer representar por um sindicato, aquele que reúne 2/3 da classe ou o maior número de associados (Ibidem, p. 82).

Ao mesmo tempo em que promulgava a Lei da Sindicalização, Getúlio Vargas concedia uma série de benefícios aos trabalhadores, tais como a fixação da jornada de trabalho em 8 horas e a proteção do trabalho aos menores e às mulheres. Junto com isso, o governo deu uma série de benefícios aos trabalhadores sindicalizados, como o direito a férias, transformando assim o sindicato em uma “organização de massa, dependente dos favores do Estado e receptiva aos apelos patronais” (Ibidem, p. 83).

A fase constitucional do governo Vargas (1934 a 1937) “foi inaugurada com o Decreto Legislativo nº 24.694, cuja disposição mais importante consistia na restauração do direito de pluralidade sindical e de completa autonomia dos sindicatos” (Ibidem, p.84). Mesmo tendo como motivação o enfraquecimento dos “sindicatos até então dominados pelos anarquistas e comunistas”, o restabelecimento da pluralidade sindical foi o “prenúncio da dinamização da atividade sindical no país” (Loc. cit.). Assim, “os 369 sindicatos que existiam em 1933 transformaram-se em aproximadamente um milhar em 1938” (Ibidem, p. 85).

Em 1939, dentro da fase do Estado Novo, “a unidade sindical é abolida, sendo reconhecido apenas um sindicato para cada categoria profissional. A autonomia sindical por sua vez desaparece em função da interferência ministerial sobre praticamente todos os movimentos do sindicato” (Ibidem, p. 87). Definindo que cada localidade só pode ter um único sindicato por categoria, “o governo assegura o diálogo com apenas um único interlocutor pelo lado trabalhista. Ao mesmo tempo (...) formaliza-se o paralelismo sindical” (Ibidem, p. 88), induzindo os empregadores a também se organizarem em sindicatos. Elimina-se a referência a ofício ou empresa, interessando apenas “a atividade econômica da empresa à qual pertencem as pessoas sindicalizadas: indústria, comércio, transportes marítimos” (Ibidem, p. 89). Conseqüentemente, “a figura do sindicato como expressão de resistência operária fica descaracterizada” (Ibidem, p. 88).

Neste seu trabalho, o Governo Vargas tem o apoio dos Círculos Operários, que são organizados pela Igreja Católica, e que “se constituíram num movimento de oposição às tendências de esquerda, mas nunca de oposição à orientação do Estado e das

classes dominante, pois sempre se pautaram por uma visão harmonizadora entre o capital e o trabalho” (Manfredi, 1996, p. 93).

Em 1945, aproveitando-se do fato de boa parte dos sindicatos estarem sob o seu domínio, os comunistas criaram a primeira organização intersindical do Brasil - o Movimento Unitário dos Trabalhadores (MUT). Logo depois, eles se dedicaram “a organizar a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, uma central sindical nos moldes da CGT francesa” (Lobos, 1985, p. 91). Em 1947, o governo do General Dutra, colocou na ilegalidade o Partido Comunista, o MUT e a CGT. “Ao mesmo tempo, os principais sindicatos são submetidos à intervenção por parte do Ministério do Trabalho” (Ibidem, p. 91).

Vitorioso nas eleições de 1950, Getúlio Vargas “elimina o atestado de ideologia exigido aos candidatos a eleições sindicais e exorta os trabalhadores a se organizarem em torno dos sindicatos” (Ibidem, p. 92). Já no governo de Café Filho, que assumiu no lugar de Vargas, recomeçou a repressão sindical, sendo que “até meados de 1955, muitos sindicatos importantes sofreram intervenção oficial, numa clara manifestação de força destinada a desestimular líderes independentes ou mesmo comunistas” (Ibidem, p. 93).

Ao longo do Governo de Juscelino Kubitschek, que foi eleito com o apoio de muitas lideranças sindicais, o sindicalismo se dividiu em três grupos: os democráticos (católicos de esquerda, comunistas dissidentes e independentes), “que atuavam no movimento sindical rural, através do MEB e, no âmbito do movimento urbano, através de entidades vinculadas à ação católica” (Manfredi, 1996, p. 76); os classistas (comunistas, socialistas e petebistas), que mantiveram “a hegemonia política no movimento sindical no período de 1960/1964” (Ibidem, p. 76); os ministerialistas, articulados ao alto clero, cujo objetivo era a “luta contra o comunismo e por um Brasil cristão-democrático” (no Rio Grande do Sul eles se tornaram presentes, principalemnte, através da FAG – Frente Agrária Gaúcha).

No governo de João Goulart, o sindicalismo rural ganhou força, impulsionado pelos partidos comunistas e pela ação da Igreja Católica, sendo que “de 6 sindicatos camponeses existentes em 1961, passa-se a 1.300 em 1964” (Lobos, p. 95).

O Governo Militar que se instalou no Brasil em 1964, trata a questão sindical com o rigor da Lei. Sindicalistas que não se enquadram, como foi o caso do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz do

Sul, Roberto Hartungs, são perseguidos e presos. Define-se que o papel do sindicato é “prestar assistência ao associado”.

“Muito particularmente (...) exerce-se estreito controle sobre os recursos financeiros do sindicato através da arrecadação antecipada do imposto, assim como da fiscalização do destino dos recursos correspondentes à parte sindical (...) Não é mais possível financiar atividades reivindicatórias, quer sejam políticas ou salariais” (Ibidem, p. 96).

Os sindicatos deixam de exercer sua função reivindicativa, tornando-se meros prestadores de assistência social, sendo incentivados a organizarem gabinetes dentários e consultórios médicos, e criarem bolsas de estudo para os filhos de associados. No dizer de Pedro Osvino Etges (entrevista 6), “tinha dinheiro sobrando que era para os sindicatos darem assistência”. Uma das principais funções “dos sindicalistas de confiança do novo regime (...) seria deslocar a atuação dos sindicatos do campo da reivindicação por melhores condições de trabalho para o assistencialismo” (Rodrigues, 1999, p. 17). Tudo, no sindicato, é controlado pelo Governo, que se arvora o direito de “vetar candidatos a eleições sindicais que sejam ideologicamente contaminados” (Lobos, p. 96).

A mudança começa a se dar em 1978/1979, quando os primeiros indícios do retorno à democracia foram aparecendo com a volta dos exilados políticos e os grandes movimentos de greve deflagrados no ABC paulista.

O movimento grevista iniciado em 1978 em São Paulo deixou traços profundos no cenário político brasileiro. A retomada da iniciativa dos trabalhadores no final da década de 70, depois de 14 anos sufocados pelo autoritarismo militar, significou a entrada na cena pública de amplas camadas das classes trabalhadoras que desde 1964 não conseguiam se fazer ouvir na sociedade brasileira (Rodrigues, 1999, p. 74).

Começa-se a discutir o papel dos sindicatos, formando-se o grupo dos autodenominados “autênticos”, que não se ligam a partidos políticos e mantêm distância “das lideranças sindicais tradicionais, entrincheiradas nos altos escalões da pirâmide sindical” (Lobos, p.100). Generaliza-se o termo *Novo Sindicalismo*,

que se propõe romper com as práticas estabelecidas no passado (...), principalmente aquele demarcado pelo período compreendido entre 1945/1964. (...) Ao *velho sindicalismo*, dito *populista*, deixava-se o fardo de ser caracterizado por um distanciamento das bases e pouco empenho reivindicativo pelos interesses imediatos das classes trabalhadoras, em detrimento da participação nos arranjos políticos mais amplos (Santana, 1999, p. 134).

O *Novo Sindicalismo* se constrói “no conjunto de encontros articulados pelos dirigentes sindicais e por agentes pastorais, numa tentativa de cristalizar um movimento de unidade entre sindicalismo e movimento comunitário” (Cruz, 2000, p. 60). “O termo

novo é usado pelos seus adeptos com a pretensão de poder diferenciar o movimento daquelas práticas conservadoras, ditas *pelegas*, que dominam os sindicatos oficiais” (Cruz, 1998, p. 36) e que eram alimentados pelo imposto sindical onde “os dirigentes atuam como gerentes de um aparelho burocrático com funções assistenciais” (Sader, 1995, p. 180). O principal instrumento de ação do Novo Sindicalismo é a greve, que estabelece um confronto com a política econômica da ditadura militar, revelando “uma atitude anti-regime militar e antigoverno” (Cruz, 1998, p. 38). No RS se contabilizam mais de 40 greves entre os anos de 1979 e 1980, “atingindo as principais categorias de trabalhadores (...). Em 1979 deflagram-se greves de médicos, professores (imobilizados desde 1956), bancários, mineiros, trabalhadores da construção civil entre outros” (Loc. cit).

A Constituição de 1988 devolve aos trabalhadores a autonomia na organização de seu sindicato, sendo “vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”, ao mesmo tempo em que proclama a liberdade do trabalhador em se filiar, ou não, ao sindicato” (Brasil, 2001, art. 8º).

Atualmente, o sindicalismo está se defrontando com os problemas do desemprego e da diminuição do emprego formal, sendo que “o serviço supera, hoje, com sua lógica específica, o mundo da indústria, e já existe a possibilidade técnica de dispensar a maior parte dos trabalhadores” (Oliveira, 2001, p. 85). Em outros termos, “reduz-se o espaço do emprego formal e explode o *emprego informal* (...). Abaixo do setor informal desenvolve-se com extrema rapidez o que podemos chamar de *setor ilegal*” (Dowbor, 2000 a, p. 14). Neste novo contexto, o sindicalismo vai perdendo sua força, sendo que, conforme Oliveira (2001, p. 223), há quem chegue a considerá-lo supérfluo. Sintomaticamente, Schmidt (2001, p. 153), ao analisar a atuação dos sindicatos nos anos 90, afirma que eles “estiveram longe do papel de ponta que exerceram na arena política no final dos anos 70 e início dos anos 80, quando foram um dos principais atores no processo de redemocratização do país”.

4.2 O sindicalismo na região de Santa Cruz e o papel da Igreja Católica na formação dos Sindicatos

É impossível estudar a trajetória do sindicalismo na região sem referência ao trabalho da Igreja Católica. *No meio urbano*, ela começou marcando presença através

dos Círculos Operários, sendo conhecidos os círculos de Encruzilhada do Sul²⁶, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul²⁷ e Encantado²⁸. No mesmo período a Igreja se fez presente através da Ação Católica Especializada, especificamente, a Juventude Operária Católica (JOC)²⁹. Num segundo momento, a partir da década de 1980, ela se fez presente no meio urbano através da Pastoral Operária, da Pastoral da Juventude, e das CEBs.

No meio rural, a presença da Igreja se deu, primeiramente, através da Frente Agrária Gaúcha (FAG) e, posteriormente, através da Pastoral Rural. Pela marca que deixou no sindicalismo rural, dedicamos um espaço especial à FAG.

4.2.1 Frente Agrária Gaúcha (FAG)

Responsável pela criação direta de 15 Sindicatos de Trabalhadores Rurais na região, e, no papel de “entidade aglutinadora da quase totalidade dos camponeses gaúchos nos anos 60 e 70” (Bassani, 1986, p. 9), a FAG foi fundada aos 18 de outubro de 1961 pelos Bispos do Rio Grande do Sul, tendo obtido a condição de “pessoa jurídica no dia 08 de fevereiro de 1962” (Ibidem, p. 101). Deve-se ressaltar que esta não foi uma iniciativa pioneira da Igreja Católica, uma vez que já desde 1958 ela estava empenhada na fundação de sindicatos no Rio Grande do Norte, através do “Movimento de Natal”³⁰, que estava sendo presidido por Dom Eugênio de Araújo Sales, Bispo Auxiliar de Natal desde 1954. E foi, com certeza, o Movimento de Natal que motivou os Bispos do Rio Grande do Sul a constituírem a FAG, assim como também serviu de motivação à ação da Igreja em outros Estados, com destaque para Pernambuco (Camargo, 1971, p. 102).

A FAG surgiu, no dizer do seu grande idealizador, o cardeal Vicente Scherer, “para socorrer o trabalhador da terra, antes que ele, desesperado e enfurecido, siga os apelos dos demagogos e aventureiros”³¹. (Scherer, 1967, p. 54). A proposta era

²⁶ Jornal do Sudeste, 25/04/1981.

²⁷ Gazeta do Sul, 12/01/1960.

²⁸ Jornal Opinião, 21/10/1971.

²⁹ Gazeta do Sul, 20/08/1960.

³⁰ Pela expressão “Movimento de Natal” se entende “o conjunto das atividades sociais e religiosas desenvolvidas a partir de 1948 pela Diocese de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte” (Camargo, 1971, p. 38). Entre outras atividades significativas, o Movimento deu origem ao MEB, em 1960. A sua inserção no trabalho sindical foi impulsionada pelo trabalho das Ligas Camponesas, que estavam despontando de forma ameaçadora “nos limites do vizinho Estado da Paraíba” (Ibidem, p. 102). Mesmo assim, no Rio Grande do Norte, “os patrões consideram os sindicatos como comunistas, e a Igreja é responsabilizada pela atuação subversiva dos sindicatos, sobretudo no período de 1962-1963” (Ibidem, p. 140).

³¹ Por “demagogos e aventureiros”, conforme se deduz do texto, entendiam-se as lideranças ligadas a partidos comunistas que estavam agindo no Brasil, especialmente através das Ligas Camponesas de Francisco Julião nos estados de Pernambuco e Paraíba, e do MASTER de Leonel Brizola no Rio Grande

“arregimentar os agricultores e levá-los a participar intensamente na vida pública e econômica, mediante a organização de sindicatos de assalariados rurais e de pequenos proprietários” (Ibidem, p 65). A razão é que eles “vivem abandonados à sua própria sorte, incapazes de superar as dificuldades que a muitos esmagam” (Ibidem, p. 71).

Todas as indicações levam a deduzir que a motivação inicial para a criação da FAG era o combate ao comunismo, que estava se popularizando através das Ligas Camponesas criadas em Pernambuco e do Movimento dos Agricultores Sem-Terra – MASTER -, fundado em Encruzilhada do Sul e presente em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Entendia-se que “os sindicatos, influenciados por agitadores marxistas, nas suas atividades políticas, em última instância querem e visam à implantação da subversão soviética” (Hastenteufel, 2001, disquete 3 ½).

A indicação é reforçada com as palavras de um dos maiores líderes da FAG, o então bispo auxiliar de Porto Alegre, Dom Edmundo Kunz. Ao falar da difícil situação em que se encontravam os agricultores no ano de 1961, dizia que

não é de admirar que os humildes e indefesos lavradores se tornassem o alvo predileto da demagogia dos novos profetas e dos exploradores políticos: o movimento dos agricultores sem terra (MASTER), agitadores marxistas e politiqueros que encheram as roças e coxilhas com suas promessas e convites. Surgiram sindicatos de politicagem, sindicatos de papel e sindicatos de interesses pessoais (Kunz, 1977. p. 6).

A relação da criação da FAG com a quebra de braço da Igreja contra o comunismo está corroborada pelas palavras de Goes (1997, p. 62), para quem não resta dúvida de que a FAG estruturou-se

a fim de fazer frente ao avanço de outros atores, que propunham formatos para a organização política dos trabalhadores rurais no Brasil, em especial, a proposta das Ligas Camponesas no nordeste, norte e centro brasileiro; a atuação do partido comunista na fundação de sindicatos de trabalhadores rurais e, em especial, no Rio Grande do Sul o crescimento do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra).

Contrariando todas estas afirmações, Scherer (1967, p. 88) afirma que “a FAG não surgiu para combater o comunismo. (...) no caso de o movimento comunista desaparecer, (...) a FAG continuará, sem mudança de rumos, o seu caminho e a sua tarefa que visa exclusivamente à promoção integral do homem do campo”.

O movimento comunista desapareceu (ou foi sufocado) em 1964. A FAG estava livre para fazer o seu trabalho sem a concorrência dos “agentes comunistas”. Com

exceção de alguns pequenos atritos³², ela trabalhou em sintonia com o novo regime vigente, disposta a

colaborar com os poderes públicos e demais associações a favor do desenvolvimento da solidariedade social e do progresso onímodo da coletividade. A defesa dos interesses legítimos dos associados, que cabe ao sindicato promover intransigentemente, por meios honestos, não suscita e não favorece, de modo algum, aquela luta ou guerra de classe, sustentada pelos adeptos do marxismo como arma de combate para a vitória do comunismo e a conseqüente supressão de qualquer liberdade de associação (Scherer, 1967, p. 72).

A postura adotada pela FAG “repercutiu em sua atuação, que se caracterizou como uma práxis sindical conservadora. (...) o sindicato não pretendia ser um órgão de atuação política transformadora da sociedade com a conseqüente tomada de consciência de seus agentes” (Bassani, 1986, p. 144). Talvez esteja aqui um indicativo da razão de muitos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, até hoje, terem dificuldade em assumirem posições mais radicais na defesa dos interesses da sua classe.

Mesmo sendo fundada pelos Bispos e permanecendo sempre sob o seu controle, a FAG “não é uma organização confessional ou religiosa, mas procura mobilizar agricultores sem distinção de cor, raça e religião” (Scherer, 1967, p. 65). Por isso, “convidamos oficialmente os representantes da Igreja Luterana em nosso Estado a participar desta frente única dos agricultores para, em bases democráticas e cristãs, promoverem os interesses econômicos, sociais e culturais de sua classe” (Ibidem, p. 88). A resposta da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil foi positiva, sendo que vários pastores se integraram no trabalho da FAG. Em Venâncio Aires, o Pastor Hubert Kirscheim foi um dos consultores da FAG, ao lado dos padres da comarca³³, e na região do Alto Taquari, o Pastor Vitor Lehenbauer foi um dos seus mais ardorosos incentivadores³⁴.

Amparada na estrutura das Igrejas, especialmente na estrutura da Igreja Católica, a FAG cresceu rapidamente, sendo que dois meses após sua fundação no Estado, Dom Alberto mandava uma Carta Circular às Comunidades, dizendo que “em todas as Dioceses progride a Frente Agrária. Não esperemos mais estímulos de parte alguma, para o seu lançamento definitivo (...) Sua Diretoria Diocesana está praticamente constituída” (Cartas Circulares, Advento de 1961). Em julho de 1962, Scherer (1967, p. 87) afirmava que a FAG “já se acha estabelecida em 94 municípios e conta com cerca

³² Meinertz (entrevista 3) relata que o Ir. Miguel foi preso num encontro da FAG em Três Passos. As reuniões eram vigiadas e várias lideranças foram fichadas no SNI (Serviço Nacional de Informação).

³³ Livro de Atas das Reuniões da FAG de V. Aires, 20/07/1971.

³⁴ Gazeta do Sul, 15/07/1967.

de 400 departamentos seccionais”. Ela “reúne assalariados rurais, portanto agricultores sem terras, e pequenos proprietários rurais” (Ibidem, p. 89). Em muitos lugares, a FAG fundou dois sindicatos ao mesmo tempo: o “Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos” (conhecido também como Sindicato dos Produtores Autônomos em alguns municípios), do qual fazem parte os agricultores que são proprietários de terra, e o “Sindicato de Trabalhadores Rurais”, que abriga os agricultores sem-terra. Foi este o procedimento adotado na fundação dos Sindicatos de Santa Cruz do Sul e Lajeado³⁵.

Logo depois do Golpe Militar de 1964, sentindo-se livre da ameaça do comunismo, Dom Alberto escrevia: “Aproveitemos agora o tempo favorável para promover o pleno desenvolvimento da FAG e Sindicatos Rurais, criando-os onde ainda não existem” (Cartas Circulares, 08/09/1964).

Sem inimigo concreto a combater, e com a FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) assumindo progressivamente os trabalhos que estavam sendo executados pela FAG, no final da década de 1960, ela começou a entrar em declínio. Na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, seu último grande ato foi o 2º Congresso Regional, realizado no final de julho de 1968, na cidade de Lajeado, do qual participaram cerca de 400 agricultores³⁶. Já o 3º Congresso Regional, realizado em Encantado nos dias 18 a 20 de julho de 1969, teve bem menos participação. Em dezembro de 1970, numa reunião do Conselho de Presbíteros da Diocese (CPD) se deliberou que “seria necessário reorganizar a FAG nas paróquias ou municípios, ou pelo menos que os vigários fizessem reuniões com elementos que fizeram cursos” (Atas CPD, dezembro de 1970). Em Venâncio Aires, a FAG voltou a se articular no período de 1970 a 1973, acabando suas atividades com a inauguração da nova sede do STR³⁷. Em 1977, o Conselho de Presbíteros se debruçou mais uma vez sobre o tema, e concluiu: “na nossa Diocese, será difícil fazer ressuscitar a FAG. O que importaria seria criar um movimento de formação de lideranças na ordem social, à semelhança dos Cursos de Líderes” (Atas do CPD, nº 44 de 14 a 16 de março de 1977).

A última ação significativa da FAG se deu na década de 1980, quando a Pastoral da Juventude do Rio Grande do Sul, motivada por lideranças remanescentes da FAG, especialmente os irmãos maristas, investiu na organização do TAPA (Treinamento para Ação Pastoral) destinado aos jovens do meio rural. O curso foi organizado em três

³⁵ Gazeta do Sul, 1º/03/1962 e 09/07/1962.

³⁶ Gazeta do Sul, 31/07/1968.

³⁷ Atas das Reuniões da FAG de Venâncio Aires, 02/10/1973.

etapas, seguindo o método Ver-Julgar-Agir. Na parte do agir, as insistências eram com a inserção nos sindicatos, movimentos populares e associações.

4.2.2 Desenvolvimento do Sindicalismo na Região

Com base em pesquisa coordenada por Schmidt (1994), podemos afirmar que o sindicalismo na região teve três períodos de grande florescimento.

O primeiro período se localiza na década de 1960, quando surgiram 34 entidades sindicais no território da Diocese de Santa Cruz do Sul. Antes daquela data existiam apenas dois sindicatos na região (os dois de Santa Cruz do Sul): o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico (fundado em 1944) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação (fundado em 1948).

Impulsionado pela FAG, o sindicalismo rural se expandiu rapidamente por todo o Rio Grande do Sul, sendo que em julho de 1962, “dezesesseis sindicatos rurais, fundados pela FAG, já obtiveram a carta sindical” (Scherer, 1967, p. 88) e “em quatro anos conseguiram a carta patente de seu reconhecimento legal cerca de cem sindicatos rurais no Rio Grande do Sul” (Ibidem, p. 110). Conforme Bassani (1986, p. 139), a FAG organizou 224 sindicatos rurais no Estado do Rio Grande do Sul até o ano de 1977. Entre estes, estão os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de 15 municípios da região abrangida pela Diocese de Santa Cruz do Sul, a saber: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Candelária, Cruzeiro do Sul, Encantado, Encruzilhada do Sul, Dom Feliciano, Ilópolis, Lajeado, Nova Bréscia, Putinga, Venâncio Aires, Vera Cruz e Santa Cruz do Sul.

Da FAG surgiu, em 1963, a FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul), sendo que “entre a fundação e o reconhecimento, a FETAG era dependente da FAG, pois não contava com recursos, a não ser a contribuição dos poucos sindicatos filiados” (Veronese, 1993, p. 36). Depois do reconhecimento oficial acontecido em outubro de 1964, a FETAG passou a subsidiar os trabalhos da FAG, uma vez que “a FETAG tinha dinheiro e a FAG não tinha” (Meinertz, entrevista nº 3). Aliás, a relação entre FAG e FETAG sempre foi muito amistosa, ocasionada pelo fato de os primeiros dirigentes da FETAG (Ari Griebeler e Otávio Adriano Klafke) terem sido oriundos das fileiras da FAG. Na prática, conforme depoimento de Meinertz (entrevista nº 3), procurava-se fazer o trabalho em conjunto,

sendo que a FETAG convocava e subsidiava os cursos de formação, enquanto a FAG assessorava e fornecia os conteúdos.

Na implantação do regime militar de 1964, o Ministério do Trabalho passou a controlar os sindicatos. Uma das suas primeiras atitudes foi a unificação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos. Surgiu assim o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, conhecido pela sigla de STR. Paralelo a ele surgiu o Sindicato Rural, formado pelos grandes proprietários ou que mantém empregados permanentes no meio rural. Sua organização foi bancada pelas Associações Rurais, presentes em vários municípios do Rio Grande do Sul e da região.

Um segundo período de grande florescimento sindical na região, conforme atesta a pesquisa de Schmidt (1994, p. 9), foi o período de 1980 a 1988, quando surgiram 23 novas entidades sindicais na região. Muitas delas tiveram como parceiros fortes a Igreja Católica através da Pastoral Operária, das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), da Pastoral Rural e da Pastoral da Juventude. O surgimento de tantos novos sindicatos, neste período, acompanhou uma tendência nacional, onde

entre 1978 e 1988 houve um aumento de 42,6% no número de sindicatos e associações profissionais. Essa tendência foi mais expressiva durante a década de oitenta, quando multiplicaram-se os sindicatos ou associações de empregados urbanos, de trabalhadores rurais e de servidores públicos (Oliveira, 1994, p. 503).

Neste período, a Pastoral Rural da Igreja Católica, insatisfeita com a postura de vários sindicatos de trabalhadores rurais da região, incentivou a organização de oposições sindicais em vários municípios, buscando um sindicalismo mais autêntico. Entre outros municípios, este trabalho foi feito em Venâncio Aires, Lajeado, Arroio do Meio e Cruzeiro do Sul. Ressalte-se que este trabalho da Pastoral Rural na região não foi algo isolado do resto do país, uma vez que “neste período, organizaram-se, no interior de diversas categorias profissionais, movimentos de oposição sindical, cuja inspiração política variava desde o catolicismo progressista até as vertentes de orientação leninista e/ou trotskista” (Comin, 1994, p. 364). As oposições sindicais

lutam pela organização de base, pelas comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical. Congregam amplos contingentes da igreja católica, ligados à Teologia da Libertação e a opção preferencial pelos pobres, como também setores da esquerda marxista em dissidência com a esquerda tradicional e grupos vinculados às postulações trotskistas (Cruz, 1998, p. 45).

A postura da Igreja nos sindicatos, neste momento, é certamente muito diferente dos anos 60, quando “a organização sindical e dos movimentos sociais e políticos era

feita com tutela e controle governamental e/ou com tutela eclesial” (Lauschner, 1994, p. 218). Paiva (1985, p. 20), afirma que

o retorno da Igreja ao campo se dá de modo muito diferente dos anos 50/60. Existe uma clareza de que os sindicatos rurais são instrumentos laicos e autônomos dos trabalhadores rurais, com os quais as forças católicas podem trabalhar, mas sem pretender, como nos anos 60, que eles sejam “simplesmente cristãos”.

Nesta nova fase, na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, foi decisiva a nova postura da FAG, que, através do TAPA (Treinamento de Ação Pastoral) treinou milhares de jovens rurais, motivando-os a se inserirem nos sindicatos e movimentos populares. O período auge se deu nos anos de 1985/1986, quando foram organizados treinamentos na maior parte dos municípios, ocasionando o surgimento de “grupos identificados como *tapistas*, que passaram a organizar oposições sindicais em diversos municípios” (Veronese, 1993, p. 34).

Um terceiro período de florescimento sindical começou no final da década de 1980. Dois fatores contribuíram para isso: a Constituição Federal de 1988 que permitiu a sindicalização de funcionários públicos, propiciando, entre outros, o surgimento de Sindicatos de Professores Municipais e de Sindicatos de Servidores Municipais; o surgimento de diversos novos municípios onde se abriram as portas para a criação de novos sindicatos, uma vez que “é vedada a criação de mais de uma organização sindical (...) representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial” (Brasil, 2001, art. 8º). Foi assim que surgiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Santa Clara do Sul, o Sindicato dos Professores Municipais (SINPROM) de Vale do Sol, o Sindicato dos Funcionários Municipais de Gramado Xavier, o STR de Passo do Sobrado, o STR de Progresso, o STR de Gramado Xavier, o SINPROM de Santa Cruz do Sul, o SINPROM de Lajeado, etc.

Neste terceiro período, diferentemente dos dois períodos anteriores, a participação da Igreja na organização dos sindicatos foi muito pouco sentida, ficando restrita ao apoio à criação de alguns poucos sindicatos de trabalhadores do meio rural.

5 MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO

5.1 História dos Movimentos Sociais no Brasil

Ao longo da história da humanidade sempre existiram Movimentos Sociais. Em alguns momentos eles marcaram mais presença e em outros menos. No dizer de Leroy (1999), eles são como “sístole e diástole”, encolhendo-se ou expandindo-se.

Na abordagem tradicional, os Movimentos Sociais normalmente não aparecem, ou então são minimizados. Um bom exemplo para isso podemos encontrar nos livros de História do Brasil, onde

tem-se passado uma imagem distorcida da nossa história, na qual se oculta o conflito entre classes sociais. A preocupação em passar o discurso da unidade nacional, na realidade, atende aos interesses das classes dominantes e coloca a história a serviço dos detentores do poder (...) Essa idéia de fortalecer a idéia de conciliação entre classes e grupos antagônicos e exaltar a não violência como característica marcante da sociedade brasileira resulta na minimização – e até mesmo na ocultação – do que tem sido uma constante na nossa história: a luta dos setores populares contra o processo de exploração imposto pelas classes dominantes e a violenta repressão empregada pelos governantes (Aquino, 1999, pp. 289-290).

Uma abordagem mais libertadora valoriza os Movimentos Sociais, na convicção de que eles estão na origem de muitas conquistas da humanidade, uma vez que a mudança se dá “na contradição e na diversidade, no conflito entre forças contrárias que ora confluem ora se repelem, daí surgindo o novo” (Peruzzo, 1998, p. 29). Em sua origem não está necessariamente a concepção de uma sociedade ideal, mas sim “a libertação de um ator social” (Touraine, 1996, p. 85).

Buscando uma definição de Movimentos Sociais, ou melhor, de Novos Movimentos Sociais, Souza (1988, p. 74), diz que os Movimentos Sociais são

uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

Na mesma linha de Souza, Caldart (1987, p. 45) define Movimento Social como

Uma ação política organizada, isto é, com certo grau de intencionalidade e sistematização, que visa a atingir objetivos determinados segundo os interesses particulares dos grupos ou segmentos sociais que o articulam.

Fernando Calderón diz que os Movimentos Sociais têm como referência quatro campos de desenvolvimento:

Em primeiro lugar, todo movimento social possui uma *estrutura participativa* (...). Em segundo lugar, tem sua *própria temporalidade*, em grande medida definida por uma ação frente ao sistema de relações históricas (...). Em terceiro lugar, os movimentos sociais *se desenvolvem de forma unilateral e heterogênea no espaço*, em função do desenvolvimento desigual da consciência, da organização e da economia de uma localidade ou região determinada. Em último lugar, *os efeitos sociais especiais destes movimentos sobre as relações sociais e sobre a sociedade modificam-se a si mesmos através da interação recíproca e compartilhada para obter um fim, para atingir uma meta*” (Calderón, 1987, p. 76-77)³⁸.

Existe um consenso de que Movimento Social é “uma ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto” (Scherer-Warren, 1996, p.18). Ele se compõe de uma série de lutas, atividades e mobilizações. Assim, um movimento grevista se organiza em vista de uma luta concreta, na maioria das vezes, por melhores salários. Ele comporta uma série de atividades, que pode incluir atos públicos, ocupações, distribuição de panfletos, etc. Quanto mais pessoas ele consegue mobilizar, e quanto mais entidades ele conseguir a seu favor, maior será a garantia de sucesso.

Sobre o alcance dos Movimentos Sociais, alguns entendem que não se deve olhar para o “significado político ou cultural da luta para falar de Movimento Social”, enquanto que outros defendem a necessidade de classificar de Movimento Social “apenas aqueles que seguem orientações globais tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade a outro” (Ibidem p. 18). Das discussões permanece a certeza de que “o conflito é central para os Movimentos Sociais” (Leroy, 1999).

O adversário visível pode ser o Estado ou outros representantes diretos da exploração, enquanto responsáveis por relações sociais consideradas indesejáveis. Assim, o operário luta contra o patrão, pois ele é o representante direto das relações de dominação dentro da fábrica. O morador se bate contra o Estado, adversário visível em decorrência do tratamento discriminativo quanto, por exemplo, à oferta de bens e serviços no âmbito do bairro. As mulheres lutam aparentemente contra o homem, por ser ele o motor ou o veículo de relações de dominação estabelecidas com base na definição dos sexos (Ammann, 1991, p.17).

³⁸³ Os destaques em itálico são nossos.

Para que o conflito se instaure, e, em conseqüência surja um Movimento Social, identificamos quatro condições básicas:

- Existência de situações injustas;
- Percepção destas situações;
- Disposição em superá-las;
- Existência de pessoas, organizações ou instituições dispostas a coordenarem o Movimento, evidenciando, desta forma, o conflito.

A identificação dessas condições pode ser encontrada nas palavras de Singer (1980, p. 224), quando ele diz que

os Movimentos Sociais tem por origem contradições que afetam a população. Eles não surgem espontaneamente, mas são iniciados, em geral, por grupos limitados de pessoas ideologicamente motivados a se empenhar na defesa dos interesses desta população. (...) Eles são sempre o resultado de uma ação deliberada, de uma 'iniciativa', que é tomada por pessoas pertencentes ou não a estas classes (...) São pessoas que tem uma concepção de vida que as leva a rejeitar uma ordem social que se caracteriza por fortes desigualdades tanto no exercício do poder quanto no usufruto dos resultados da produção social. (...) A este respeito há que distinguir entre movimentos espontâneos (como os movimentos de bairro ou de grupos discriminados) e movimentos institucionalizados pelo Estado (como os partidos políticos e sindicatos). Na realidade, os partidos e sindicatos não constituem movimentos sociais em si mesmos, podendo, porém, ser terreno de atuação de movimentos que visem precisamente, ampliar neles a participação da classe trabalhadora.

O conflito, ao longo da história, oscilou entre as dimensões políticas, econômicas e culturais. Atualmente,

el conflicto central de nuestra sociedad es el que libra un Sujeto en lucha, por un lado, contra el triunfo del mercado y las técnicas y, por otro, contra unos poderes comunitarios autoritarios. Ese conflicto cultural me parece tan central hoy en día como lo fueron el conflicto económico de la sociedad industrial y el conflicto político que dominó los primeros siglos de nuestra modernidad (Touraine, 1998, p. 99).

Na mesma linha de Touraine, Gohn (1992, p. 105) afirma que “compreender hoje os movimentos populares é trilhar caminhos indicativos quanto à cultura e ao comportamento político das camadas populares no Brasil dos anos 90”.

No que se refere à questão do **ESPAÇO-TEMPO** em que os Movimentos Sociais se dão, existe também um debate instaurado. Touraine (1988, p. 140) especifica o debate, dizendo que

os movimentos sociais pré-industriais existiam num espaço e num tempo muito longo. Situavam-se na história do mundo, mas num local bem determinado, num território delimitado (...) Quanto aos atuais movimentos, o das mulheres, nacionalistas, ecologistas, antinucleares, estes vivem no imediato, decididamente no fim do mundo; é agora que é preciso pôr termo ao poder nuclear; amanhã será muito tarde (...) Mas esse tempo sem profundidade, combina-se a uma ampliação quase infinita do espaço.

Especificamente *em relação ao tempo*, de um lado estão aqueles que afirmam que os Movimentos Sociais jamais irão se acabar, uma vez que

o coletivo de atores em ação, em luta com líderes, bases demandárias e assessorias, mobilizados e em ação direta por meio de atos de protesto coletivo, existiu, existe e sempre existirá porque o grande conceito que os articula e os explica é o de luta social. E lutas sociais são partes constitutivas das sociedades desde os primórdios da humanidade (Gohn, 2000, p. 51).

No lado oposto estão aqueles que afirmam que o tempo dos Movimentos Sociais já passou, sendo que “no âmbito da Sociedade Civil, são as ONGs que emergem (...), deixando os bastidores para ocupar o lugar de atores sociais” (Steil, 1996, p. 47). Concebidas para serem serviço aos Movimentos Sociais no final da década de 1970, e atuando prioritariamente no campo da educação, informação e assessoria, “a concepção dominante entre as ONGs (...) apontava para a necessidade do fortalecimento das lutas populares, vistas como a mediação fundamental para a democratização do país” (Ibidem, p. 40). Hoje, a maioria das ONGs (Organizações Não-Governamentais) está deixando de lado seu papel secundário, “para desempenhar elas mesmas o papel de atores sociais” (Ibidem p. 47). Segundo Gohn (2000, p. 28), elas são “quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90³⁹”.

Do debate permanece a certeza de as dificuldades são parte constitutiva dos Movimentos Sociais, uma vez que, continuamente, são forçados a enfrentar a oposição das elites temerosas em perderem o poder. Isso, porque,

o Movimento Popular é uma realidade sitiada por uma cultura de massa manipulada pelas classes dominantes que detêm o controle sobre os meios de comunicação social que buscam não apenas deslegitimar as formas de lutas populares para a realização das utopias, mas desfazer o próprio horizonte de possibilidades de realização das utopias (Steil, 1996, p. 46).

Em relação ao espaço, há aqueles que afirmam que “os Movimentos Sociais estão se transformando em manifestações moleculares locais, enfrentando questões básicas como a dos homossexuais, das prostitutas, dos meninos de rua, das donas de casa” (Leroy, 1999). Sobre isso, Frei Betto (2000) diz que “o enfoque político desloca-se do macro para o micro, do global para o local, do social para o pessoal”.

Contradizendo aqueles que assim pensam, estão aqueles que dizem que

³⁹ Não é objeto deste trabalho a distinção entre ONG e Movimento Social. No entanto, nos valem de uma análise feita por Gohn (2000, p. 49), para apresentar alguns traços que distinguem uma de outro. Enquanto as ONGs são institucionalizadas, tendo a preocupação de se perenizar e, devendo, para isso, ser eficientes, preocupando-se com orçamentos e balancetes, os Movimentos Sociais são livres, têm fluxos e refluxos, não precisam se preocupar com a eficiência a não ser algum resultado nas bases. Em síntese, diz Gohn, “a lógica que preside as ONGs tem de se basear na ação racional. Os Movimentos são um misto de não-racional/racional e até de irracional em certos momentos.

Os novos movimentos sociais são planetários; seus militantes, nômades e cosmopolitas. A ecologia ensinou-lhes a extrapolar os limites das sociedades humanas e a refletir sobre as condições de sobrevivência do ecossistema no qual se situa nosso sistema social (Touraine, 1988, p. 140).

O debate nos incita a buscarmos as diferentes conotações que o termo “Movimentos Sociais” assumiu ao longo do século XX, no Brasil, seguindo a periodização proposta por Scherer-Warren (1996, p. 66).

A primeira fase, que vai até 1964, tem como referência

os inúmeros movimentos messiânicos, que se têm organizado tanto no norte como no sul do país, principalmente nas três primeiras décadas deste século. Ou as rebeliões sociais como o banditismo no sudoeste, durante a década de 50. As Ligas Camponesas no nordeste e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) no Rio Grande do Sul, durante a década de 50 e 60, organizados, como os movimentos anteriores, em torno de fortes lideranças carismáticas e/ou paternalistas. E o sindicalismo rural que, seguindo a tradição sindical no Brasil, surge fortemente atrelado ao Estado (Scherer-Warren, 1996, p. 66).

Nesta época,

falar em movimento social significava referir-se à suposta virtualidade revolucionária do proletariado (...) e acreditar em sua organização racional (...) Os sindicatos e os partidos políticos de orientação socialista e comunista representariam, nessa perspectiva, a forma mais acabada desse tipo de organização, e tudo o que fugisse desse raio de ação sequer podia ser incluído sob a rubrica do verdadeiro movimento social; quando muito seriam movimentos arcaicos e pré-políticos ou, então, meros ‘assuntos da classe trabalhadora’ (Doimo, 1995, p. 39).

A segunda fase, que vai de 1964 a 1974, começa com a tentativa de uma greve geral em resistência ao golpe militar de 31 de março. “O movimento é duramente reprimido pelo exército e pelos governadores aliados do golpe” (www.brasil-outros500.org.br/grevgolp.htm). O período é marcado por um forte refluxo dos Movimentos Sociais, devido à “repressão militar às manifestações da sociedade civil ocorridas na época” (Scherer-Warren, 1996, p. 65). Mesmo assim, “a despeito do grande controle social e político, das prisões, torturas e perseguições, ocorreram várias lutas de resistência e movimentos de protesto no país” (Gohn, 1995, p. 100). Num primeiro momento se destacou o Movimento Estudantil, que “nos anos 1964-1968 foi a sede da oposição ao regime militar” (Lesbaupin, 1996, p. 24). Ele chegou ao apogeu em 1968, quando “cerca de cem mil pessoas foram às ruas do Rio de Janeiro para protestar contra o assassinato do estudante Edson Luís, pela polícia” (Brandão, 1990, p. 75). Impulsionado pela “conjuntura internacional, que elegia os estudantes como novo ator histórico das lutas sociais, em aliança com o operário e com o camponês, a exemplo da França e da Revolução Cultural na China coordenada por Mao-Tse-Tung” (Gohn, 1995,

p. 104), o Movimento Estudantil organizou o XXX Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), no município de Ibiúna, em São Paulo. O Congresso foi interrompido pela polícia, que prendeu “aproximadamente novecentos estudantes, provenientes de todo o país” (Brandão, 1990, p. 75). Para acabar com as manifestações dos estudantes, o Governo promulgou o Decreto-lei nº 477 sobre a Reforma das Universidades (1969) em cima do Ato Institucional nº 5 (13/12/1968), proibindo as atividades políticas de estudantes, professores e funcionários. “Iniciou-se um período de muitas cassações, prisões, torturas, assassinatos e grande silêncio nos meios estudantis, sindicais, intelectuais e artísticos” (Ibidem, p. 75). Com isso, o Governo militar “dispersou a maior parte das formas de organização existentes, particularmente as de cunho político e partidário” (Ruschensky, 1999 a, p. 86). Só não conseguiu calar a voz da Igreja Católica, que “durante a fase mais repressiva da ditadura militar (1969-1976) foi o principal ponto de apoio da luta contra a ditadura” (Lesbaupin, 1996, p.25). Ela entrou em cena “soltando o brado da *autonomia* das organizações de base contra o avanço da racionalidade do Estado” (Doimo, 1995, p. 76). Impulsionada pela Teologia da Libertação e não suportando a perseguição que suas lideranças estavam sofrendo, a Igreja fez valer o seu *esprit de corps*, destacando-se na denúncia contra a violação dos direitos humanos, no apoio a setores sociais oprimidos e na criação de espaços de tomada de consciência e organização. Ela passou a assumir um papel importante na organização popular, promovendo a organização de pastorais sociais e motivando a criação das CEBs.

A princípio, em forma de círculos bíblicos, tendo como principal motivo a discussão do evangelho e procurando uma participação ativa de todos. Depois, pouco a pouco, foi-se desenvolvendo a reflexão crítica e o debate de problemas específicos da comunidade (terra, água, esgotos, etc.), sempre de maneira integrada com a discussão religiosa. Finalmente, partiu-se para a vivência de questões mais amplas, políticas (Salem, 1981, p. 156).

Muitas das comunidades formadas nesta época nunca ultrapassaram a primeira etapa, representando, assim, um reforço da instituição eclesial que se pereniza através das comunidades. Mesmo assim, é impossível não reconhecer a sua importância “revolucionária” na conjuntura brasileira da época, permitindo à população conversar sobre os seus problemas.

A atuação das CEBs despertava menos suspeitas ante o aparelho repressivo devido ao caráter religioso de que elas se vestiam. Nas mobilizações que proporcionavam puderam compreender a presença de militantes de esquerda que hibernavam em áreas populares (Lesbaupin, 1996, p. 86).

A novidade deste trabalho

não é apenas a existência de um profundo conteúdo simbólico e de uma mensagem de libertação (...) Diferente aqui é o valor dado à luta humana através de movimentos sociais para a realização desta utopia de libertação e não através da dependência da chegada de um Messias. (...) O ponto de partida é a libertação da pessoa humana, a descoberta da sua dignidade, a redefinição do seu status de cidadão, a libertação imediata de diversas formas de opressão (econômica, política, legal, racial, sexual, exploração estrangeira etc) (Scherer-Warren, 1996, p.39).

Assim, já no começo da década de 70, quase sempre impulsionadas pela Igreja Católica, começam a aparecer pequenas iniciativas localizadas, em cujo centro

estava a tese de que movimentos surgidos de demandas por certas melhorias nas condições de vida, tomados em conjunto, tendiam a transcender-se, transformando-se em forças políticas capazes de funcionar como uma espécie de vanguarda da democratização do Estado (Silva, 1993, p. 41).

O discurso político era censurado. Tudo era muito controlado pelo regime militar. Por isso,

as organizações populares foram se reconstruindo a partir da discussão de seus problemas cotidianos imediatos, de forma pontual, com caráter oficial apolítico. Água, luz, transportes, creches etc., móveis básicos das ações populares, somaram-se com reivindicações mais amplas, que atingiam o grosso da sociedade brasileira: a carestia, a anistia, os baixos salários, a degradação moral dos direitos dos cidadãos/trabalhadores, a discriminação da mulher etc (Gohn, 1991b, p. 14).

A terceira fase inicia na segunda metade da década de 1970 com o refluxo da perseguição política no Brasil. Ela se caracteriza como a fase das grandes manifestações, sendo que “a população passou a mobilizar-se e a ocupar espaços públicos como ruas e praças, para opor-se, denunciar e reivindicar” (Peruzzo, 1998, p. 40). No dizer de Gohn (1995, p. 111), “o período de 1975-82 corresponde a um dos mais ricos da história do país no que diz respeito a lutas, movimentos e, sobretudo, projetos para o país”.

Nesta fase, os Movimentos Sociais se ocupam prioritariamente com questões políticas e econômicas. Novos atores sociais entram em cena. São eles os militantes de partidos políticos de esquerda que viviam na clandestinidade e a classe intelectual do Brasil. Sader (1995, p. 141-195) identifica a partir daí três matrizes que alimentam os Movimentos Sociais: *a Igreja Católica*, que tem raízes profundas na cultura popular, e que adota o discurso da Teologia da Libertação incentivando a organização das

comunidades eclesiais de base (CEBs); *os grupos de esquerda*, apoiados no marxismo, que “têm um corpo teórico consistentemente elaborado a respeito dos temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo (Ibidem, 144); *o novo sindicalismo*, que extrai sua força “do lugar institucional em que se situa, lugar constituído para agenciar os conflitos trabalhistas” (Loc. cit.). É o conjunto dessas forças que faz com que

após um período de relativo imobilismo da sociedade civil, resultante do poder de opressão estatal, começaram a surgir movimentos com características distintas daqueles do passado e que (...) foram denominados por muitos de “novos movimentos sociais” (Scherer-Warren, 1996, p. 51)

O termo *Novos Movimentos Sociais* passa a ser usado em oposição aos antigos (sobretudo ao antigo sindicalismo, aos antigos partidos políticos, e às tradicionais Sociedades Amigos de Bairros ou Associações de Moradores), que eram tutelados pelas classes dirigentes. “O que estava no cerne da diferenciação eram práticas sociais e um estilo de organizar a comunidade local, de uma maneira totalmente distinta” (Gohn, 2000, p. 26). Passou-se a acentuar a participação do povo e a ampliação do espaço da cidadania. “Nunca como neste período as idéias de *povo* e de *participação popular* ganharam tanta significação no pensamento sociológico de esquerda” (Doimo, 1995, p. 75). Assim,

as novas formas de organização (...) valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível, e opõe-se, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física (...) O que há de inovador é a luta pela ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações das relações sociais cotidianas (Scherer-Warren, 1996, p 68).

Falando dos Novos Movimentos Sociais, Scherer-Warren (1987, p. 41) diz que

entre os movimentos que vêm assumindo esse caráter novo em suas formas de atuação pode-se destacar para o Brasil, parcela dos movimentos sociais urbanos propriamente ditos, as CEBs, o novo sindicalismo urbano e, mais recentemente, também rural, o movimento feminista, o movimento ecológico, o movimento pacifista em fase de organização, setores do movimento de jovens e outros.

Impulsionados “pelos sindicalistas autênticos, pelos militantes da chamada ala progressista da Igreja Católica e por militantes de agrupamentos de esquerda (leninistas e/ou trotskistas)” (Comin, 1994, p. 367), ressurgem as manifestações públicas ausentes da vida do povo brasileiro desde 1968. As primeiras manifestações surgem em 1977, e são dos estudantes⁴⁰. Seguem-se vários movimentos de greve, novos partidos políticos (o PT surge em 1979), oposições sindicais para acabar com o “peleguismo” nos

⁴⁰ Brandão, 1990, p. 90.

sindicatos, o Movimento pela Anistia Política e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST (criado a partir da CPT – Comissão Pastoral da Terra). A proposta dos Movimentos é muito clara: acabar com a ditadura militar e implantar uma sociedade sem excluídos, ou melhor, uma sociedade igualitária.

No final deste período, com a transição política em curso, aparece a cisão entre as forças impulsionadoras do Movimento Social. Em conseqüência, se dá “o recuo da Igreja. (...) A hora não era mais propícia para se abrigar gregos e troianos. Afinal, ‘eles não respeitam a caminhada do povo’; eles são cupulistas e, no movimento popular, quem decide é o povo” (Doimo, 1995, p. 98). Porém, já nos primeiros anos da década de 80, a Igreja “volta à carga, trabalhando outras carências, especialmente a moradia, a saúde e o desemprego” (Ibidem, p. 100).

Uma quarta fase dos Movimentos Sociais começou na década de 80, principalmente a partir da implantação da Nova República. Antes disso, em 1984, todo o país havia se mobilizado na campanha para eleição direta para presidente da República, onde “o movimento estudantil foi presença importante nas mobilizações, mas não se constituiu no seu núcleo central, ocupado por outros atores, como o novo movimento sindical e lideranças políticas da oposição e dissidentes do regime militar” (Schmidt, 2001, p. 207). Frustrado em sua expectativa, o povo se animou com a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral. Porém, após um curto período de expectativa diante do novo Governo que estava por vir, os Movimentos Sociais voltaram com todo vigor na segunda metade de 1985. As questões econômicas e políticas continuaram na dianteira das mobilizações, sendo este um período de muitas greves⁴¹. Ao seu lado, porém, ganham espaço as questões ambientais, étnicas e de gênero, “impondo ao Movimento Popular a necessidade de equacionar o dilema igualdade/diversidade” (Steil, 1996, p. 40). Cai, com isso, a clareza da proposta dos Movimentos Sociais da fase anterior, onde a força estava na luta contra a ditadura militar e por uma sociedade igualitária.

Provavelmente devido ao caráter semiperiférico da sociedade brasileira, combinam-se nela movimentos semelhantes aos que são típicos dos países centrais (movimento ecológico, movimento feminista – ainda que as reivindicações concretas sejam distintas), com movimentos próprios orientados para a reivindicação da democracia e das necessidades básicas (comunidades eclesiais de base, movimentos dos sem-terra, movimentos de favelados) (Santos, 1999 a, p. 265).

⁴¹ Conforme Cruz, 1998, p. 46, em 1985 aconteceram 68 greves no Rio Grande do Sul.

As reivindicações já não são mais apenas das classes sociais.

Hoje o protesto e a luta vem das mulheres, dos jovens, dos negros, dos camponeses, dos desempregados, dos excluídos, dos incluídos marginalmente, insuficientemente, precariamente, dos que, de diferentes modos, foram postos à margem do desenvolvimento capitalista” (Martins, 2000, p. 160).

Passa-se a aceitar que

a mais valia pode ser sexual, étnica, religiosa, etária, política, cultural; pode ter lugar no hábito de consumo, nas relações desiguais entre grupos de pressão, partidos ou movimentos políticos que decidem sobre o armamento e o desarmamento, a guerra e a paz, pode ainda ter lugar nas relações sociais de destruição entre a sociedade e a natureza (Santos, 1999, p. 259).

Em busca da qualidade de vida, no dizer de Frei Betto (2000),

a preservação do meio ambiente mobiliza amplos setores da população, superando tensões entre classes sociais e unindo ricos e pobres. A emancipação da mulher acentua o debate sobre relações de gênero, politizando temas até então restritos à esfera privada e revestidos de tabu: a sexualidade, o machismo, a violência entre casais ou sobre os homossexuais etc. A afirmação da negritude e da condição indígena é sintoma da atualidade de pautas sociais que ultrapassam os conceitos do marxismo vulgar, restrito ao conflito de classes.

Grandes movimentos desse período, e que repercutiram na região, são: o Movimento Diretas-Já (1984); o Movimento pela Constituinte (1985-1988); as greves gerais de 1983, 1986, 1987 e 1989; as greves dos professores estaduais no Rio Grande do Sul; o Movimento pela Ética na Política, onde “milhões de estudantes, principalmente do ensino médio, estavam nas ruas, de rosto pintado” (Schmidt, 2001, p. 191) e que culminou com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello (1992); o Movimento Ação da Cidadania Contra a Fome e pela Vida (1993-1995)⁴². Merecem destaque também a criação da CUT em 1983, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1985), o Movimento dos Sem-Casa (1986), Movimentos Ecológicos motivados pela ECO/92, Movimentos separatistas ou emancipacionistas⁴³, a criação do Movimento Negro Unificado (1986) e a criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (1989).

⁴² A Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida começou como Campanha, passando depois a assumir a identidade de Movimento Social. É o que prova Gohn (2000, p. 73-75), dando as características da Ação: mobilizou vários setores, grupos e indivíduos; teve uma base social ativa e militante, uma coordenação e várias assessorias; estabeleceu articulações com vários agentes da sociedade política e civil; criou uma identidade própria; interferiu nas políticas públicas; interferiu nas relações de produção ao incluir em seu programa a geração de empregos; solidificou um conjunto de valores e comportamentos; questionou o modelo de desenvolvimento socioeconômico do país; produziu conhecimento sobre a realidade social. Por tudo, isso, podemos dizer que foi “um dos movimentos sociais mais significativos ocorridos nos anos 90 no Brasil” (Gohn, 2000, p. 73).

⁴³ Até 1985, na região de abrangência da Diocese de Santa Cruz do Sul existiam 16 municípios. No início de 2001, eram 39 municípios, sendo que dois destes foram incorporados da Diocese de Caxias do Sul.

Uma nova fase na evolução da concepção de Movimentos Sociais está em gestação.

A ascensão de novos valores: individualistas, místicos; o surgimento de novas formas de organização: suprapartidárias, voltadas para valores éticos, morais ou para a valorização da própria vida (...); todo este cenário alterou profundamente o quadro dos conflitos e das lutas sociais no Brasil nos anos 90 (Gohn, 2000, p. 139).

Desafiados pela globalização,

que não é apenas um fenômeno econômico, mas também ocorre nas dimensões culturais e políticas, o desafio de novas relações interculturais vem se impondo gradativamente com mais força no cenário mundial. No plano político, os movimentos sociais tornam-se cada vez mais transnacionais; e no plano cultural enfrentam o desafio da hibridação, da diversidade e do respeito à diferença (Scherer-Warren, 1998 a, p. 31).

Neste momento,

a sindicalização e a “política de esquerda” tradicional tornaram-se muito difíceis de manter diante de, por exemplo, sistemas de produção patriarcais (familiares) (...) As relações de gênero também se tornaram muito mais complicadas, ao mesmo tempo em que o recurso à força de trabalho feminina passou por ampla disseminação (Harvey, 1992, p. 179).

Advoga-se a necessidade da autonomia dos Movimentos Sociais, insistindo em separá-los dos Partidos Políticos. Mesmo que continue a haver uma maior afinidade entre Movimentos Sociais e Partidos Políticos de esquerda, particularmente com o Partido dos Trabalhadores, “configura-se a pretensão de autonomia em relação às agendas, onde então se verifica que se ultrapassou a onda de euforia de participação política partidária que permeou as práticas sociais por alguns anos” (Ruscheinsky, 1999 a, p. 299). A motivação para esta nova postura está no fato de os partidos de esquerda estarem assumindo o Governo em alguns Municípios e Estados, sem darem conta das inúmeras demandas pelas quais os Movimentos Sociais lutam.

Nesta nova fase, as dimensões ética e cultural vão conquistando espaço.

Não é mais em nome da sociedade perfeita que esses movimentos falam, e não é para o futuro que olham: eles combatem pela defesa do direito de todos a uma existência livre e “humana”. A forma assumida hoje pelo princípio geral sobre o qual repousam todos os movimentos sociais é esta: o direito à igualdade cultural (Touraine, 1999, p.73).

Scherer Warren (2001, p. 3-4) propõe que os Movimentos Sociais contemporâneos tenham como perspectiva o *Interculturalismo*, em substituição ao Monoculturalismo e ao Multiculturalismo. Que construam suas identidades a partir do *Diálogo* “isto é, como fruto das experiências sociais e processos de trocas e interações intersubjetivas entre atores ou grupos sociais”. Que o valor a ser cultivado seja a

Construção da Cidadania, que “é um valor cultural da modernidade”, cuja dimensão ética está fundamentada nos “princípios da responsabilidade e da solidariedade”. De acordo com Peruzzo (1998, p 43), “passa-se a enxergar melhor a situação do outro e a assumir de alguma forma o seu problema. E começa a haver um pouco mais de partilha, seja de bens ou de trabalho em benefício do próximo”, fruto do “apelo para uma sensibilidade coletiva (em nome da paz, da democracia, da vida e contra a fome, a miséria, a discriminação) e por uma responsabilidade pessoal em relação ao futuro coletivo local, nacional e planetário” (Scherer-Warren, 1996, p. 104).

Leroy (1999) lembra que “o perigo está em a gente se perder no local e esquecer o foco. Esquecer que existem problemas mais amplos”, o que leva à fragilização dos movimentos.

Na última década os movimentos locais que trabalham com a demanda de serviços coletivos territorializados, e que não se articularam a redes nacionais ou regionais, enfraqueceram-se; ao contrário, os movimentos locais que trabalham com demandas globais como as reivindicações culturais dos indígenas, as ecológicas, pela paz, direitos humanos etc. se fortaleceram (Gonh, 1997, p. 239).

Por isso, busca-se uma articulação dos movimentos entre si, “através da formação de redes” iniciando-se “as articulações entre a luta pela sobrevivência e a defesa da natureza” (Scherer-Warren, 1996, p. 104). Concretamente, articula-se o local com o global. Exemplos típicos, normalmente citados, são: o Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Uruguai que “vem se posicionando cada vez mais pela defesa de um modo de vida como parte da defesa de seu meio ambiente” (Ibidem, p. 105); o Movimento Indígena que, ao se posicionar contra as grandes hidrelétricas tem em mente a preservação de seus territórios e de sua identidade cultural; o Movimento dos Seringueiros que “tem articulado a luta pela sobrevivência com a luta ecológica” (Ibidem, p. 107).

Os Movimentos Sociais que atuam no meio rural, começam a se articular mundialmente como *Via Campesina*. No Rio Grande do Sul, a Via Campesina se organiza com a participação do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e Pastoral da Juventude Rural (PJR). Em nível de Brasil, onde se constitui a *Via Campesina Nacional*, se somam outros movimentos, entre os quais se destaca o Movimento dos Seringueiros. Internacionalmente os Movimentos Sociais do meio rural estão se

articulando com as *Vias Campesinas* existentes no México, Colômbia, Argentina, Uruguai, Índia, Paquistão, etc.

A formação de redes significa força para os Movimentos Sociais, uma vez que “o sucesso diante dos pontos de pauta refere-se à possibilidade de amplitude das próprias mobilizações, seja enquanto número de membros e a sua radicalidade, seja às conexões com outros atores sociais, entidades e associações” (Ruscheinsky, 1999a, p. 302). Incentiva-se a solidariedade, que

pode ser considerada como o cimento que une movimentos sociais e organizações para além das fronteiras locais e nacionais, criando-se redes e parcerias para a constituição de um amplo movimento planetário pela cidadania, pela igualdade com respeito às diversidades culturais e de luta contra os processos crescentes de exclusão social inerentes à globalização (Scherer-Warren, 2001, p. 7).

Na articulação dos Movimentos Sociais, alguns analistas percebem que “o conteúdo ideológico perde sua importância, uma vez que a articulação se dá em torno de temas (ecologia, paz, questão do gênero, questão étnica, direitos humanos...)” (Leroy, 1999). Além disso, toma-se consciência que

mais apropriado do que falar em novos movimentos sociais e velhos movimentos sociais, o que implicaria uma ênfase na organização ou tipo de movimento, é analisar os novos elementos culturais emergentes nos movimentos, tanto nos tradicionais (sindicatos, partidos políticos) como nos surgidos mais recentemente (ecológicos, de gênero, étnicos, etc) (Scherer-Warren, 1996, p. 24)..

De acordo com Frei Betto (2000), o grande desafio a ser enfrentado é

o desafio metodológico de partir do pessoal para o social, do local ao nacional, do subjetivo ao objetivo, do espiritual ao político e ideológico. Agora o trabalho de base só terá êxito se associar lazer e dever, criatividade artística e formação, estética e ética. (...) A questão é como introduzir práticas sociais que despertem neles uma consciência crítica frente ao sistema, de modo que a nova sociedade possa ir sendo forjada nas entranhas da atual, como a criança no ventre materno.

Para concluir esta reconstrução histórica, é importante ressaltar que a sucessão de etapas na evolução do conceito de Movimento Social não é estanque, uma vez que “processo e mudança são elementos importantes da dinâmica dos movimentos sociais” (Fernandes, 2000, p. 172). O que existe é a prevalência de alguns elementos sobre os outros, o que nos possibilita falar de etapas distintas, sem com isso dizer que elementos que eram preponderantes numa das fases anteriores não possam persistir na atual fase, e, mais do que isso, que inclusive haja movimentos onde predominam características de outras fases.

5.2 Atuação dos Movimentos Sociais na Região

Vários Movimentos Sociais marcaram presença na região da Diocese de Santa Cruz do Sul através de lutas e mobilizações. Sem a pretensão de fazer um trabalho exaustivo, destacaremos alguns destes movimentos que marcaram presença no período de existência da Diocese, inserindo-os nas diversas fases apontadas acima. Tomaremos como base os movimentos que mereceram destaque nos seguintes jornais da região: Alto Taquari de Arroio do Meio; Folha do Mate de Venâncio Aires; Folha Encruzilhadense de Encruzilhada do Sul; Força do Vale de Encantado; Gazeta do Chimarrão de Venâncio Aires; Gazeta do Sul de Santa Cruz do Sul; Jornal Opinião de Encantado; Jornal do Sudeste de Encruzilhada do Sul; O Informativo: Vale do Taquari de Lajeado.

5.2.1 Primeira fase: 1959 a 1964

Em janeiro de 1960, em Santa Cruz do Sul, aconteceu um protesto “contra a elevação do custo de vida, especialmente da carne e das novas taxas de água”. O protesto foi organizado pelos Sindicatos de Santa Cruz do Sul⁴⁴. No dia 7 de julho daquele mesmo ano, a região participou ativamente da greve geral “de advertência às autoridades federais contra a elevação constante do custo de vida e contra as demoras na aprovação de diversas leis que interessam à classe trabalhadora”⁴⁵. Em novembro de 1960, iniciou a mobilização de Cruzeiro do Sul para emancipar-se⁴⁶. Em 1961, os estudantes de Santa Cruz do Sul lançaram a campanha pela instalação de uma faculdade⁴⁷. O Movimento dos Agricultores sem Terra, fundado em Encruzilhada do Sul e mobilizado no Banhado do Colégio em Camaquã, repercutiu em Santa Cruz do Sul⁴⁸. Em 1962, a região foi movimentada com as greves dos universitários e dos bancários⁴⁹. Movimentos emancipacionistas se alastram em Santa Cruz, com o desejo de Sinimbu e Trombudo quererem ser municípios⁵⁰. Em 1963 repercutiram, na imprensa local, as

⁴⁴ Gazeta do Sul, 23/02/60.

⁴⁵ Ibidem, 08/07/60.

⁴⁶ Gazeta do Sul – Suplemento “Voz do Alto Taquari”, 24/11/60.

⁴⁷ Gazeta do Sul, 15/04/61.

⁴⁸ Ibidem, 25/01/62.

⁴⁹ Ibidem, 23/06/62 e 15/11/62.

⁵⁰ Gazeta do Sul, 1º/11/62.

greves dos marujos e dos aeroviários, além das ações do MASTER e das reivindicações dos agricultores gaúchos⁵¹.

Neste período foram criados, entre outros, os sindicatos de trabalhadores rurais de Lajeado, Santa Cruz do Sul e Arroio do Meio⁵². Também foi conseguida a autorização para o funcionamento da faculdade de Santa Cruz do Sul, enquanto Cruzeiro do Sul conseguiu se emancipar de Lajeado⁵³.

5.2.2 Segunda fase: 1964 a 1974

A fase começa com o Golpe Militar de 31 de março de 1964. A única voz que se levanta contra o golpe na região de Santa Cruz do Sul, conforme a imprensa escrita, é o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Santa Cruz do Sul⁵⁴. Em apoio ao golpe se manifestam, entre muitos outros, o Juiz de Direito, o Prefeito Municipal e o Bispo Diocesano⁵⁵. Em outubro de 64, inicia em Santa Cruz do Sul, um “amplo movimento para exigir do Governo a construção imediata do Colégio Estadual⁵⁶”. Em janeiro de 1965, a FAG mobiliza os agricultores para que “não vendam o feijão a qualquer preço⁵⁷”. No mesmo ano, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Arroio do Meio e a FAG organizam um boicote na entrega do leite, protestando contra o preço pago pelos leiteiros e que foi noticiado como “a primeira greve dos pequenos agricultores do Rio Grande do Sul⁵⁸”. Em Vera Cruz, os agricultores protestam contra o projeto que alterou o Estatuto do Trabalhador Rural⁵⁹. Sob a coordenação da FETAG, aconteceu em 1972, a “greve do porco”, levada a efeito em forma de “operação tartaruga”, com a qual os criadores de suínos retardaram a entrega dos porcos na esperança de conseguir melhores preços⁶⁰. Em 1973 foi lançado o movimento pela continuação da estrada Soledade - Barros Cassal – Santa Cruz do Sul – Rio Pardo – Encruzilhada do Sul⁶¹.

⁵¹ Gazeta do Sul, 24/01/63; 1º/06/63; 05/02/63; 03/08/63.

⁵² Ibidem, 1º/03/62, 31/04/62, 09/07/62.

⁵³ Gazeta do Sul, 04/03/64; 01/09/63.

⁵⁴ Ibidem, 02/04/1964.

⁵⁵ Ibidem, 04/04/64.

⁵⁶ Ibidem, 1º/10/64.

⁵⁷ Ibidem, 05/01/65.

⁵⁸ Entrevista Pe. Álvaro.

⁵⁹ Ibidem, 13/12/66.

⁶⁰ Jornal Opinião, 26/07/72.

⁶¹ Gazeta do Sul 26/05/73.

5.2.3 Terceira fase: 1975 a 1982

O tema ecologia começa a ocupar espaço nas notícias. Já em 1974, o Jornal Gazeta do Sul recebera o prêmio destaque por suas campanhas a favor da ecologia. Em 1975, um grupo auto-designado de “preservadores” volta a abordar o assunto⁶². Em 1976 inicia a “guerra do fumo”, sendo que os agricultores, mobilizados em torno do Sindicato de Trabalhadores Rurais, reclamam dos critérios utilizados na classificação⁶³. Em junho de 1976, com a presença do presidente da AGAPAN, José Lutzenberger, foi instalado o Clube da Árvore em Santa Cruz do Sul⁶⁴. No mesmo mês foram fundados os sindicatos da alimentação e dos metalúrgicos de Venâncio Aires⁶⁵, e em dezembro de 1976 o Centro de Professores⁶⁶.

Em janeiro de 1979, enquanto os trabalhadores nas Indústrias do Fumo se mobilizavam em diversas greves, o sindicato de Santa Cruz do Sul “aceitava a contraproposta dos empregadores⁶⁷”. Em abril, os professores estaduais de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz aderiram à greve da categoria, enquanto que Venâncio Aires, Candelária e Rio Pardo não aderiram⁶⁸. Em maio, os ervateiros de Venâncio Aires sustaram a colheita pedindo melhores preços pelos produtos⁶⁹. Ao longo do ano são registradas diversas iniciativas em defesa do meio ambiente, culminando com a fundação do DEMA (Departamento Municipal do Meio Ambiente) em Santa Cruz do Sul⁷⁰ e do COMDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) em Encantado⁷¹. No final de 79, aconteceram greves de transporte de cargas, vigilantes de banco e bancários⁷².

O ano de 1980 começa com a mobilização contra a construção da barragem do Bom Será em Amaral Ferrador, que inundaria 11 mil hectares de terra, desalojaria 530 proprietários e beneficiaria 200 propriedades⁷³. Em abril de 1980 acontecem mobilizações em Santa Cruz do Sul, Candelária, Venâncio Aires e Lajeado contra “a

⁶² Gazeta do Sul, 08/04/75.

⁶³ Gazeta do Sul, 22 e 24/01/76.

⁶⁴ Ibidem, 03/07/76.

⁶⁵ Folha do Mate, 07/06/74.

⁶⁶ Ibidem, 11/12/76.

⁶⁷ Ibidem, 13/03/79.

⁶⁸ Ibidem, 07/04/79.

⁶⁹ Ibidem, 12/05/79.

⁷⁰ Ibidem, 25/08/79.

⁷¹ Jornal Opinião, 23/06/79.

⁷² Gazeta do Sul, 28/08/79; 06/09/79; 02/10/79.

⁷³ Ibidem, 17/04/1980.

proposta do governo federal de cobrar imposto pela exportação da soja⁷⁴. Em agosto daquele ano, a região se une ao “Protesto do Transporte” contra a entrada de multinacionais na área dos transportes. Mais de 600 cartazes com os dizeres “Multis do transporte rodoviário: Fora”, são distribuídos na região⁷⁵. Em setembro de 1980 acontece uma greve de universitários nas faculdades de Santa Cruz do Sul, com a adesão das faculdades de Filosofia, Direito, Educação Física, Ciências e Letras⁷⁶. Em novembro de 80, durante 20 dias, acontece a greve do magistério estadual, que tem a adesão de 70% dos professores de Santa Cruz do Sul e 100% dos professores de Lajeado⁷⁷. Na mesma época, durante 15 dias, os produtores fazem um boicote na entrega de suínos aos frigoríficos⁷⁸. Os produtores de leite fazem várias mobilizações ao longo dos anos⁷⁹.

Em 1981 repercute em toda a região o acampamento dos Sem-Terra em Encruzilhada Natalino⁸⁰. Durante este ano, entre outras, registram-se as greves de médicos e caminhoneiros⁸¹. Em dezembro acontece mais uma paralisação do magistério público estadual como alerta ao Governo⁸². Em Arroio do Meio acontece o “Protesto do leite” em frente à Prefeitura Municipal⁸³.

Em março de 1982, o magistério do Estado paralisa suas atividades⁸⁴. Em maio acontece o protesto dos produtores de leite e, em junho, a greve⁸⁵. No dia 27 de julho de 1982, os colonos de todo o Estado realizaram o *Dia do Protesto*, manifestando-se contra a política agrícola do país e reivindicando reformas urgentes. Na região, mais de 3.000 agricultores participaram do protesto, onde foram distribuídos 100 mil folhetos⁸⁶.

⁷⁴ Ibidem, 1º/04/1980; O Informativo, 1º/04/80.

⁷⁵ Gazeta do Sul, 30/08/1980.

⁷⁶ Gazeta do Sul, 11/09/1980.

⁷⁷ Ibidem, 06/11/80; Jornal Sudeste 22/11/80; O Informativo, 08/11/80.

⁷⁸ Gazeta do Sul, 27/11/1980 e O Informativo, 29/11/80.

⁷⁹ O Informativo, 25/02/82 e 24/03/82.

⁸⁰ Folha do Mate, 28/10/81.

⁸¹ Ibidem, 19/05/81 e 02/06/81.

⁸² Ibidem, 16/12/81.

⁸³ O Alto Taquari, 18/12/81.

⁸⁴ Gazeta do Sul, 23/03/82.

⁸⁵ O Informativo, 24/03/82 e O Alto Taquari, 11/06/82.

⁸⁶ Gazeta do Sul, 31/12/1982 e O Informativo, 27/07/82.

5.2.4 Quarta fase: 1983 a 1995

Na região de Santa Cruz do Sul, este foi o período mais fecundo em Movimentos Sociais. Todos os grandes movimentos nacionais (Diretas-Já, Pró-Constituinte, Fora Collor⁸⁷, Ação da Cidadania contra a fome⁸⁸) repercutiram aqui.

As diversas greves de professores estaduais, desde o governo de Amaral de Souza, passando pelos governos de Jair Soares, Pedro Simon, Alceu Colares e Antônio Brito, tiveram grande participação do magistério local. Assim, conforme noticiou o jornal Gazeta do Sul, a greve dos professores, em 1985, teve a adesão de 97%⁸⁹. Já em 1990, os professores pararam durante 57 dias⁹⁰; em 1991, 74 dias⁹¹, e em 1987, durante 100 dias⁹².

Ano por ano temos o seguinte quadro:

Em 1983, toda a região foi movimentada com o Dia de Protesto, acontecido em 25 de outubro⁹³ e pela greve dos médicos também em outubro⁹⁴. Os estudantes iniciaram uma campanha pela eleição direta para presidente⁹⁵. Em Venâncio Aires aconteceu a mobilização pela reativação da fábrica de fogões Venax no mês de julho e a greve dos funcionários da construtora Vogt e Knies em dezembro⁹⁶.

Em 1984, o Alto Taquari foi movimentado pelo fechamento da Coopave, que gerou diversas mobilizações da comunidade⁹⁷. A região se uniu às mobilizações pelas “Diretas Já”, sofrendo com a derrota da emenda Dante de Oliveira que restabeleceria eleições diretas em todos os níveis⁹⁸. Em julho, a região foi atingida pela greve dos previdenciários⁹⁹; em agosto, aconteceu o boicote na entrega dos produtos por parte dos colonos¹⁰⁰ e, em novembro, os professores das escolas estaduais paralisaram suas

⁸⁷ ~~O movimento dos caras-pintadas~~ foi em agosto. Em dezembro, Collor renunciou (Gazeta, 29/12/1992).

⁸⁸ Gazeta do Sul, 19/01/1994.

⁸⁹ Gazeta do Sul, 14/05/1985.

⁹⁰ Ibidem, 29/12/90.

⁹¹ Ibidem, 14/06/1991.

⁹² Ibidem, 31/12/1987.

⁹³ Ibidem, 25/10/83.

⁹⁴ Ibidem, 08/10/83.

⁹⁵ Jornal Opinião, 10/12/83.

⁹⁶ Folha do Mate, 23/07/83 e 14/12/83.

⁹⁷ O Alto Taquari, 13/04/84.

⁹⁸ Ibidem, 27/04/84.

⁹⁹ Jornal Opinião, 07/07/84.

¹⁰⁰ O Alto Taquari, 31/08/84; O Informativo, 06/-09/84; Folha do Mate, 05/09/1984.

atividades durante um dia¹⁰¹. Também em 1984 foi organizado, em Venâncio Aires, o Movimento contra o Desemprego¹⁰².

O ano de 1985, que representava a esperança de novos tempos por causa da Nova República, começou com o drama da doença e morte de Tancredo Neves¹⁰³. Foi marcado pela greve do magistério público estadual durante 60 dias¹⁰⁴, pelo protesto dos produtores¹⁰⁵ e dos agricultores¹⁰⁶, pela greve dos bancários, que teve adesão de 90% na região¹⁰⁷ e dos transportadores de carga¹⁰⁸.

Mil novecentos e oitenta e seis foi outro ano de muitas mobilizações na região. Destaca-se o bloqueio dos bancos feito pelos agricultores¹⁰⁹; a mobilização dos plantadores de fumo, com piquetes nas portas das fábricas para impedir a entrega do fumo às indústrias¹¹⁰; o boicote na entrega do leite¹¹¹; a greve dos bancários, previdenciários, construção civil, magistério particular¹¹², calçadistas¹¹³ e transporte coletivo¹¹⁴; o dia de greve geral convocada pelas centrais sindicais CUT e CGT contra o descongelamento de preços, anunciado logo após as eleições de 15 de novembro¹¹⁵; a mobilização dos moradores da Vila 7 de Setembro de Venâncio Aires que haviam sido despojados de suas casas¹¹⁶. Além disso, neste ano, a região participou da campanha pela Constituinte e pela Reforma Agrária¹¹⁷.

O ano de 1987, conforme o Jornal Gazeta do Sul, “passará para a história como um ano marcado pelas greves¹¹⁸”. Entre outras, aconteceram as greves dos bancários¹¹⁹, médicos¹²⁰, professores estaduais¹²¹, professores da FATES¹²², funcionários da Caixa

¹⁰¹ Folha do Mate, 09/11/1984.

¹⁰² Ibidem, 07/11/1984.

¹⁰³ O Alto Taquari 18/01/85 e 26/04/85.

¹⁰⁴ Jornal do Sudeste, 13/07/85 e Folha do Mate, 17/05/1985.

¹⁰⁵ Jornal do Sudeste, 06/07/85.

¹⁰⁶ O Informativo, 04/09/85.

¹⁰⁷ Gazeta do Sul, 12/09/85.

¹⁰⁸ Ibidem, 10/12/85.

¹⁰⁹ O Alto Taquari, 28/02/86.

¹¹⁰ Folha do Mate, 14/01/86 e Gazeta do Sul, 27/12/86.

¹¹¹ O Alto Taquari, 23/05/86.

¹¹² Gazeta do Sul, 27/12/86.

¹¹³ Folha do Mate, 19/08/86.

¹¹⁴ Gazeta do Sul, 1º/11/86.

¹¹⁵ O Alto Taquari, 12/12/86.

¹¹⁶ Atas da Pastoral Operária, 31/05/1986.

¹¹⁷ Jornal de Opinião, 22/01/86, Folha do Mate, 29/06/86 e Gazeta do Sul, 05/08/86.

¹¹⁸ Gazeta do Sul, 31/12/87.

¹¹⁹ O Informativo do Vale, 25/03/87.

¹²⁰ Ibidem, 08/04/87.

¹²¹ Ibidem, 11/04/87.

¹²² Ibidem, 19/06/87 e 25/06/1987.

Econômica Federal¹²³, serventuários da justiça¹²⁴ e motoristas de ônibus¹²⁵. O ano ainda foi marcado pelos protestos dos agricultores em diversos municípios da região¹²⁶ e por mobilizações locais. Assim, em Arroio do Meio houve uma grande manifestação pela construção do trevo na RS 130 que dá acesso à cidade¹²⁷. Em Encruzilhada do Sul, a comunidade protestou contra o ato de desapropriação do Hospital Santa Bárbara, pedindo a permanência das irmãs¹²⁸ e, em Anta Gorda, os agricultores organizaram um protesto contra o tratamento dispensado pelo Governo Federal ao homem do campo¹²⁹.

Em 1988, ano em que foi promulgada a nova Constituição, aconteceu mais uma greve do magistério estadual¹³⁰. Outras greves do ano são: da previdência social¹³¹, dos hospitais¹³², da Corsan¹³³, do Serviço de Inspeção Federal¹³⁴. Mais de 2000 agricultores participaram do protesto em Lajeado, exigindo medidas de valorização da classe por parte do Governo. Durante 40 minutos, fecharam a BR 386¹³⁵. “No Brasil, o ano terminou com um saldo de greves nunca antes registrado no país. Estiveram parados 400 mil funcionários dos ministérios¹³⁶”.

O ano de 1989, conhecido mundialmente como o ano da derrubada do Muro de Berlim, foi o ano de forte mobilização política no Brasil. Num claro duelo de duas propostas políticas opostas, Fernando Collor de Melo foi eleito presidente da República. Mesmo assim, não deixou de ser um ano marcado por muitas greves e protestos. Destacamos: Greve da polícia civil¹³⁷, do magistério estadual¹³⁸, dos trabalhadores nas indústrias do fumo de Venâncio Aires¹³⁹, dos eletricitários¹⁴⁰, dos bancários¹⁴¹, dos

¹²³ Ibidem, 14/08/87.

¹²⁴ Ibidem, 10/12/87.

¹²⁵ Ibidem, 23/06/87.

¹²⁶ Jornal Opinião, 11/04/87; O Informativo, 31/03/87; Folha do Mate, 31/03/87; O Alto Taquari, 03/04/87.

¹²⁷ O Alto Taquari, 30/10/87.

¹²⁸ Folha Encruzilhadense, 23/07/87 e Gazeta do Sul, 31/12/87.

¹²⁹ Jornal de Opinião, 11/04/87.

¹³⁰ Folha do Mate, 21/10/88.

¹³¹ Folha do Mate, 27/09/88.

¹³² Folha do Mate, 23/12/88.

¹³³ O Informativo, 30/12/88.

¹³⁴ O Informativo, 04/01/88.

¹³⁵ O Informativo, 31/03/88.

¹³⁶ Gazeta do Sul, 31/12/88.

¹³⁷ O Alto Taquari, 27/01/89.

¹³⁸ Jornal do Sudeste, 27/05/89 e O Informativo, 08/06/89.

¹³⁹ O Informativo, 28/02/89 e Folha do Mate, 28/02/89 e 17/03/89.

¹⁴⁰ O Informativo, 21/03/89.

¹⁴¹ O Informativo, 21/04/89 e Folha do Mate, 28/04/89.

professores municipais de Lajeado¹⁴², dos servidores públicos federais¹⁴³, dos médicos¹⁴⁴. Houve uma greve geral no dia 1º de março, com adesão parcial dos trabalhadores na região¹⁴⁵. Aconteceu a manifestação dos agricultores em Porto Alegre e em Lajeado¹⁴⁶. Em Venâncio Aires, a população protestou por segurança dos pedestres na RS 428¹⁴⁷ e em Anta Gorda pelo asfaltamento da RS 232¹⁴⁸.

O ano de 1990 começou com a greve dos funcionários da Corsan¹⁴⁹ e dos transportes interurbanos¹⁵⁰. Teve ainda a greve dos trabalhadores das fumageiras¹⁵¹, dos servidores públicos estaduais¹⁵², dos eletricitários, metalúrgicos e calçadistas¹⁵³, da CEEE, Fórum, Emater e CRT¹⁵⁴. Em março os produtores distribuíram leite na praça de Arroio do Meio, em protesto pelo preço pago ao produtor¹⁵⁵.

Em 1991 começa a se discutir a desapropriação de terras para assentar os agricultores sem-terra¹⁵⁶. É o ano da emancipação dos municípios de Passo do Sobrado, Mato Leitão, Travesseiro, Capitão, Santa Clara do Sul, Sério, Sinimbu e Gramado Xavier¹⁵⁷. Entre as greves do ano se destacam: do magistério estadual que para durante 74 dias¹⁵⁸; dos estudantes da Escola Estadual Carlos Correa da Silveira de Encruzilhada do Sul¹⁵⁹; juizes¹⁶⁰; bancários¹⁶¹; petroleiros¹⁶²; eletricitários¹⁶³. Em maio, houve uma greve geral com pouca repercussão na região¹⁶⁴.

O ano de 1992 ficou marcado pela Conferência das Nações Unidas sobre Ecologia e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, pelas mobilizações contra a

¹⁴² O Informativo, 06/09/89.

¹⁴³ O Informativo, 23/11/89.

¹⁴⁴ Folha do Mate, 24/10/89.

¹⁴⁵ O Informativo, 15/03/89.

¹⁴⁶ O Informativo, 19/01/89 e 09/03/89.

¹⁴⁷ Folha do Mate, 30/05/89.

¹⁴⁸ Jornal Opinião, 06/05/89.

¹⁴⁹ Folha do Mate, 16/01/90.

¹⁵⁰ Gazeta do Sul, 29/12/90 e O Alto Taquari, 26/01/90.

¹⁵¹ Folha do Mate, 08/06/90.

¹⁵² O Alto Taquari, 11/05/90.

¹⁵³ Folha do Mate, 19/06/90.

¹⁵⁴ Ibidem, 07/12/90.

¹⁵⁵ O Alto Taquari, 16/03/90.

¹⁵⁶ Jornal do Sudeste, 29/01/91.

¹⁵⁷ Gazeta do Sul, 10/11/91; Folha do Mate, 12/11/91; O Informativo, 31/12/91; O Alto Taquari, 10/11/91.

¹⁵⁸ Gazeta do Sul, 14/06/91.

¹⁵⁹ Ibidem, 15/06/91.

¹⁶⁰ Ibidem, 11/09/91.

¹⁶¹ Ibidem, 13/09/91 e 20/09/91.

¹⁶² Gazeta do Sul, 21/09/91 e Folha do Mate, 17/09/91.

¹⁶³ Gazeta do Sul, 11/12/91.

¹⁶⁴ Ibidem, 31/12/91.

proposta de calendário rotativo feita pela secretária da educação¹⁶⁵ e pelo processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor¹⁶⁶. Além disso, houve greve do magistério estadual¹⁶⁷ e manifestação de 10 mil agricultores, em Porto Alegre, contra o Governo Federal¹⁶⁸. Em Santa Cruz foi organizado o Movimento Sem Teto¹⁶⁹.

Em 1993 foi lançado o movimento Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, que foi “um dos movimentos sociais mais significativos ocorridos nos anos 90 no Brasil” (Gohn, 2000, p. 73). Tocada por dados estatísticos que davam conta da existência de 32 milhões de brasileiros vivendo como “indigentes”, a sociedade brasileira se organizou e constituiu comitês em todo o território nacional, tendo chegado a mais de três mil comitês no final de 1993, muitos deles organizados em municípios da região¹⁷⁰. Ao longo do ano continuou a luta contra o calendário rotativo¹⁷¹. As greves que marcaram presença foram: funcionários da CEEE¹⁷², hospitais¹⁷³ e Caixa Econômica Estadual¹⁷⁴. Em Venâncio Aires houve uma grande mobilização pela permanência da Fumossul na cidade¹⁷⁵. Em Santa Cruz do Sul foi lançada a campanha “Salve o Rio Pardinho¹⁷⁶” e realizado um grande acampamento de agricultores em frente à Souza Cruz, exigindo melhores preços para o seu produto¹⁷⁷.

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente do Brasil e Antônio Britto governador do Estado. Em Brasília aconteceu o Grito de Alerta dos trabalhadores rurais, do qual participaram agricultores da região¹⁷⁸. Na UNISC, houve um protesto dos alunos contra o aumento das mensalidades¹⁷⁹ e, nas escolas estaduais, os alunos se mobilizaram para reduzir as férias de inverno que, em função do calendário rotativo, chegariam a 50 dias¹⁸⁰. Continuaram as mobilizações contra o calendário rotativo¹⁸¹ e por melhores preços para o leite¹⁸². O Movimento das Mulheres Urbanas de Venâncio

¹⁶⁵ Jornal do Sudeste, 20/07/92 e O Informativo, 17/04/92.

¹⁶⁶ O informativo, 28/08/92 e 30/09/92; Folha do Mate, 25/08/92 e 29/09/92.

¹⁶⁷ O Informativo, 1º/09/92.

¹⁶⁸ O Alto Taquari, 11/02/92.

¹⁶⁹ Boletim Diocesano, dezembro de 1992, p. 9.

¹⁷⁰ O Informativo, 31/12/93; Jornal do Sudeste, 07/08/93.

¹⁷¹ O Informativo, 31/12/93.

¹⁷² Ibidem, 16/04/93.

¹⁷³ Ibidem, 28/05/93.

¹⁷⁴ Ibidem, 01/06/93.

¹⁷⁵ Ibidem, 07/09/93.

¹⁷⁶ Gazeta do Sul, 31/12/1993.

¹⁷⁷ Boletim Diocesano, abril de 1993.

¹⁷⁸ Folha do Mate, 04/04/94.

¹⁷⁹ Gazeta do Sul, 31/12/94.

¹⁸⁰ Ibidem, 31/12/94.

¹⁸¹ O Informativo, 31/12/94.

¹⁸² Ibidem, 31/12/94.

Aires teve sua principal vitória até aquele momento, com o início da circulação do ônibus urbano nos finais de semana¹⁸³.

Em fevereiro aconteceu o 1º acampamento de agricultores sem terra na região, mais especificamente em Encruzilhada do Sul¹⁸⁴, sendo que o assentamento foi oficializado no dia 08 de abril. O fato repercutiu fortemente na região, principalmente em Encruzilhada do Sul, onde começaram a acontecer diversas reações¹⁸⁵.

Com a chegada dos Sem-Terra, os movimentos sociais ganharam outra dimensão. No dizer de Frei Betto (2000),

a experiência do MST serve de referência para um novo estilo de atuação. Ali o político (a reforma agrária) articula-se com o benefício pessoal e familiar concreto (a ocupação da terra e a conquista de um lote). O utópico (o socialismo) é vivenciado em atividades coletivas (assentamentos e cooperativas). O ético (a militância e as marchas) encontra motivação no estético (os símbolos, como a bandeira, as músicas, as romarias, o ritual dos encontros)

Motivados pelo êxito dos Sem-Terra, os Sem-Teto ocuparam uma área de 44 hectares em Rio Pardo¹⁸⁶, na esperança de obterem a sua casa.

Nesta fase, foram organizadas “oposições sindicais” em diversos lugares, com o intuito de tirar os “pelegos” dos sindicatos. Em alguns lugares tiveram êxito, como foi o caso de Venâncio Aires e Arroio do Meio¹⁸⁷. Em outros lugares fracassaram¹⁸⁸. Junto com as oposições sindicais também foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores na Cultura do Fumo (Sintrafumo)¹⁸⁹.

Foi também neste período que surgiu o Movimento de Justiça e Direitos Humanos em Venâncio Aires (1984), o Grupo de União e Consciência Negra em Santa Cruz do Sul (1983), o Movimento de Consciência Negra em Venâncio Aires (1983), o Movimento do Em busca da Paz que foi transformado em “Rede do Em busca da Paz” (1990), a associação ecológica Arco-Íris de Venâncio Aires (1993) vários movimentos de mulheres (Mulheres Trabalhadoras Rurais, Mulheres Urbanas, Mulheres Rurais)¹⁹⁰, o Movimento dos Portadores de Deficiência, o Movimento dos Sem Teto em Venâncio Aires, Rio Pardo e Santa Cruz do Sul¹⁹¹, movimentos emancipacionistas em Amaral

¹⁸³ Folha do Mate, 28/04/94.

¹⁸⁴ Boletim Diocesano, março de 1994.

¹⁸⁵ Jornal do Sudeste, 19/05/94; 11/06/94; 04/08/94.

¹⁸⁶ Boletim Diocesano, abril de 1994.

¹⁸⁷ Folha do Mate 20/05/1986 e O Alto Taquari 02/10/1987.

¹⁸⁸ O Informativo, 02/12/1987 e 15/12/1987.

¹⁸⁹ Schmidt, João P. Sindicatos de Trabalhadores Vales do Rio Pardo e Taquari. Unisc, 1994, p.08.

¹⁹⁰ Gazeta do Sul, 23/05/1985.

¹⁹¹ Ibidem, 22/09/1990 e 14/08/1991.

Ferrador, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Sinimbu, Vale do Sol, Gramado Xavier, Herveiras, Boqueirão do Leão, Monte Alverne, Mato Leitão, Mariante, Progresso, Sérico, Pouso Novo, Canudos do Vale, Forquetinha, Capitão, Travesseiro, Doutor Ricardo, Marques de Souza, Coqueiro Baixo e Vespasiano Correa¹⁹².

5.2.5 Quinta fase: 1995 em diante.

É a fase em andamento no momento. O mais significativo movimento social surgido neste período, na região, é o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Na sua origem estão acampamentos de colonos (um deles realizado em Encruzilhada do Sul)¹⁹³ e marchas de colonos (uma delas começou em Venâncio Aires, em março de 1998)¹⁹⁴.

Ao lado do MPA continua a atuar o MST, o Movimento de Consciência Negra, os movimentos de mulheres, o movimento do Em busca da Paz, o Comitê Ação da Cidadania. Também ganha destaque o Movimento Ecológico através da difusão da agricultura ecológica e da fundação de ONGs¹⁹⁵, pela conscientização sobre o destino dado ao lixo agrotóxico e contra a poluição de rios e vertentes.

Em 1995, repercutiu pelo mundo afora uma denúncia feita pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Venâncio Aires, apontando o alto índice de suicídios no município, e propondo a sua ligação com o uso de agrotóxicos.¹⁹⁶ Outros movimentos de 1995 foram: Grito de Alerta dos Trabalhadores Rurais em Brasília¹⁹⁷; greve dos servidores da Corsan¹⁹⁸; greve dos funcionários de hospitais¹⁹⁹; greve dos trabalhadores da alimentação²⁰⁰; greve dos petroleiros²⁰¹. Neste ano continuaram a ser organizados os Comitês Ação da Cidadania contra a Fome nos municípios onde ainda não haviam sido organizados²⁰². Em setembro aconteceram os plebiscitos em Herveiras, Marques de Souza, Forquetinha, Doutor Ricardo, Canudos e Vespasiano Correa²⁰³.

¹⁹² Ibidem, 18/05/1985 e 10/11/1991; Jornal do Sudeste, 16/04/88; O Informativo, 06/07/89, 31/12/91 e 31/12/95; Folha do Mate, 31/12/1991; O Alto Taquari, 06/01/92.

¹⁹³ Jornal do Sudeste, 09/02/96.

¹⁹⁴ Folha do Mate, 12/03/98.

¹⁹⁵ Ecobé em Arroio do Meio, Gema em Encruzilhada do Sul e Preserva de Arvorezinha.

¹⁹⁶ Comissão, p. 243; Gazeta do Sul, 30/11 e 31/12/1996.

¹⁹⁷ Folha do Mate, 04/04/95.

¹⁹⁸ O Alto Taquari, 28/07/95.

¹⁹⁹ O Informativo, 05/04/95.

²⁰⁰ Ibidem, 27/05/95.

²⁰¹ Ibidem, 30/05/95.

²⁰² Jornal do Sudeste, 15/09/95.

²⁰³ O Informativo, 30/12/95; Gazeta do Sul, 31/12/95.

O ano de 1996 marca o nascimento do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores²⁰⁴). Destacam-se, ainda, neste ano, as mobilizações contra as privatizações, principalmente da CRT e da CEEE²⁰⁵. Em Encruzilhada continua a mobilização do MST, com novos acampamentos²⁰⁶.

Mil novecentos e noventa e sete se destaca pelas mobilizações contra a municipalização das escolas estaduais²⁰⁷ e pelo crescimento do MST e do MPA na região²⁰⁸. Além disso, em Santa Cruz do Sul, aconteceu uma grande mobilização por mais segurança no trânsito²⁰⁹; em Encruzilhada do Sul, aconteceu uma invasão de área por parte de Sem-Teto²¹⁰; em Lajeado, o magistério municipal paralisou suas atividades durante um dia²¹¹; em Venâncio Aires, moradores da Vila Batisti protestaram, exigindo agilidade no processo de recebimento das novas moradias²¹²; os sindicatos de trabalhadores rurais organizaram o Grito da Terra Brasil²¹³; o magistério estadual realizou mais uma greve, com grande adesão dos professores²¹⁴.

O ano de 1998 começa com a “Marcha da Coragem e da Esperança” organizada pelo MPA²¹⁵ e que atravessa os municípios de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo e Pantano Grande. Em abril se realiza a Campanha de motivação aos jovens de 16 anos a que providenciem pelo seu Título Eleitoral²¹⁶. Acontecem protestos dos plantadores de erva-mate²¹⁷, dos produtores de leite²¹⁸ e de moradores na Vila Batisti de Venâncio Aires²¹⁹. Neste ano, o Movimento de Mulheres de Arroio do Meio passa a integrar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)²²⁰. Em novembro, Olívio Dutra é eleito governador do Estado, sendo que no território da Diocese conseguiu superar Antônio Britto apenas em Rio Pardo, Venâncio Aires e Mato Leitão²²¹.

²⁰⁴ Jornal do Sudeste, 1º/03/96 e O Informativo, 07/02/96.

²⁰⁵ Gazeta do Sul, 24/12/1996 e 26/12/1996.

²⁰⁶ Ibidem, 16/05/96 e Jornal do Sudeste, 16/08/96.

²⁰⁷ Gazeta do Sul, 31/12/1997.

²⁰⁸ Jornal do Sudeste, 15/08/97.

²⁰⁹ Gazeta do sul, 31/12/97.

²¹⁰ Jornal do Sudeste, 04/04/97.

²¹¹ O Informativo, 02/08/97.

²¹² Gazeta do Chimarrão, 26/06/97.

²¹³ O Informativo, 20/03/97.

²¹⁴ Jornal Opinião, 22/05/97; O Alto Taquari, 04/07/97; Gazeta do Chimarrão, 03/07/97.

²¹⁵ Gazeta do Chimarrão, 12/03/98 e Jornal Sudeste, 13/03/98.

²¹⁶ Gazeta do Chimarrão, 16/04/98.

²¹⁷ Ibidem, 07/10/98.

²¹⁸ O Informativo, 23/04/98.

²¹⁹ Folha do Mate, 06/06/98.

²²⁰ O Informativo, 10/06/98.

²²¹ Jornal Opinião, 30/10/98; Jornal Sudeste, 30/10/98 e Folha do Mate, 28/10/98.

Os jornais de janeiro de 1999 destacam: “A esquerda no poder: Frente assume o Governo”²²². Com o novo Governo começa a ser implantado o orçamento participativo²²³. Em fevereiro, os agricultores de Rio Pardo bloqueiam a estrada que liga o município a Cachoeira do Sul por causa das más condições da rodovia²²⁴. Em março, os fumicultores, apoiados pela CUT, Afubra e Fetag invadem a fábrica da Souza Cruz em Santa Cruz do Sul, exigindo aumento nos preços do produto. Neste mês também acontece uma manifestação do MPA em Porto Alegre²²⁵ e uma manifestação contra os pedágios²²⁶ em toda a região. Em maio, os professores estaduais paralisam suas atividades durante duas horas²²⁷; os professores municipais de Santa Cruz do Sul param por um dia²²⁸; os moradores de Venâncio Aires protestam pela demora nas medidas de segurança na RST 453; os agricultores bloqueiam a ponte sobre o rio Taquari²²⁹. Em julho, o país para por causa da greve dos caminhoneiros²³⁰. Em agosto, Brasília é invadida pelos grandes produtores rurais no “caminhãoço”²³¹ e por mais de 40 mil trabalhadores que protestam contra a privatização, principalmente da Telebrás²³². Ainda em agosto, acontece nova greve de caminhoneiros²³³. Em novembro acontece uma caminhada pela paz, em Santa Cruz do Sul²³⁴ e, em dezembro, os assentados do MST ocupam o Banco do Brasil²³⁵. Na educação, a novidade que surge é o MOVA (Movimento de Alfabetização de Adultos e Jovens), lançado em julho pelo Governo do Estado²³⁶.

Em 2000, continuou a mobilização do MST na região. Em fevereiro, os agricultores sem terra ocuparam uma nova área em Encruzilhada do Sul, sendo que eles posteriormente foram transferidos para Pantano Grande²³⁷. Em abril, o MST invadiu a prefeitura de Encruzilhada do Sul e ocupou a Fazenda São Filipe, também de Encruzilhada²³⁸. O reinício das aulas foi retardado por causa da greve do magistério

²²² O Informativo, 05/01/99.

²²³ O informativo, 13/05/99 e 27/05/99.

²²⁴ Gazeta do Sul, 09/02/99.

²²⁵ O Informativo de Arroio do Meio, 11/03/99; O Alto Taquari, 05/03/99 e 12/03/99.

²²⁶ O Informativo, 16/03/99 e Jornal Opinião, 20/03/99.

²²⁷ O Informativo, 04/05.

²²⁸ Gazeta do Sul, 20/05/99.

²²⁹ O Informativo, 20/05/99.

²³⁰ O Alto Taquari, 30/07/99.

²³¹ Gazeta do Sul, 16/08/99.

²³² Ibidem, 24/08/99.

²³³ Ibidem, 28/08/99.

²³⁴ Ibidem, 18/11/99.

²³⁵ Ibidem, 07/12/99.

²³⁶ Ibidem, 10/12/99.

²³⁷ Jornal Sudeste, 04/02/00; e 20/10/00; Gazeta do Sul, 03/02/00; 08/02/00.

²³⁸ Gazeta do Sul, 13/04/00 e 19/04/00; Jornal Sudeste, 24/04/00.

estadual²³⁹. Aconteceram novas greves de caminhoneiros²⁴⁰, arroteiros²⁴¹ e dos servidores públicos federais²⁴². Houve vários protestos contra a elevação das tarifas dos pedágios²⁴³ e uma manifestação pedindo o fim da violência em Santa Cruz do Sul²⁴⁴. A região participou também do plebiscito pelo não pagamento da dívida externa, realizado em todo o Brasil²⁴⁵, numa iniciativa da CNBB, OAB e várias outras entidades.

5.3 Movimentos Sociais que estão organizados na Região

Na região da Diocese de Santa Cruz do Sul existem vários Movimentos Sociais que estão organizados e vem atuando ao longo dos anos. Entre eles destacamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres, o Movimento de Consciência Negra, o Movimento dos Direitos Humanos, o Movimento Ambientalista e o Movimento Pacifista. Na concepção de Touraine (1998, p. 112), dois deles (Movimento de Mulheres e Movimento Ambientalista) são movimentos caracteristicamente culturais. Um (Movimento de Consciência Negra) se enquadra no grupo dos movimentos étnicos de defesa das minorias, mas que muitas vezes se eleva à categoria de movimento cultural, ao centrar-se “em la afirmación de derechos culturales más que em el conflicto com um adversário que puede seguir definiéndose de manera vaga” (Loc. cit.). No presente trabalho não assumimos esta distinção, sendo que tratamos a todos eles de Movimentos Sociais.

5.3.1 MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Visto por muitos como exemplo para os outros Movimentos Sociais, e apontado como o “movimento que maior desempenho tem mostrado quanto à força de sua mobilização e o impacto de suas ações” (Navarro, 1996, p. 90), o MST surgiu entre os anos de 1978 e 1985. Ele surgiu “no interior das lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado” (Fernandes, 2000, p. 50). Em

²³⁹ Gazeta do Sul, 14/03/00; 04/04/00.

²⁴⁰ Ibidem, 03/05/00.

²⁴¹ Ibidem, 20 e 21/05/00; 24/05/00/ 27 e 28/05/00.

²⁴² Gazeta do Sul, 30/05/00.

²⁴³ O Alto Taquari, 28/01/00.

²⁴⁴ Gazeta do Sul, 04/01/00.

²⁴⁵ Jornal do Sudeste, 15/09/00.

sua origem está a última esperança de vida de pessoas que foram desalojadas de suas terras para “a construção de grandes rodovias como a Transamazônica e a Rio-Santos, ou as usinas hidrelétricas e barragens, como Itaipu” (Gohn, 2000, p. 142), e que não desistiram em alimentar o sonho de terem o seu pedaço de chão.

As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações realizadas no Estado do Rio Grande do Sul, em 1979; as ocupações efetuadas no Estado de Santa Catarina, em 1980, ainda nesse ano; no Estado do Paraná, o conflito entre dez mil famílias e o Governo Federal que, com a construção da barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas” (História do MST, 2000).

A primeira ocupação de terras que motivou a organização do MST se deu no dia 7 de setembro de 1979, “quando aconteceu a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul” (Fernandes, 2000, p. 50), por famílias que haviam sido expulsas das áreas indígenas de Nonoai e Planalto. Seguiu-se a ocupação da gleba Brilhante, no dia 25 de setembro de 1979 e da Fazenda Anoni em outubro de 1980. Porém, o acampamento emblemático na “construção do caminho da luta pela terra foi Encruzilhada Natalino” (Ibidem, p. 55). O acampamento começou no dia 8 de dezembro de 1980. “Em junho de 1981 havia 600 famílias, reunindo mais de 3 mil pessoas que habitavam em barracos de lona, capim, de madeira, de sacos de cimento ou adubo” (Ibidem, p. 56). Na oportunidade, o MST não existia como Movimento organizado, sendo que a coordenação era feita pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) ligada à Igreja Católica (Ibidem, p. 52-53).

“O trabalho pastoral da CPT foi decisivo para o nascimento do MST. As comunidades tornaram-se lugares de discussão e conscientização para a construção de um espaço político de confronto na luta pela terra” (História do MST, p. 3). Ao lado da Igreja Católica, o Novo Sindicalismo representado pela CUT e o Partido dos Trabalhadores

foram, no transcorrer do tempo, as principais matrizes político-culturais do movimento de trabalhadores rurais que emergia. Mas a necessidade política da criação de uma nova forma de organização social se dava exatamente pelos limites que as estruturas convencionais das instituições envolvidas na luta pela terra enfrentavam. (...) Essa luta em movimento requer avanços e a Igreja, os sindicatos e os partidos contribuíam dentro das dimensões das suas estruturas” (Ibidem, p.2).

Oficialmente, o MST foi fundado em 1984, no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, realizado na cidade de Cascavel, Paraná. Ele se desenvolveu através da conquista da terra, o que se convencionou chamar de *Territorialização*.

Cada assentamento conquistado é uma fração do território que passa a ser trabalhado pelos Sem-Terra. (...) Ao conquistar um assentamento abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas, chamamos de territorialização. Assim, a cada assentamento que o MST conquista, ele se territorializa. E é exatamente isto que diferencia o MST dos outros movimentos sociais. Quando a luta acaba na terra não existe territorialização. (...) Os Sem-Terra, ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão o MST é um movimento socioterritorial. A territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação da terra nasceu o MST (História do MST, p. 2).

De acordo com Goergen (entrevista nº 13), o MST se orienta pela ideologia socialista. Suas principais matrizes ideológicas são o marxismo e o cristianismo. “O MST contesta a ação do mercado como regulador da economia, atuando com os mais excluídos do campo, aqueles que estão fora do mercado”. Sua mística “está baseada na noção de que terra deve ser para quem nela trabalha”. O Movimento chega a isso através de várias leituras: uma baseada na natureza, onde “a terra é um bem da natureza e, portanto, deve ser de todos”. Outra baseada na fé cristã, que entende que “a terra é um dom de Deus e, portanto, deve ser de todos”. Uma terceira leitura que está conquistando sempre mais espaço é aquela que entende “a terra como um bem que não pode ser degradado”, devendo-se, por isso, cuidar dela. Uma quarta leitura que “está entrando na mística do MST nos últimos 4 anos é a defesa da nação”, representada pela bandeira brasileira.

Goergen (ibidem) chama a atenção para a evolução da mística, representada pelos símbolos.

Se olhares as fotos do começo do MST, tu vais ver que na frente sempre estava a cruz. A partir de um certo momento passa a estar na frente a bandeira do MST. E hoje, a gente percebe que quem está na frente é a bandeira do Brasil. Isso acaba compondo a mística do movimento. A valorização da terra – a valorização de alguns símbolos do cristianismo – a valorização dos símbolos que o MST mesmo construiu – a valorização da nação brasileira como um espaço de preservação da identidade, contrastando-se à influência internacional ou às novas formas de materialismo que se tornam muito patentes com o avanço da globalização econômica dos últimos anos.

Na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, o MST chegou em 1994²⁴⁶. A agropecuária Erno, proprietária da Fazenda Branca de Encruzilhada do Sul, havia falido, e entrou no processo de desapropriação para assentamento. Em fevereiro daquele ano, chegaram 113 famílias dos acampamentos de Não-Me-Toque, Bagé e das Missões. Ficaram acampadas durante dois meses, até serem assentadas em seus lotes no mês de abril de 1994, constituindo o Assentamento Segredo Farroupilha.

²⁴⁶ Por coincidência, o MST chegou para a região através do município de Encruzilhada do Sul, onde, em 1961, havia sido fundada a Associação dos Agricultores Sem-Terra, que se transformou no MASTER.

Em Encruzilhada do Sul, os integrantes do MST encontraram uma realidade que lhes era totalmente adversa. Não havia abertura para a Reforma Agrária, o que dificultou a busca de escola para as crianças e atendimento hospitalar para os doentes. A composição do grupo era muito variada, já que os assentados estavam chegando de três acampamentos com realidades muito distintas (Bagé, Missões e Não-Me-Toque). Quando começaram a produzir os primeiros frutos, o mercado não estava preparado para receber a produção, “uma vez que a economia do município estava organizada para receber outras coisas, como ovelha, arroz....” (entrevista 13). O fato de não haver outros assentamentos próximos, fez os assentados sentirem o isolamento. As relações com o poder público municipal desde o início foram muito conflituosas, “chegando-se ao ponto de denunciar a prefeitura ao Ministério Público pelo desvio de recursos vindos para o assentamento” (ibidem). Em duas oportunidades, os assentados ocuparam a Prefeitura. As únicas entidades que apoiaram foram a Igreja e o Sindicato de Trabalhadores Rurais. “Em parte também o Partido dos Trabalhadores, mas bem mais fraco, com bem menos força” (ibidem). A partir da Igreja e do Sindicato se formou um “grupo de apoio”, que se encarregou de prestar assistência aos assentados. Eram pessoas que marcavam presença junto aos assentados, arrecadando comida, roupas e remédios (Entrevista 11c).

Em julho de 1996, um segundo grupo de sem-terra, formado por 41 famílias, veio para Encruzilhada do Sul. Ele veio do acampamento de Julio de Castilhos para ser assentado na Fazenda da Quinta, onde constituiu o Assentamento São Pedro. Mais uma vez a solidariedade veio da Igreja Católica e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Entrevista 12). Por parte do Governo Municipal, os assentados só tem queixas, porque “da prefeitura, até hoje, não tivemos uma palavra de apoio” (Ibidem).

Um terceiro assentamento do MST em Encruzilhada do Sul se deu em dezembro de 1998. A localidade escolhida foi o Foles, onde constituíram o assentamento Pe. Réus. O assentamento é composto por 37 famílias. Também neste assentamento as dificuldades iniciais foram muito grandes, principalmente no período de espera para a legalização dos lotes, quando permaneceram acampados “debaixo de lonas pretas sem as mínimas condições de higiene”, o que provocou alta incidência de doenças²⁴⁷.

Em fevereiro de 2000, 350 famílias invadiram uma área de terra de 100 hectares, pertencente ao Governo Federal, onde constituíram o Acampamento Bom Jesus. Estas

²⁴⁷ Jornal do Sudeste, 27/08/1999.

famílias foram transferidas para Pantano Grande, onde se constituiu o primeiro acampamento de sem-terra fora de Encruzilhada do Sul, na região da Diocese de Santa Cruz do Sul. O acampamento permaneceu em Pantano durante um ano, quando as famílias foram assentadas em seus respectivos lotes.

5.3.2 MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores

Um dos mais promissores Movimentos Sociais da atualidade é, certamente, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Gestado no contexto da grande seca que se abateu sobre o Rio Grande do Sul no ano de 1995, o MPA foi criando corpo nos acampamentos de pequenos agricultores nos meses de janeiro/fevereiro de 1996, reivindicando crédito subsidiado e seguro agrícola. Um destes acampamentos aconteceu no Alto das Figueiras em Encruzilhada do Sul, com a participação de 500 pessoas. Ao todo foram aproximadamente 30 mil pessoas que se engajaram nos acampamentos, sendo que a maioria deles se deu na região celeiro do Estado. Desde logo foram aparecendo as divergências com a FETAG, a CONTAG e o Departamento Rural da CUT quanto ao jeito de conduzir esta nova luta, quanto às reivindicações a serem apresentadas e quanto ao público beneficiário (Goergen, 1998, p. 21-23).

Motivado pelas conquistas do MST, o MPA adotou várias práticas idênticas a ele, começando pela organização de grupos de base, passando pelos acampamentos, ocupações de prédios públicos, marchas e greves de fome.

O ponto de partida foram os acampamentos. Seguiram-se, em 1997, a ocupação da Secretaria da Agricultura e da Assembléia Legislativa em Porto Alegre; a greve de fome de 8 pessoas durante 17 dias, em Porto Alegre; a Marcha dos Sem de Montenegro a Porto Alegre. As primeiras conquistas foram aparecendo, com a obtenção do *Pronafinho Custeio*, (oficialmente Pronaf “C”) que é um crédito de até R\$ 2.000,00 com juros fixos de 3% ao ano e um rebate de R\$ 200,00.

Em dezembro de 1997, os agricultores decidiram criar oficialmente o MPA, que, a partir daquele momento, se difundiu por todo o Brasil, a começar pelos Estados de Rondônia e Espírito Santo, além, é lógico, do Rio Grande do Sul onde havia nascido.

Em 1998, agora já como Movimento organizado, se deu a “Marcha da Coragem e da Esperança” que mobilizou 2 mil agricultores numa caminhada de Venâncio Aires a Porto Alegre. De acordo com Scherer (entrevista 15), o resultado foi a obtenção do

Pronafinho-Investimento, “que é um recurso para investir, com 8 anos de prazo para pagar, tendo um valor mínimo de R\$ 1.500,00 e um valor máximo de R\$ 4.000,00. O agricultor tem um rebate de R\$ 700,00 nesta linha de crédito”. A luta agora é para que tanto o Crédito Custeio quanto o Crédito de Investimento tenham um rebate de 50% no capital e no juro.

Em 1999, conforme declarações de Scherer (entrevista 15), o MPA não avançou muito. Porém, em 2000, “tivemos de novo um grande avanço, no que se refere à eliminação da TJLP (taxa de juros de longo prazo) em cima de parte das dívidas dos pequenos agricultores”. Para chegar a isso, o MPA organizou o Levante do Campo, trancou a Souza Cruz em Santa Cruz do Sul, bloqueou o porto de Rio Grande, fechou a ponte São Borja – São Tomé e ocupou a empresa Monsanto de Não-Me-Toque. E para 2001, o MPA se propôs conseguir o Crédito Moradia e o Seguro Agrícola.

No dizer de um dos seus principais ideólogos, Frei Sérgio Goergen,

O núcleo básico a partir do qual o MPA se organiza não é o município, nem a região, nem o sindicato e nem mesmo a comunidade: é um grupo de base de pequenos agricultores que se organizam para lutar e buscar conjuntamente alternativas para resistir na terra e mudar sua vida (Goergen, 1998, p. 15).

Conforme Scherer (entrevista 15) “para você estar dentro do MPA você deve estar organizado em grupo. Se você não estiver organizado em grupo, você não faz parte do MPA”. Em Venâncio Aires, de acordo com Heinen (entrevista 14), existem 85 grupos organizados, onde participam aproximadamente 1.500 famílias.

A coordenação do Movimento se dá por níveis. Assim, em cada município os coordenadores dos grupos de base escolhem uma coordenação, sendo que “nos municípios onde o Sindicato dos Trabalhadores Rurais assumir os princípios e a forma de luta do MPA, ele naturalmente fará parte integrante da coordenação municipal” (Goergen, 1998, p. 56). Na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, os únicos STRs que estavam assumindo a proposta do MPA até o final de 2000 eram os sindicatos de Encruzilhada do Sul, Cruzeiro do Sul, Arroio do Meio e Progresso.

A partir dos municípios se organizam as regiões, muitas vezes similares às do Corede. Assim, na região da Diocese temos a regional do Vale do Taquari e a regional do Vale do Rio Pardo. A coordenação estadual é feita pelos representantes das 11 regionais, subdivididos em três setores: negociação, formação e produção. A coordenação nacional é feita pelos representantes dos Estados.

Neste momento (maio de 2001), de acordo com Scherer (entrevista 15), o MPA está organizado em mais de 100 municípios do Rio Grande do Sul. No Brasil, ele está organizado nos Estados de Rondônia, Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Alagoas, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Está dando os primeiros passos no Mato Grosso, Minas Gerais, Amazonas e São Paulo. Na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, está organizado em Encruzilhada do Sul, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Cruzeiro do Sul, Arroio do Meio, Vale do Sol, Mato Leitão e Progresso.

5.3.3 Movimento de Justiça e Direitos Humanos – MJDH

A história dos Direitos Humanos se confunde com a história da humanidade.

Parece ser consenso entre os historiadores que as origens mais antigas dos direitos fundamentais da pessoa humana se encontram nos primórdios da civilização, abarcando desde as concepções formuladas pelos hebreus, pelos gregos, pelos romanos, e pelo cristianismo, passando pela Idade Média, até os dias de hoje. (Leal, 1997, p. 20)

Um marco importante na caminhada foi a Revolução Francesa de 1789, quando se deu a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, logo após a tomada da Bastilha. A internacionalização dos direitos humanos se deu, finalmente, no dia 10 de dezembro de 1948, através da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, assinada por 48 países, entre os quais o Brasil, “que, após a 2ª Guerra, vem consagrar um consenso sobre valores de alcance global” (Ibidem, p. 86).

Para garantir os direitos humanos, surgiram, ao longo da história recente do Brasil, vários grupos organizados em Movimentos, Organizações Não-Governamentais, Comissões de Cidadania e Direitos Humanos, Comissões de Justiça e Paz, entre outros.

A *Comissão Brasileira de Justiça e Paz*, conhecida como Comissão de Justiça e Paz, é um braço da Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Vaticano. Ela foi criada em 1971 pela CNBB, dentro do contexto da repressão política em que se vivia, com a tarefa prioritária de “prestar atendimento às vítimas da repressão policial-militar, e às suas famílias, oferecendo-lhes assistência jurídica, apoio moral e material” (CNBB, 1983, p. 26). Ela se organiza nos Estados, onde constitui a Comissão Regional de Justiça e Paz. Nas Dioceses ela se organiza como Centros ou Núcleos. Foi assim que ela se organizou em Santa Cruz do Sul, em dezembro de 1987, com “o intuito de suprir uma lacuna

existente na região, onde não havia nenhum órgão voltado para as questões dos direitos humanos com exceção de Venâncio Aires²⁴⁸”.

Na Diocese, a presença do Núcleo ficou marcada pelas seguintes ações:

- organização do Seminário de Alternativas à cultura do fumo, realizado em conjunto com o Projeto Esperança de Santa Maria. O primeiro destes seminários aconteceu nos dias 06 e 07 de julho de 1991, em Cachoeira do Sul;
- realização de Seminários sobre Fé e Compromisso Político, em conjunto com a UNISC. Foram realizados, no mínimo, quatro destes seminários, ao longo dos anos de 1991 a 1994;
- promoção de Encontros com Advogados da região, abordando o tema dos Direitos Humanos;
- assessoria aos Comitês da Constituinte em vários municípios.

As *Comissões de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH)* estão ligadas às Assembléias Legislativas dos Estados ou às Câmaras de Vereadores dos Municípios. A Comissão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul existe desde 25 de julho de 1980. “Sua promulgação, logo após a promulgação da Lei da Anistia, tinha por horizonte a luta pelo resgate da cidadania e afirmação dos direitos civis e políticos, violados pelo arbítrio e truculência do regime militar instaurado no Brasil” (Comissão, 2000, p. 519). Na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, existem Comissões de Cidadania e Direitos Humanos organizados em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires.

Entre os *Movimentos de Direitos Humanos* destaca-se o *Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)*, fundado em 1982, “com atuação em todo o território nacional através de uma rede de mais de duas centenas de entidades filiadas²⁴⁹”. Na cidade de Santa Cruz do Sul, ele esteve organizado durante alguns anos na década de 1990, sendo que, no dizer de um dos seus integrantes (João Pedro Schmidt), ele, no momento, está com suas atividades paradas. Ao seu lado existe o *Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH)*, organizado em vários municípios do Rio Grande do Sul. Ligado a ele surgiram, em território diocesano, o MJDH de Arroio do Meio com atuação destacada nos anos de 1984 a 1987 e o MJDH de Venâncio Aires fundado no dia 20 de novembro de 1985. Atualmente, em toda a região, o Movimento de Venâncio Aires é o único que permanece atuante.

²⁴⁸ Boletim Diocesano, maio de 1992.

²⁴⁹ Disponível: <<http://www.mndh.org.br/apresent/index.htm>>. , dia 09/11/00

Na sua fundação, de acordo com Rosange Lehmen de Moraes (entrevista 18), que integra o Movimento desde o início, havia três motivações:

- organizar uma entidade com o objetivo primordial de zelar pela garantia e defesa dos Direitos Humanos;
- constituir uma entidade capaz de contribuir na promoção da justiça, com possibilidade de apoiar, orientar e encaminhar vítimas de violações dos Direitos Humanos;
- estimular organizações em defesa da vida e das classes populares.

Nos últimos anos, o MJDH de Venâncio Aires sempre funcionou de acordo com as demandas. A maior delas foi o apoio prestado à pesquisa sobre “Suicídios e Agrotóxicos: consequência do uso de agrotóxicos organofosforados?”, elaborada por uma das integrantes do Movimento (Letícia Rodrigues). Por isso, no momento se impõe

a necessidade de construir novas estratégias de atuação, pois mudaram também as formas de violação dos direitos humanos que estão mais sutis, e (...) atuar de forma ainda mais ampla em defesa da VIDA (Entrevista 18).

5.3.4 Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR

O Movimento de Mulheres se origina na “luta contra a imagem que o homem tem da mulher: aquela que dá à luz e educa os filhos, que agrada e nutre o homem, que lhe prega seus botões e o consola, seduz e satisfaz” (Touraine, 1988, p. 121). Em seu começo, a ação das mulheres é feita “mais de recusas do que de afirmações, mais de separação do que de participação” (Ibidem, p. 122).

No Brasil, o Movimento de Mulheres remonta ao ano de 1910,

quando um grupo de mulheres fundou o Partido Republicano Feminino, com a intenção de promover a discussão sobre o voto feminino (...) Em 1918 foi fundada a Liga para Emancipação Feminina liderada por Bertha Lutz. Com o crescimento desta sociedade, em 1922, foi formada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (...) Neste mesmo ano aconteceu o Primeiro Congresso Feminista a favor do voto feminino (Movimento de Mulheres, p. 1).

Como fruto destas lutas, as mulheres conseguiram, em 1932, o direito ao voto, através do Decreto do novo Código Eleitoral, feito por Getúlio Vargas.

Em 1949 foi fundada a Federação de Mulheres do Brasil, tendo como agenda “em primeiro lugar a luta pela paz; em segundo lugar, a luta contra o aumento do custo de vida e em defesa do abastecimento, e finalmente, em terceiro lugar, a defesa pelos interesses das mulheres” (Ibidem p. 2).

O incremento aos Movimentos de Mulheres veio em 1975, a partir de uma iniciativa da Organização das Nações Unidas – ONU – que definiu 1975 como Ano Internacional da Mulher. “Surgem novos grupos e publicações feministas e passa-se a discutir amplamente o papel secundário que é atribuído à mulher na sociedade” (Ibidem, p. 2). Novos grupos são formados, a partir de diferentes setores sociais: “trabalhadoras do campo e da cidade, intelectuais, negras, ecologistas, portadoras de deficiência, lésbicas, lideranças comunitárias e donas de casa” (Ibidem, p. 2). Os Movimentos de Mulheres vão ganhando corpo em todo o país, lutando “pela volta da democracia, por melhores condições de vida e pela alteração da condição desigual das mulheres” (Ibidem, p. 2). Foi assim que, um pouco tardiamente,

o Brasil absorveu a onda de movimentos de organização das mulheres que havia ocorrido na Europa e nos Estados Unidos, nos anos 60.(...) a luta das feministas encontrou eco na sociedade por dois motivos básicos. O primeiro decorre de mudanças que se operavam na estrutura produtiva do país, com a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho (...) e o segundo, de ordem conjuntural, decorre da situação de asfixia e falta de liberdade política no país, e da legitimidade que as reivindicações de mulheres, enquanto mães de presos políticos e desaparecidos, tinham na sociedade (Gohn, 1995, p. 112).

A partir da implantação da Nova República em 1985, “amplia-se a atuação das mulheres em outros espaços. Os grupos começam a se inquietar com temas mais específicos: violência contra a mulher, creches, acesso à Educação não diferenciada, saúde, sexualidade e trabalho” (Movimento de Mulheres, p. 2).

Os Movimentos de Mulheres têm por motivação específica a busca de igualdade na diferença, cientes de que, no dizer de Santos (2001), “temos o direito de ser iguais quando a diferença nos descarta e sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. Em outros termos, as mulheres, enquanto constroem a sua identidade especificamente feminina, buscam o reconhecimento da igualdade de gênero.

El feminismo no implica una ruptura con el hombre como ser humano, sino con la idea creada a través de la historia de que el varón es, por definición, el ser superior y pensante, y la mujer su otra cara del espejo (...) La libertad de las mujeres no implica la esclavitud de los hombres, de la misma manera que éstos no pueden soñar con ser libres si siguen oprimiendo a las mujeres. Pero el feminismo es también una nueva concepción del mundo, visto a través del prisma de las mujeres. Un mundo en paz donde convivan, sin marginación ni opresión de ninguna clase, hombres y mujeres, adultos y niños, jóvenes y ancianos (Roig, 1996, p. 180).

A luta dos Movimentos de Mulheres se torna mais facilmente compreensível quando fazemos a distinção entre *gênero e sexo*. Enquanto *sexo* exprime as características físicas, “o *gênero* se refere a formas de feminilidade e masculinidade construídas socialmente dentro de certos contextos culturais” (Schaaf, 2001, p. 56). Sexualmente, sempre haverá a diferença entre homens e mulheres, enquanto que na relação *gênero*, “as diferenças entre homens e mulheres não são naturais, mas culturais” (Loc. cit.).

Na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, os Movimentos de Mulheres chegaram junto com as lutas dos sindicatos no início da década de 1980. E eles chegaram através do *Movimento das Margaridas*, que era um movimento que “levava assuntos mais polêmicos para o campo, tais como sexualidade, aborto e violência sexual, e mantinha contato com grupos feministas das mulheres urbanas” (Schaaf, 2001, p. 209). Com forte presença na região das Missões, além de Bento Gonçalves e Farroupilha, o movimento se organizou em Cruzeiro do Sul, conforme Lucilda Kuhn (entrevista 16), no ano de 1983. Ele foi organizado a partir do MER (Movimento de Evangelização Rural) que fazia trabalho de assessoria aos sindicatos. A sua expansão pela região se deu num trabalho integrado entre Igreja Católica, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul e o Movimento de Renovação Sindical de Arroio do Meio e Lajeado.

Paralelamente, estavam surgindo outras iniciativas para mobilizar as mulheres rurais. Uma delas era coordenada pela FETAG, que conquistava as mulheres com uma pauta de lutas que não incluísse temas muito polêmicos. Foram propostas “o reconhecimento da profissão de agricultora (...); o acesso ao serviço de saúde; sindicalização da mulher e luta pela presença da mulher na diretoria dos sindicatos” (Navarro, 1996, p. 98). Para levar em frente esta sua proposta, a FETAG contou com a parceria da Emater. E foi num destes encontros promovidos pela Emater, que, conforme depoimento de Eronita Hammes (entrevista 17), surgiu o Movimento de Mulheres em Arroio do Meio. Sem clareza ideológica, o grupo se filiou ao Movimento das Margaridas que estava organizado em Cruzeiro do Sul, e que estava sendo apoiado pela Renovação Sindical e pela Igreja Católica local²⁵⁰.

²⁵⁰ Curiosamente, “as Margaridas eram o único grupo de mulheres trabalhadoras rurais que oficialmente não estavam ligadas à Igreja, embora tivesse apoio de algumas paróquias, da CPT e de alguns setores da Igreja, de mulheres leigas da Igreja Católica e pastorais da Igreja Luterana” (Schaaf, 2001, p. 210).

Uma terceira iniciativa para organizar as mulheres foi gestada dentro das comunidades eclesiais do meio rural no Alto Uruguai e no Planalto. Incentivadas pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), pelo Departamento Rural da CUT e pelo MST, as mulheres organizaram o *Movimento das Mulheres da Roça*, mantendo “uma posição moderada entre a postura tradicional das mulheres dentro da FETAG e a proposta das Margaridas” (Schaaf, 2001, p. 217). A discordância com as mulheres da FETAG se dava pelo fato de “não serem capazes de tornar as mulheres sujeitos em virtude dos limites da organização ‘pelega’, de desigualdade sexual e de ênfase na imagem da mulher ‘doméstica’ e do homem como chefe da família” (Ibidem, p. 214). Já as Margaridas, por sua orientação trotskista, eram “acusadas de tratar dos assuntos feministas sem ‘traduzi-los’ para a categoria das mulheres rurais” (Ibidem, p. 216).

Em agosto de 1989, o Movimento das Mulheres da Roça deu lugar ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). “*Mulheres* expressa a preocupação com a questão do gênero, enquanto *trabalhadoras rurais* relewa seu reconhecimento profissional” (Ibidem, p. 227). Além da mudança de nome, o novo Movimento também conseguiu firmar a sua autonomia, passando a agir de forma independente em relação à Igreja, ao Departamento Rural da CUT e ao MST. Deve-se destacar ainda que, desde 1996, existe a Articulação Nacional do Movimento das Trabalhadoras Rurais – ANMTR -, cuja sede também é Passo Fundo, e que anualmente organiza um amplo material para ser refletido nos grupos de base por ocasião do Dia Internacional da Mulher, que é celebrado em 8 de março.

Sem conseguir se expandir, com falta de apoio e com falta de dinheiro, o Movimento das Margaridas “foi desarticulado depois de sete anos (...) pela radicalidade de suas propostas e maneira de trabalhar” (Ibidem, 2001, p. 210). Em conseqüência, o movimento que estava organizado em Arroio do Meio e Cruzeiro do Sul acabou se integrando no MMTR, cuja sede está em Passo Fundo. Hoje, em nível de Rio Grande do Sul, o MMTR “é o único movimento de mulheres existente no campo” (Ibidem, 188), já que as mulheres da FETAG não possuem um organização própria, mas se articulam a partir da própria diretoria da entidade. Na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, o MMTR está organizado em Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul e Encruzilhada do Sul. Curiosamente são também estes os municípios onde o STR está próximo da CUT e integrado ao MPA. Fora destes municípios, há notícias de mulheres que participam do

MMTR, sem uma organização municipal, em Progresso, Candelária, Venâncio Aires, Travesseiro, Capitão, Lajeado e Mato Leitão.

Em nível urbano, encontramos vários Clubes de Mães e Grupos de Senhoras. Organizadas em Movimento, só conseguimos identificar um grupo em Venâncio Aires, onde existe o Movimento de Mulheres Urbanas, articulado a partir das CEBs.

5.3.5 Movimento de Consciência Negra

Com vistas a resgatar os valores de sua cultura, preservar a sua identidade e fazer frente a um preconceito de superioridade da raça branca, surgiram, no Brasil, várias iniciativas do povo negro. Muitas delas resultaram em clubes ou sociedades, como são o Clube do Nego em Venâncio Aires, o Clube União em Santa Cruz do Sul, o Clube Tabajara em Encruzilhada do Sul e a Sociedade Esportiva e Recreativa Esperança também de Santa Cruz do Sul. Os clubes mantêm sua Escola de Samba e fazem promoções sociais como a escolha da mais bela mulata (negra) da região. Em muitos deles se incentiva a prática da Capoeira, que é uma dança típica dos descendentes de africanos.

Ao lado das sociedades e dos clubes surgiram

organizações e movimentos negros, como o Centro Cívico Palmares, fundado em 1927, e que forneceria lideranças para a Frente Negra Brasileira (1931-1937) fundada em São Paulo, mas que logo alcançou diversas regiões do país. Herdeiros destas lutas são o Movimento Negro Unificado, que cresce no clima da luta contra a ditadura em fins dos anos 1970 e anos 1980 e todas as demais organizações hoje atuantes no país, na defesa da consciência negra e da superação das desigualdades étnicas. (Movimento Negro, 2001).

O Movimento Negro se inspira “nos Quilombos, nas Insurreições, nas Irmandades, Confrarias e nas lutas abolicionistas” (Triunfo, 1990, p. 05). Ele começou a se estruturar antes mesmo da abolição da escravatura, uma vez que

No ano de 1871, foi fundada pela comunidade negra a Sociedade Floresta Aurora. Além do lazer para os negros da cidade, a sociedade se preocupava com o resgate da cultura de seu povo e, na área social, procurava um enterro digno a todos os negros marginalizados (Ibidem, p. 06).

A proposta, de acordo com Elírio Felício (Entrevista 19), “é resgatar a cultura afro-brasileira; promover a vida a partir da consciência de nossa negritude; promover e dinamizar a auto-estima do povo negro”.

Entre os diversos movimentos que se criaram no Brasil, repercutiram na região de Santa Cruz do Sul o Movimento União e Consciência Negra, o Movimento Negro Unificado, o Movimento de Consciência Negra e os Agentes de Pastoral Negra. Atualmente há grupos organizados em Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo e Lajeado. Os mais atuantes são os grupos de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul.

O grupo de Santa Cruz do Sul, que surgiu em 1983, se identifica oficialmente como Movimento União e Consciência Negra (MUCN)²⁵¹. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente²⁵², ele se identifica também com os Agentes de Pastoral Negra (APN). E é como APN que o grupo realiza a maior parte de suas atividades, uma vez que o grupo de Santa Cruz do Sul faz às vezes de Quilombo Regional, sendo que o Quilombo central está em São Paulo e o Quilombo estadual em Porto Alegre²⁵³. No dizer de Felício (entrevista 19), pelo fato de ser sede do Quilombo regional, o grupo de Santa Cruz do Sul deve “visitar, articular e promover eventos que façam com que a negritude da região possa estar por dentro daquilo que está acontecendo em nível de país e de Estado”. Entre as conquistas, o grupo de Santa Cruz do Sul contabiliza duas leis aprovadas pela Câmara de Vereadores local. Uma que institucionaliza o 20 de novembro como Dia Municipal da Consciência Negra em Santa Cruz do Sul e outra que coloca como obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira no currículo escolar do município²⁵⁴.

Em Venâncio Aires, o Movimento foi fundado em 1985. Inicialmente, no dizer de Lionor Pinheiro (entrevista 20), ele surgiu como Movimento Negro Unificado (MNU). Por ser considerado muito radical para o município, o grupo foi se distanciando da orientação do movimento nacional e se aproximando do APN. Contribuiu para isso a amizade de alguns integrantes com a Vera Triunfo, de Porto Alegre, que é uma das coordenadoras dos APNs no Estado, e a integração com o grupo de Santa Cruz do Sul. Na verdade, o grupo de Venâncio Aires foi se tornando bastante independente, assumindo-se oficialmente como Movimento de Consciência Negra. Fazia articulações com diversos grupos em nível regional e nacional, até chegar ao ponto de, no início de 2001, optar pela criação de uma ONG com o nome de *Movimento da Comunidade*

²⁵¹ Em 1990, havia dois grupos em Santa Cruz do Sul: O grupo União e Consciência Negra e o grupo Integração Negra (Gazeta do Sul, 20/11/90).

²⁵² Em nível de Brasil, o Movimento União e Consciência Negra não tem nenhuma ligação com a Igreja Católica, sendo o seu específico o resgate da identidade do negro enquanto afro-descendente.

²⁵³ A palavra Quilombo é usada para designar um reduto de negros. Originariamente era o lugar onde se refugiavam os escravos fugidos. No presente caso, Quilombo é o lugar de partilha da cultura e do repasse dos valores culturais.

²⁵⁴ Gazeta do Sul, 20/11/91.

Negra de Venâncio Aires. Nas reuniões ordinárias do grupo participam em torno de 15 pessoas. Na assembléia que definiu a criação da ONG participaram aproximadamente 100 pessoas. Uma peculiaridade do grupo é a proximidade com a Secretaria Municipal da Educação, que possibilitou ao grupo um trabalho bastante intenso com alunos e professores nos colégios.

A participação nos grupos de consciência negra ajuda a pessoa a se libertar do preconceito racial, a não se sentir inferiorizada pelo fato de ser negra. No dizer de Ana Lúcia dos Santos, uma jovem de 14 anos que participou do II Encontro Estadual de Ministros e Ministras Negros em Venâncio Aires nos dias 27 e 28 de maio de 2000, “a diferença entre os que participam e não participam é que os que participam não tem vergonha por serem negros, enquanto que os que não participam se sentem envergonhados da cor da sua pele”.

5.3.6 Movimento Ambientalista

Conhecido também como Movimento Ecológico e Movimento Ecologista, o Movimento Ambientalista, “apesar de ser numericamente menos expressivo tem uma grande presença na mídia brasileira, e assim tem um peso político expressivo” (Schmidt, 2001, p. 156). Ele surgiu na década de 1960, na Inglaterra, com o *World Wildlife Found*. O objetivo era “lançar uma cruzada global contra a destruição desnecessária dos recursos naturais renováveis do mundo, principalmente a vida selvagem e seus habitats” (Noal, 1999, p. 47). Como valores, o movimento ambientalista propõe a “harmonia do ser humano com a Natureza, a valorização do ecossistema e da vida, a solidariedade com o que nos rodeia” (Guydnas, 1992, p. 46). Na América Latina, com raras exceções, “reconhece uma dimensão ecológica em problemas como a pobreza, o subdesenvolvimento ou a dependência, fazendo uma vinculação entre os problemas sociais e ambientais” (Ibidem, p. 47).

O movimento ambientalista começou a criar corpo, no Brasil, em 1971, quando foi fundada a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural). Na oportunidade, o seu grande idealizador, José Lutzenberger, fez quatro afirmações básicas que se tornaram referência para os Movimentos Ambientalistas locais:

1º) É impossível, em um ambiente limitado, haver crescimento ilimitado; 2º) A natureza não produz lixo; 3º) O mundo não é um aglomerado aleatório de seres vivos. Cada um tem a sua função; 4º) Toda relação entre espécies se dá num completo entrelaçamento e num relativo equilíbrio (Noal, 1999, p. 71).

A fundação da AGAPAN teve grande repercussão na sociedade local, sendo que José Lutzenberger passou a ser convidado para diversos eventos²⁵⁵. Os meios de comunicação social começaram a trabalhar com mais intensidade a questão ambiental, sendo que, em 1974, o Jornal Gazeta do Sul ganhou o prêmio destaque por suas campanhas a favor da ecologia. Antes disso, no final de 1967 e início de 1968, a região do Alto Taquari já havia sido palco de uma cerrada campanha de motivação dos agricultores sobre a necessidade de “conservação do solo e preservação dos recursos naturais”, e que teve como culminância a fundação de associações, sendo que a primeira foi a Associação Conservacionista de Cruzeiro do Sul²⁵⁶. Na mesma linha, em 1976 foi fundado o Clube da Árvore em Santa Cruz do Sul²⁵⁷. Depois disso, o poder público se mobilizou e organizou conselhos e departamentos de defesa do meio ambiente. Assim, em 1979 foi fundado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA – de Encantado²⁵⁸, e o Departamento Municipal do Meio Ambiente – DEMA – em Santa Cruz do Sul²⁵⁹. Seguiram-se diversas campanhas, tais como “Salve o Rio Pardinho²⁶⁰”, “Salve o Arroio Castelhanos²⁶¹”, “Vamos proteger o Arroio Sampaio²⁶²” e pela redução do uso de agrotóxicos nas lavouras²⁶³. O maior de todos os movimentos da região se deu em Encruzilhada do Sul, em 1980, contra a construção da barragem do Bom Será, que iria submergir toda a vila de Amaral Ferrador²⁶⁴.

Neste momento, além do trabalho dos departamentos e das secretarias municipais de meio ambiente, a luta está estruturada em Organizações Não-Governamentais, sendo conhecidas as ONGs *Preserva* de Arvorezinha, *Ecobé* de Arroio do Meio, *Arco-Íris* de Venâncio Aires e *Gema* de Encruzilhada do Sul.

Um fato que merece ser destacado foi a organização do *Grupo Ecológico Mãe-Natureza* em Venâncio Aires, no ano de 1987, a partir de jovens que estavam estudando

²⁵⁵ Gazeta do Sul, 29/06/76.

²⁵⁶ Jornal O Alto Taquari, 17/02/1968.

²⁵⁷ Gazeta do Sul, 03/07/1976.

²⁵⁸ Jornal Opinião, 23/06/79.

²⁵⁹ Gazeta do Sul, 25/08/79.

²⁶⁰ Gazeta do Sul, 31/12/1993.

²⁶¹ Entrevista 22 (Iuri).

²⁶² O Informativo, 12/09/89.

²⁶³ O Informativo, 14/01/1996.

²⁶⁴ Jornal do Sudeste, 26/04/1980.

em São Leopoldo e Porto Alegre. Motivados por leituras e filmes, e sensibilizados com as árvores que estavam sendo cortadas sem nenhuma preocupação com a preservação da natureza, os universitários se articularam para criar o Grupo. De acordo com Iuri de Azeredo (Entrevista 22), “na época era coisa meio de malucos; pessoas que ficavam pensando, filosofando, percebendo as coisas e questionando este ritmo de vida, este desenvolvimento que não contemplava a proteção ambiental”. O nome *Mãe Natureza* “era um reflexo da época, quando começou um processo de feminilização, e as pessoas foram perdendo a postura machista do *eu sou homem, eu sou macho*” (Ibidem).

Em 1993, este grupo se organizou como ONG, passando a se designar de *Arco-Íris Associação Ecológica*. Como associação, ela “tem muito a ver com a AGAPAN, que é uma referência nacional” (entrevista 22). Entre as referências teóricas do grupo estão Fernando Gabeira, Leonardo Boff, José Lutzenberger, Alfredo Sirkis, João Pedro Matzenbacher, Edgar Morin e Mauro Grien.

As principais atividades realizadas pela Aro-Íris são: fóruns sobre meio ambiente; campanha “Salve o Arroio Castelhana”; pressão junto à Câmara de Vereadores pela aprovação do projeto que obriga os postos de gasolina a separarem o óleo da água; luta pela implantação da coleta seletiva do lixo; denúncia de degradação do meio ambiente no Cerro dos Bois; pedido de investigações de agressão ao meio ambiente no Distrito Industrial, na Linha Bem Feita e na Cidade Nova; denúncia de contaminação nos balneários de Venâncio Aires e de poluição do Arroio Grande.

Na região do Alto Taquari surgiu formalmente, no dia 2 de julho de 2000, a Organização Não-Governamental ECOBÉ. Antes disso ela existia informalmente. A sua constituição é muito variada, tendo a participação de estudantes, biólogos, jornalistas, delegada de polícia, agrônomo, tenente da Brigada Militar, professoras. De acordo com André Michel Müller (entrevista 23), “*ecobé* é uma palavra do tupi-guarani, que quer dizer viver bastante, ou, ter vida longa. O que nós queremos é que o planeta tenha vida longa, que todos os seres humanos tenham vida longa”.

Basicamente, conforme Müller (ibidem), a Ecobé desenvolve três linhas de ação.

- Criação de uma área de preservação ambiental no Alto Taquari, “a fim de preservar as características nativas da fauna e da flora da região que estão ameaçadas”. Esta área poderia ser o Morro Gaúcho, em Arroio do Meio.

- Educação ambiental, com trabalhos em escolas, comunidades e, especificamente, com a Associação de Moradores do Bairro Navegantes em Arroio do Meio.
- Lixo tóxico, com um projeto específico de recolher as baterias de automóveis e motocicletas, evitando que sejam jogadas no lixo.

Diferentemente de outros movimentos ambientalistas, principalmente aqueles localizados nos países desenvolvidos, que tem práticas “mais voltadas para os temas da conservação da vida selvagem, da contaminação e controle do desperdício nas grandes cidades e das responsabilidades de seus países na crise ambiental em escala planetária” (Gudynas, 1992, p. 56) a Ecobé

Se preocupa sempre em colocar a pessoa humana dentro do meio ambiente, e não simplesmente preservar o meio ambiente (...) fugir de uma visão biocentrista e passar para uma visão de que não adianta ter um meio ambiente equilibrado e pessoas morrendo de fome (Ibidem).

5.3.7 Movimento Pacifista: Rede Em Busca da Paz

Apesar de o desejo por paz acompanhar a humanidade há vários séculos, o Movimento Pacifista consta entre os Movimentos Sociais que ainda está “em fase de organização” (Santos, 1999 a, p. 257). Inspira-se em Mahatma Ghandi, Martin Luther King, Dom Oscar Romero, Rigoberta Menchú, Chico Mendes e outros.

Tem sua área de luta na arena do controle dos meios de violência, incluindo as forças policiais e militares. (...) remontam às primeiras origens da guerra industrializada. Se assumiram um significado específico hoje, isto se deve, sem dúvida, em grande parte, ao crescimento dos riscos de alta-consequência associados à deflagração de guerra, com o armamento nuclear formando o componente central nos tempos atuais (Giddens, 1991, p. 160).

Na prática, o Movimento Pacifista está muito próximo dos Movimentos com fundo cultural como o Ambientalista e o de Mulheres. Também está próximo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. “O pacifismo é uma atitude política, como em John Lehnnon saturando a mídia nos anos 70 clamando contra a Guerra do Vietnã, ou como em Ghandhi, atuando com o princípio da não violência para libertar a Índia do colonialismo britânico” (Carmo, 2001). Na região da Diocese de Santa Cruz do Sul aconteceram várias manifestações contra a violência armada e pela segurança no trânsito nos últimos anos. No entanto, só conseguimos identificar uma organização que se autodenomina “movimento pacifista” e que, coincidentemente, também está ligado à

Anistia Internacional. Falamos da *Rede Em Busca da Paz*, oficializada como Organização Não-Governamental em outubro de 1998. Ela mantém grupos em várias cidades da região: Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Mato Leitão, Sinimbu, Lajeado, Anta Gorda e Arvorezinha. Tem ligação com grupos de Porto Alegre, Lages (SC), Almirante Tamandaré (PR), Viçosa (MG) e Bairro Engenho Novo do Rio de Janeiro.

Conforme Neri da Costa (entrevista 21), o objetivo principal da Rede é contribuir para a geração de uma cultura de não violência, atuando basicamente com a juventude. “Nós mobilizamos a juventude através de grupos de base e estes grupos são chamados a serem instrumentos de mobilização pela paz no meio em que vivem e dali para o mundo”.

Sediada em Santa Cruz do Sul, a Rede foi gestada pela Pastoral da Juventude da Diocese na passagem dos anos 80 para 90. Ao buscar algo específico que pudesse motivar a juventude urbana, chegou-se ao tema norteador da paz.

De acordo com Neri (Ibidem), a Rede Em Busca da Paz se articula em torno de cinco bandeiras de luta que a identificam.

- Luta contra as armas: armas químicas, biológicas e bélicas.
- Objeção de consciência: deve ser respeitada à pessoa o direito de não participar de certas ações por motivos de consciência. Concretamente, a Rede defende o direito às pessoas de não prestarem serviço militar.
- Educação para a paz: é o que mais identifica o grupo, que realiza diversas atividades em escolas e promove as “oficinas para a paz”.
- Solidariedade com os povos em conflito: juventude de Moçambique, Chiapas no México, MST no Brasil.
- Ações para a cidadania: participação na campanha pelo título eleitoral para jovens de 16 anos; projeto de alfabetização para menores carentes.

O trabalho que mais notabilizou a Rede neste seu curto espaço de existência foi a participação na campanha contra as minas terrestres. Por ocasião dos 50 anos da Declaração Mundial dos Direitos Humanos, em 1998, a Rede começou a estreitar laços com a Anistia Internacional, sendo que hoje mantém parceria em três projetos: contra as minas terrestres; pela objeção de consciência; contra a pena de morte.

6 IGREJA CATÓLICA, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS A SERVIÇO DA VIDA

Partindo da convicção de que as instituições se justificam na medida em que estão a serviço da vida, buscaremos, neste capítulo, analisar a relação da Igreja Católica com os Sindicatos e os Movimentos Sociais sob a ótica da defesa e promoção da vida. Faremos isso, com base, principalmente, nas 24 entrevistas realizadas com pessoas que militam na Igreja, no Sindicato ou no Movimento Social. Antes da análise, deveremos, no entanto, definir o que entendemos por *defesa e promoção da vida*.

6.1 O que entendemos por *Promoção e Defesa da Vida*

Conhecemos a vida pelos seres vivos. Ela é uma qualidade que acompanha bactérias, algas, plantas, animais e humanos. “O antepassado comum a todas as coisas vivas muito provavelmente foi uma bactéria, ou um precarionte” (De Duve, 1997, p. 163), surgido há cerca de 3,8 bilhões de anos. A partir daí, a vida foi se complexificando e diversificando, “até ganhar uma forma singular, consciente, inteligente e amorosa no ser humano” (Boff, 1998, p. 59). Para chegar aí, passaram-se bilhões de anos, uma vez que “não existe vestígio de vida multicelular antes de seiscentos ou setecentos milhões de anos” (De Duve, 1997, p. 225). Para chegarmos a aquilo que entendemos ser a forma mais evoluída da vida, que é a vida dos humanos, foram necessários outros milhões de anos. Conforme De Duve (1997, p. 302), “um grupo de macacos na selva africana, há seis milhões de anos”, pressionado pelo meio ambiente treinou o bipedalismo, livrando as mãos para outras atividades. Assim, “do cérebro para a mão e da mão para o cérebro, iniciou-se

um vaivém de impulsos que iria mudar o mundo” (Loc. cit.) através do crescente desenvolvimento da mente.

Enquanto a vida foi se expandindo, a terra foi se modificando, gerando uma grande interação entre Vida e Terra.

A teia da vida está intimamente ligada ao meio ambiente por uma densa rede de interações mútuas. (...) A temperatura, o sol, a chuva, a disponibilidade de nutrientes essenciais e outros fatores ambientais delimitam a capacidade de crescimento de certas plantas em uma dada área, que, por sua vez, define a possibilidade de desenvolvimento de vários animais, fungos e microorganismos na mesma área. Menos evidente, talvez, são as influências exercidas pelos organismos vivos sobre seu ambiente. No entanto, tais influências eram, e ainda são, de fundamental importância. Sem vida, o nosso planeta seria inteiramente diferente do que é (Ibidem, p. 287).

O futuro da vida na terra depende das condições oferecidas para sua expansão. “Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si” (Boff, 1998, p. 60). A sobrevivência de uma espécie está diretamente relacionada à sobrevivência de outras espécies. No momento, não sabemos exatamente quantas são as espécies de seres vivos, sendo que “catalogadas existem cerca de 1,4 milhão” (Boff, 1995, p. 49). Calcula-se que este número deve oscilar entre dez e cem milhões, sendo que continuamente vão aparecendo novas espécies enquanto outras estão desaparecendo. Edward O. Wilson (citado por De Duve, p. 360), calcula que “o número de espécies condenadas a cada ano é de 27.000, a cada dia, 74 e, a cada hora, 3”. O grande vilão da história é o homem, que “revelou-se não apenas *homo sapiens sapiens* (sapiente), mas também *demens demens* (demente) (Boff, 1998, p. 62), promovendo a derrubada de florestas e poluindo águas, terras e ar. O ser humano é o único ser vivo “que gasta mais energia do que precisa para seu sustento e reprodução” (De Duve, 1997, p.361). E isso ele faz de uma forma muito desproporcional, sendo que “nos Estados Unidos, todo homem, mulher e criança gasta em transporte e conforto cem vezes mais energia do que precisa para manter seu metabolismo” (Ibidem, p. 362), enquanto que em outras partes do mundo, crianças morrem por falta de comida (entenda-se, energia). 80% dos produtos do mundo são consumidos por 17% da população, “ficando apenas 20% deles para satisfazer as necessidades de 73% da humanidade” (Boff, 1994, p. 32).

Para preservar a vida, algo deve ser feito. Sem negar o seu antropocentrismo e preocupado com a sobrevivência da humanidade, Lacroix (1996, p. 42) diz que “o *sim* à

existência passa a ser o ato mais moral que se possa realizar”. Rousset (2001, p. 3 a 5) numa palestra proferida no Fórum Social Mundial em janeiro de 2001, apresentou cinco exemplos para provar a convergência entre a luta social e a luta ecológica:

- defesa dos serviços públicos, particularmente a defesa do transporte coletivo, onde o motor não seja a maximização dos lucros;
- luta contra a poluição do ar e da água; luta contra *lobby* nuclear, dando a todas as pessoas condições de uma vida saudável;
- assegurar a descentralização da produção, o que gera novos empregos;
- abolir o sistema da dívida, “que tem conseqüências dramáticas para as sociedades humanas (destruição das proteções sociais, das culturas alimentícias) assim como sobre a natureza (destruição dos recursos naturais para exportação)” (Ibidem, p. 5);
- incentivar a solidariedade entre as gerações e entre os povos. No dizer de Ferrari (2001, p. 2), “hay que dialogar, es imperativo, porque al planeta lo salvamos entre todos o no lo salva nadie. Y si no lo salva nadie, nos ahogamos todos”.

Em sintonia com diversos autores, ultrapassamos, no presente trabalho, a concepção biocêntrica da vida, atribuindo um valor especial à pessoa humana, sem, com isso, cairmos numa radical concepção antropocêntrica²⁶⁵. Assumimos que a defesa e a promoção da vida devem dar prioridade à pessoa humana, que “deve sempre ser o último objetivo, permanecer a meta e o critério” (Küng, 1999, p. 420), uma vez que ela é “o próprio universo que sente, pensa, questiona, ama e venera” (Boff, 1998, p. 77). Se não houvesse pensamento, o universo não teria sentido, porque é o pensamento que “permite ao universo refletir sobre si mesmo, descobrir a própria estrutura e aprender entidades imanentes como a verdade, a beleza, o bem e o amor” (De Duve, 1997, p. 394). Esta opção não nos impede de entender o universo como um todo, uma vez que sabemos ser impossível promover a vida das pessoas sem nos ocuparmos com o meio ambiente e com o futuro dos outros seres

²⁶⁵ Gudynas (1992, p. 70) diz que esta é a posição da ecologia social, que promove um esforço para compreender a interação dos seres humanos com o seu ambiente, colocando “especial ênfase em resgatar essa relação a partir de como a vivem os indivíduos, em particular em seu cotidiano”. Seria uma posição intermediária entre o antropocentrismo e o biocentrismo extremados.

vivos, baseados na convicção de que “o universo é direcionado para o ser humano como o ser humano é voltado para o universo donde proveio” (Boff, 1995, p. 55). É na harmoniosa convivência entre os seres que a pessoa humana atinge a plenitude da sua vida, sendo que, por isso, no dizer de Oliveira (2001, p. 331), a escolha das prioridades deve pautar-se pela lógica da reprodução da vida, respeitando a vida mental e a vida dos outros seres vivos. Isso implica num cuidado especial para com os seres onde a vida está mais fragilizada, ou seja, dos pobres e despossuídos. Daí que Assmann (1989, p. 418) insiste na necessidade de se começar com a

afirmação da vida das vítimas de um sistema que não dá valor a suas vidas e não lhes permite viver (...) Não se trata de mera preservação física dessas vidas (...) mas da sociabilidade e fraternidade humana, portanto, do nexos corporal da vida dos pobres encarada como reciprocidade entre os pobres.

Cientes desta realidade, elencamos cinco pontos que nos darão um indicativo do trabalho de defesa e promoção da vida que a Igreja Católica, os Sindicatos e os Movimentos Sociais estão realizando. Estes pontos são:

- *Relação com o meio ambiente* (num contexto de acelerada destruição do ambiente natural): José Lutzenberger, num encontro em Venâncio Aires no ano de 1997, dizia que “se a Igreja Católica não quiser perder sua razão de ser, deverá abraçar a bandeira da ética e da defesa do meio ambiente”. Particularmente entendemos que no momento atual a defesa do meio ambiente é tarefa de todas as pessoas, instituições, organizações e movimentos. Já se foi o tempo em que se tratava a natureza como mero “recurso natural” que pode ser explorada para o desenvolvimento. A consciência de que a natureza tem limites nos obriga a um novo tipo de relacionamento. Por isso, na avaliação do compromisso com a vida se torna importante atentar para a relação dos Sindicatos, Movimentos Sociais e Igrejas com o meio ambiente.
- *Atitude em relação às mulheres* (num contexto onde a discriminação sexual ainda não está completamente superada): A promoção da vida passa pelo reconhecimento à igualdade entre as pessoas humanas. Historicamente, uma das mais comuns formas de desrespeito à vida foi o tratamento desigual dispensado às mulheres. Ainda hoje vivemos os resquícios da sociedade machista, que

dificulta a elas o direito de serem cidadãs, com iguais “chances de vida”²⁶⁶, dadas aos homens.

- *Compromisso com a Reforma Agrária* (numa realidade onde há grande concentração de terras usadas como especulação econômica e crescente desemprego): Temos a convicção de que a concentração de terras está na raiz de muitos problemas do Brasil, com um destaque especial ao desemprego e à fome. Não é admissível que 3 milhões de estabelecimentos detenham apenas 2,67% da área total do país, enquanto que 50 mil detêm 44% da área²⁶⁷. Isso sem contar as milhares de famílias sem-terra que são obrigadas a buscarem o seu sustento com o trabalho em terras alheias, onde na maioria das vezes são exploradas como “mão-de-obra barata”.
- *Realizações na área da educação das pessoas* (numa reação ao analfabetismo e à marginalização): A construção da cidadania passa pela educação. Por isso, entendemos que Sindicatos, Igrejas e Movimentos Sociais aumentam a sua importância na medida em que realizam atividades na área da educação.
- *Realizações na área da saúde* (numa reação ao abandono da saúde pública): Entre os maiores dramas das famílias de baixo poder aquisitivo está o tratamento das doenças. No dizer de Dowbor (1998, p. 252), “temos duas medicinas: a do hospital de luxo e a das filas infindáveis da saúde popular. Ambas são péssimas”. Além do mais, deve-se lembrar que o município com o pior desempenho no item saúde do Rio Grande do Sul (Dom Feliciano) está situado em território diocesano²⁶⁸. Frente a isso, investir em programas de saúde, principalmente em saúde preventiva, é uma das formas de defender e promover a vida.

Estamos cientes de que existem outros itens que compõem a defesa e a promoção da vida. Entre estes lembramos a questão da moradia, do emprego, da remuneração pelo trabalho, assistência social, saneamento básico, lazer e cultura. A avaliação que estamos fazendo, para ser completa, deveria também tomar como base estes itens. Tivemos que optar por alguns deles. A opção foi feita com base nas principais reivindicações dos Movimentos Sociais que iríamos estudar. De maneira

²⁶⁶ Expressão usada por Ralf Dahrendorf, no livro “O Conflito Social Moderno”.

²⁶⁷ Dados de Dowbor (1998, p. 60).

²⁶⁸ FEE – Disponível: <www.fee.tche.br/isma.htm> Acesso: 28/11/2001.

alguma, estamos com isso querendo dizer que os outros itens são menos importantes do que estes. Inclusive, em várias entrevistas, tivemos a preocupação de fazer questionamentos sobre outros trabalhos, principalmente, na área do emprego e do salário.

6.2 Ações desenvolvidas pelos Sindicatos, Movimentos Sociais e Igreja Católica na direção da Promoção da Vida

Com base nos itens pesquisados, ocupamo-nos em analisar o compromisso que os Sindicatos, os Movimentos Sociais e a Igreja Católica têm na defesa e promoção da vida. Lembramos que a análise necessariamente será limitada pelo fato de trabalharmos com poucos itens que formam o conjunto de elementos integrantes da Vida.

6.2.1 Ações desenvolvidas pelos Sindicatos

Devido à variedade de sindicatos, trabalhamos com duas categorias: Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Sindicatos de Trabalhadores Urbanos.

6.2.1.1 Sindicatos de Trabalhadores Rurais

Os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) da região surgiram no começo da década de 1960. Eles surgiram a partir do trabalho da Frente Agrária Gaúcha (FAG), ligada à Igreja Católica. O primeiro STR a surgir na região foi o de Lajeado, fundado em abril de 1962. Seguiram-se os sindicatos de Arroio do Meio e Santa Cruz do Sul, igualmente fundados em 1962.

Para avaliar o trabalho de promoção da vida dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entrevistamos:

- Abílio Kuhn - Entrevista 5.
- Pedro Osvino Etges - Entrevista 6.
- Ari Azolini - Entrevista 8²⁶⁹.

Além deles, recorreremos também aos depoimentos de Filipe Meinertz (entrevista 3).

Em relação ao meio ambiente, percebe-se que os STRs estão apenas despertando. Tanto assim que Abílio Kuhn (entrevista 5) é enfático em dizer que no começo não havia nenhuma preocupação com a ecologia. Recentemente, conforme

²⁶⁹ Os dados das pessoas entrevistadas estão no Anexo H.

depoimento de Etges (entrevista 6), os sindicatos se integraram em projetos comuns, como o projeto da Bacia do Rio Pardo e das feiras de produtores, onde se incentiva a produção de frutas e hortaliças sem agrotóxicos. Também se começou a fazer um trabalho integrado com Organizações Não-Governamentais Ambientalistas como a Preserva de Arvorezinha. A partir daí, se motivam as pessoas a zelarem para que a terra não fique sem cobertura e as lideranças sindicais aproveitam as oportunidades para “falar da importância de preservar o meio ambiente, especialmente as águas” (Azolin, entrevista 8).

No que se refere à luta pela Reforma Agrária, os STRs pesquisados também não tem muito a apresentar. Osvaldo Etges (entrevista 6) diz que “nós aqui não fizemos nada (...) mas sempre estava em nosso trabalho o apoio para que a Reforma Agrária saísse de uma vez do papel”. Na região de Lajeado se fez um levantamento do número de sem-terras, mas se ficou nisso. E, em Putinga, o sindicato está trabalhando em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e a Emater no cadastramento das famílias que não têm terra, apoiando-as a adquirirem o seu pedaço de chão com o financiamento do Banco da Terra.

Em relação à participação das mulheres, os STRs foram bastante lentos, sendo que no sindicato de Putinga somente neste ano (2001), as mulheres casadas adquiriram o direito de terem a sua ficha própria de “sócia do sindicato”. Até 1980, conforme afirmação de Kuhn (entrevista 5) “as mulheres eram excluídas do sindicato”, sendo que só eram aceitas mulheres viúvas ou solteiras. A partir de 1982 começaram a haver algumas mudanças, sendo que no STR de Santa Cruz do Sul, “a mulher começou a participar ativamente em 1987/1988”. De momento, são poucas as mulheres que estão nas diretorias. No sindicato de Santa Cruz do Sul as mulheres só estão na suplência e no STR de Putinga, de 16 membros, apenas 5 são mulheres.

A área de maior atuação dos STRs é a *Saúde*. No dizer de Kuhn (entrevista 5), “o sindicalismo nasceu sob a ótica do assistencialismo. Tinha ambulatório médico, gabinete dentário, convênio com Unimed e se fez distribuição de medicamentos”. Segundo Etges (entrevista 6), “nos primeiros anos da ditadura militar, tinha dinheiro sobrando, que era para os sindicatos darem assistência”. Ainda hoje, em Santa Cruz do Sul, além do convênio com a Unimed, se oportunizam exames de câncer da próstata, do útero e da mama. Antes disso, se busca ajuda junto aos órgãos competentes como o SUS

e a Secretaria da Saúde. Também se fazem convênios com médicos e dentistas. Igualmente em Putinga o STR mantém dentista e tem um plano de saúde para o agricultor. Mas “a principal preocupação é alertar sobre o perigo de determinadas situações, principalmente sobre os agrotóxicos” (entrevista 8). Da conversa com Meinertz (entrevista 3) se pode deduzir que a atuação na área da saúde teve grandes aliados na FAG e na FETAG.

No que se refere à educação, os STRs já investiram bastante, especialmente na formação sindical. Essa determinação vem desde a origem dos sindicatos, “uma vez que a grande meta da FAG era a educação e a formação das pessoas do meio rural” (Meinertz, entrevista 3). Em determinado período, o sindicato se valia do Programa Especial de Bolsas de Estudo do Governo Federal (PEB) para conceder bolsas de estudo para filhos de agricultores. O sindicato de Santa Cruz do Sul chegou a ter 300 bolsas de estudo. Hoje, os sindicatos se restringem a incentivar os agricultores a enviarem seus filhos à escola, uma vez que não existe um projeto específico de educação formal para os seus filhos. Por isso se investe mais na formação sindical, que teve grande incremento em 1980 a partir da decisão da FETAG em liberar pessoas para trabalharem na área da formação. Foi assim que, conforme Kuhn (entrevista 5), o Zildo e a Iolanda Giasson começaram a trabalhar nos sindicatos de Cruzeiro do Sul e Arroio do Meio.

Além dessas atividades, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais foram os responsáveis por inúmeras mobilizações por melhores preços dos produtos. Assim, de acordo com Kuhn (entrevista 5), foi com a luta contra o confisco cambial da soja, em 1980, que os sindicatos começaram a agir como sindicatos. Na região do Alto Taquari, muitas lutas por melhores preços para o leite e o porco foram incentivadas pelos sindicatos. Já na região de Santa Cruz do Sul as maiores mobilizações organizadas pelo STR foram no setor fumo (entrevista 6). Outra importante mobilização dos sindicatos foi, primeiro para conseguir, e, depois para preservar, os benefícios da Previdência Social.

6.2.1.2 Sindicatos de Trabalhadores Urbanos

Estudam-se aqui três sindicatos: o Sindicato dos Professores Municipais de Santa Cruz do Sul (SINPROM), o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos,

Mecânicos e de Materiais Elétricos (Sindicato dos Metalúrgicos) de Venâncio Aires, e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins (STIFA) de Santa Cruz do Sul. Nas suas categorias, são três sindicatos bastante representativos da classe. Mesmo assim, estamos cientes de que as afirmações que seguem não podem servir como avaliação de todos os sindicatos urbanos. Elas se aplicam aos sindicatos avaliados, podendo, a partir deles, servir como referência para os outros sindicatos.

As pessoas entrevistadas são:

- Dorval Knak - Entrevista 7.
- Alberto João Heck - Entrevista 9.
- Arnildo da Silva - Entrevista 10.

Em relação ao Meio Ambiente, os sindicatos têm poucos trabalhos realizados. Parece que a preocupação apenas está chegando a eles. É o que fica evidente nas palavras de Silva (entrevista 10), quando diz que “é um dos pontos falhos que o sindicato tem”. Ao falar da participação do sindicato na fundação da Cooperativa de Reciclagem do Lixo de Venâncio Aires, ele afirma que “o sindicato no geral não pegou”. Além disso, Silva reconhece que no setor haveria muita coisa a ser feita no que se refere ao meio ambiente, uma vez que as indústrias do setor produzem muito lixo tóxico, que é largado em lugares inadequados. Também o STIFA tem pouco a apresentar. Knak (entrevista 7) é lacônico na resposta: “tivemos algum trabalho com as indústrias, a motivação para o reflorestamento, a própria contaminação com os agrotóxicos”. Mais positivo, Heck (entrevista 9) diz que o SINPROM está definindo sua participação no Comitê de gerenciamento da bacia hidrográfica do Rio Pardo e se candidatando para o Conselho Municipal do Meio Ambiente. Além disso, o sindicato incentiva os professores a tomarem iniciativas de proteção ao meio ambiente nas suas escolas.

No que concerne à luta pela Reforma Agrária, os sindicatos urbanos estão bastante ausentes. Nas palavras de Heck (entrevista 9), “o sindicato participa de forma pouco organizada. Há pessoas que participam, mas são participações mais isoladas”. Knak (entrevista 7) diz que “não se teve envolvimento nenhum”. Mesmo que a Federação dos Metalúrgicos tenha ajudado muito o MST com alimentação, dinheiro e infraestrutura, o Sindicato dos Metalúrgicos de Venâncio Aires fez muito pouco. Diz Silva (entrevista 10): “Não diria que o nosso sindicato fez”. Evidencia-se assim a

distância existente entre as lutas dos trabalhadores rurais sem-terra e dos trabalhadores nas indústrias das cidades.

Em relação à participação das mulheres, sente-se que há muito a ser feito. O único sindicato onde há maioria de mulheres na diretoria executiva é o SIMPROM. Porém, mesmo aí existe uma desproporção muito grande, uma vez que a categoria é formada por 92% de mulheres enquanto que na diretoria executiva elas são apenas 55%. O Sindicato dos Metalúrgicos de Venâncio Aires não consegue atender a orientação da CUT de ter 30% de mulheres na diretoria (atualmente são apenas 10%), enquanto que no STIFA a percentagem de mulheres na diretoria chega apenas aos 12,5%.

No que tange à saúde, os sindicatos urbanos, a exemplo dos rurais vêm desenvolvendo diversas atividades. De acordo com Knak (entrevista 7), “a área da saúde é sempre uma preocupação muito grande dos sindicatos desde 1970, quando o governo repassou aos sindicatos a tarefa de cuidar da saúde do trabalhador”. Com o transcorrer dos anos, os sindicatos entraram na luta pela melhoria da saúde pública, cientes de que “não é papel do sindicato dar assistência à saúde” (entrevista 10). Por isso, “estamos discutindo com a administração municipal um atendimento mais completo para as necessidades da saúde das pessoas” (entrevista 9). Existe uma disposição dos sindicatos em participarem dos Conselhos Municipais da Saúde. Mesmo assim, muitos sindicatos mantêm gabinete dentário próprio e “convênios com médicos, onde o trabalhador só paga a metade da consulta” (entrevista 9).

Na área da educação, destaca-se o Sindicato dos Metalúrgicos de Venâncio Aires, que responde pelo MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), que é um programa do Governo do Estado e mantém 12 turmas funcionando em Venâncio Aires e o Projeto Integrar, que é um projeto da Federação dos Metalúrgicos para conceder o certificado de 1º e 2º graus a trabalhadores. O STIFA tinha cursos de formação sindical, coordenados pela UITA (Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación), “que hoje estão meio parados” (entrevista 7). Já o SIMPROM fica mais na área da conscientização, “provocando os professores de que a nossa função vai muito além da sala de aula (...) temos um compromisso com a formação integral das pessoas” (entrevista 9).

Outras atividades destacadas dos sindicatos foram: Luta pela redução da jornada de trabalho e aplicação da Lei de participação nos lucros e resultados (Sindicato dos

Metalúrgicos); Luta por alterações no Plano de Carreira do Magistério (SIMPROM); Luta pela melhoria de salários e luta dos mutuários contra o Sistema Financeiro de Habitação (STIFA).

6.2.2 Ações desenvolvidas pelos Movimentos Sociais

Ocupamo-nos aqui com os principais Movimentos Sociais que têm alguma organização no território da Diocese de Santa Cruz do Sul. A base para a análise serão as entrevistas realizadas e as pesquisas em jornais e documentos. São ao todo sete movimentos que devemos abordar.

6.2.2.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)

Presente na região desde 1994, o MST realizou diversas ações que repercutiram na imprensa, nos meios políticos, econômicos e religiosos. Para analisar a sua contribuição na defesa e promoção da vida na região, entrevistamos seis pessoas.

- Heraclides Padilha dos Santos - Entrevista 11a.
- Maria Nilse Rodrigues dos Santos - Entrevista 11b.
- Rosane Stasinsky Líbano - Entrevista 11c.
- Antoninho Flores Mendonça (popular Toinho) - Entrevista 12a.
- Nilza Tonete Mendonça - Entrevista 12b.
- Frei Sérgio Antonio Goergen - Entrevista 13.

A principal bandeira de luta do MST é a *Reforma Agrária*. Por isso, tudo o que ele faz tem por horizonte a Reforma Agrária. Porém, de acordo com Goergen (entrevista 13),

não é simplesmente uma Reforma Agrária distributivista, uma simples Reforma Agrária assistencialista, uma simples Reforma Agrária de desanuviar conflitos. O MST propõe uma Reforma Agrária que implique uma mudança de correlação de forças no campo. Quer dizer: acabar realmente com o latifúndio. Isso significa acabar com uma classe social que domina a terra e domina a política local. (...) A segunda coisa (...) é que o MST quer uma Reforma Agrária que não seja só distribuir terra, mas que dê condições de produção. Que realmente a soberania alimentar da nação, do país, seja feita através da produção dos pequenos e médios agricultores. (...) Aí o MST começa a bater de frente com as empresas de biotecnologia, que são altamente concentradoras. Bate nos transgênicos por várias razões, sendo uma das principais a razão econômica.

Na prática do MST, os assentamentos são organizados em núcleos de 20 a 25 famílias que se reúnem para discutir e aprofundar as questões relativas à Reforma Agrária. No Assentamento Segredo Farroupilha de Encruzilhada do Sul, “tem muita gente que não participa mais das reuniões dos núcleos” (entrevista 11 b). Por isso, no dizer de Antoninho (entrevista 12 a) “para algumas famílias, a luta pela Reforma Agrária termina com o assentamento, enquanto que para outros a luta continua, ajudando e apoiando o movimento”, inclusive fazendo a frente na hora de um novo acampamento, “porque a gente já está um pouco mais por dentro das coisas e dá força” (ibidem). Foi o que se fez concretamente na ocupação da Fazenda Bom Jesus em Encruzilhada do Sul, “onde nós fomos os primeiros a entrar na terra. Entramos antes daqueles que iriam ficar acampados” (entrevista 11 a).

A preocupação com o Meio Ambiente começa a ganhar espaço no MST. De acordo com Goergen (entrevista 13), “o MST no início não levou muito em conta a questão ecológica”. Além disso, “muitos que hoje estão no MST incorporaram práticas da revolução verde, que é para deteriorar mesmo o solo, o meio ambiente. Hoje o MST está se dando conta disso e começa a trabalhar mais a visão de agricultura ecológica” (Ibidem). Começa-se a motivar as pessoas a “não usar tanto veneno, agrotóxico, adubo químico” (entrevista 12 a). Incentiva-se o plantio de sementes nativas, tipo milho crioulo (entrevista 11 a).

Uma preocupação do MST é que deve mudar o modelo tecnológico de produção agrícola, abandonar a agricultura que depende dos químicos, da mecanização pesada e a agricultura que utiliza intensamente agrotóxicos. Para ser uma agricultura limpa, produção de alimentos saudáveis, uma agricultura que resgata a biodiversidade, uma policultura realmente. Inclusive a variedade alimentar passa a ser importante para superar a monocultura (entrevista 13).

Em relação à participação da mulher no MST, “é uma evolução muito dolorosa, porque normalmente os camponeses são muito machistas” (entrevista 13). O que o MST apregoa, é que toda a família participe nas reuniões dos núcleos, “para que todos fiquem sabendo o que está acontecendo, onde é aplicado o dinheiro, donde vem o dinheiro” (entrevista 11 a). Dona Maria (entrevista 11 b) afirma: “Eu mesmo participo das reuniões, tenho opinião própria e sou respeitada nas minhas opiniões”. Antoninho (entrevista 12 a) diz que tanto no acampamento como no assentamento “a mulherada vai para a luta”. Na percepção de Goergen (entrevista 13),

houve uma evolução muito grande. No começo do movimento era muito difícil ter uma mulher dirigindo. Hoje tem várias. Era muito difícil a mulher

ter liberdade no acampamento e no assentamento. (...) Antes o lote ia para o nome dele exclusivamente e aí se houvesse separação ela tinha que pegar a mochila nas costas e ir embora sem nada. Hoje os dois são cadastrados juntos, têm direitos iguais (...) e isso foi uma reivindicação do próprio movimento. Então eu acho que teve muita evolução. Contudo não tenho ilusão. É uma cultura milenar que tem uma dificuldade grande de ser superada (Goergen, entrevista 13).

Referente à saúde, o MST tradicionalmente “cobra uma saúde pública gratuita de qualidade” (entrevista 13). Mais recentemente,

Começa a evoluir o trabalho com a saúde preventiva, o trabalho com organizar os coletivos de saúde, os núcleos de saúde nos acampamentos e assentamentos, o avanço para utilizar a fitoterapia, os chás, recuperar os conhecimentos tradicionais antigos da saúde. Inclusive avançar para ter os hortos medicinais. Está-se trabalhando para ter laboratórios fitoterápicos em assentamentos. (Ibidem).

Há agentes de pastoral da saúde nos assentamentos, sendo que se “trabalha muito com chás e multimistura” (entrevista 12 b). Dona Maria (entrevista 11 b) diz que “eu não uso mais remédios de farmácia desde que viemos para o assentamento. A minha sinusite eu curei com própolis. (...) A nossa pomadinha caseira que usamos para as mãos, para as tetas das vacas, é produzida por nós”. Infelizmente houve um retrocesso no Assentamento Segredo Farroupilha: “tínhamos uma horta comunitária que plantava remédios e que funcionava melhor quando os freis estavam aqui (...) Tínhamos a farmacinha que tinha remédios para servir o pessoal da comunidade (...) Hoje a horta está meio acabada” (Entrevista 11 b).

A educação é uma das preocupações do MST. “No começo não se atentava tanto para isso” (entrevista 13). Mas depois se foi descobrindo a importância da educação para os acampados e assentados e hoje “há um setor de educação muito forte, sendo que em cada acampamento e assentamento tem uma escola itinerante, uma escola que acompanha as crianças” (Ibidem). As aulas nos acampamentos são dadas por professores formados ou então pelos próprios membros da comunidade. “Quando nós estávamos acampados tinha aula no próprio acampamento (...) quem tinha um pouco mais de estudo dava aula para os outros” (entrevista 12). Tem também um projeto específico de educação para jovens e adultos, conhecido como EJA (Escola de Jovens e Adultos), e que ofereceu elementos para o MOVA. Aliás, o MOVA está presente nos assentamentos de Encruzilhada do Sul, sendo que na Fazenda da Quinta “são em torno de 30 alunos” (ibidem). Como consequência, “o nível de analfabetismo nos acampamentos e assentamentos já está menor do que no geral da sociedade” (entrevista 13). Permanece uma lacuna na educação formal nas escolas dos assentados, uma vez

que “o MST quer que ensine as crianças a ficarem no campo, que é donde sai o alimento” (entrevista 11 a), enquanto que a maioria das escolas “não têm nenhuma orientação para que o aluno que se forma continue na terra” (Ibidem). Uma experiência positiva que é apontada pelos assentados acontece na Fazenda da Quinta em Encruzilhada do Sul, onde “nós temos um professor voltado para o assentamento, que é o Tita (...) Ele está ensinando as crianças a plantar, fazer mudas, trabalhar a terra (...), mas a prefeitura está querendo tirar o colégio de lá” (entrevista 11 a). Para suprir essa lacuna, o MST está investindo na formação de professores de assentamentos. Ele mantém uma escola específica em Veranópolis (com curso de magistério), e “já tem curso de graduação e pós-graduação, vinculados ao movimento, em várias universidades do Brasil” (entrevista 13). Um destes cursos é Pedagogia da Terra, oferecido pela UNIJUÍ, e que “forma professores para o MST do Brasil todo” (entrevista 13).

6.2.2.2 Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

Surgido em 1996, o MPA é um dos movimentos sociais mais promissores na região da Diocese de Santa Cruz do Sul. Para conhecê-lo melhor, conversamos com duas lideranças. São elas:

- Rogério Heinen – Entrevista 14.
- Áureo Scherer – Entrevista 15.

A principal bandeira de luta do MPA é “crédito subsidiado; recursos com juros reduzidos e com rebate para recuperar a capacidade produtiva das pequenas propriedades” (entrevista 15). Junto com isso vai a luta para “dificultar as importações de produtos que temos aqui e que estão entrando via Mercosul praticamente sem impostos” (entrevista 14).

Em relação ao Meio Ambiente, o MPA “tem muita preocupação” (entrevista 15). Ele trabalha contra o uso de venenos e agrotóxicos, propugnando um outro modelo de produção, que não seja alicerçado na revolução verde. Se mostra “frontalmente contra o uso de transgênicos”, porque “as grandes multinacionais, como é o caso da Monsanto se tornam donas das sementes e depois vão nos vender o veneno ao qual essa semente é resistente, e posteriormente, ela ainda vai nos querer vender o remédio, porque a Monsanto faz consórcio com grandes laboratórios de fabricação de remédios” (entrevista 15). A proposta do movimento é assumir a agricultura agroecológica, “para

evitar que ao conseguir o crédito se compre o adubo químico da multinacional²⁷⁰”. Estrategicamente, em Venâncio Aires, se fala de “produção orgânica, o que dá no mesmo (...) porque a gente já viu que quando se falou de venenos houve a rejeição dos agricultores. Então fazemos a mesma coisa, com palavra diferente” (entrevista 14).

No que concerne à Reforma Agrária, o MPA apóia o MST,

porque achamos que todo o sem-terra (...) deve ter acesso ao seu pedaço de chão. (...) E somos contra o Banco da terra porque, em primeiro lugar, ele é um confronto à organização do agricultor (...) O Banco da Terra é um dinheiro impagável, é um recurso inviável, porque hoje os pequenos agricultores que têm o seu pedaço de chão, que têm a sua estrutura, já não conseguem sobreviver (entrevista 15).

Além do mais, o MPA tem consciência de que deve muito ao MST, “porque nos anos 80 e 90, quando o sindicalismo estava acomodado, o MST era o único que defendia os interesses dos agricultores” (Ibidem). Na prática, continua difícil falar de Reforma Agrária entre os pequenos agricultores. Por isso, “a gente está começando a discutir com os agricultores que neste minifúndio não tem mais espaço, e que a cidade não é a solução. Nós estamos deixando claro que a cidade deu o que tinha que dar” (entrevista 14). Uma das dificuldades é a falta de dados. “Nós temos uma estimativa que 30% das famílias do meio rural de Venâncio Aires são sem-terra. Mas não tem nenhum levantamento feito neste sentido no município” (ibidem).

Em relação às mulheres, o MPA não tem um trabalho específico. Ele apóia e estimula o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) “porque entende que é um movimento que precisa continuar para discutir as questões próprias da mulher” (entrevista 15), mas insiste que no MPA é toda a família que deve participar, “ou seja, o homem, a mulher, o filho e a filha” (ibidem). Na prática, o movimento está sob o domínio dos homens, sendo que, conforme afirmação de Heinen (entrevista 14) a percentagem de participação das mulheres nos grupos fica nos 20%. “A gente nota que em várias regiões, a questão patriarcal permanece muito forte”.

Na área da saúde, o MPA está se integrando nos Conselhos de Saúde, “onde colocamos que o que nós precisamos é produzir alimentos de forma diferente, sem o uso indiscriminado desses pacotes químicos” (entrevista 15). O movimento entende que “a produção de alimentos mais saudáveis, sem venenos, é também uma questão que gera saúde” (ibidem). O ponto de partida deve ser clareza no que se quer. Por isso, “primeiro

²⁷⁰ Afirmação feita por Gilberto Tutenhagen, numa conversa tida com ele em 08/06/2000. Gilberto é o coordenador do MPA na região do Vale do Rio Pardo, integrando também a coordenação estadual do movimento.

nós temos que aprofundar a questão do modelo de agricultura que queremos. Um dos grandes problemas que nós enfrentamos na agricultura é a questão da intoxicação” (entrevista 14).

Em questão de educação, alguns grupos do MPA “estão se dando conta que um dos problemas que nós enfrentamos é a questão da escolaridade” (entrevista 14). Daí a opção em investir na formação de jovens, aproveitando a escola de Braga e a Escola de Jovens Rurais de Rio Pardo²⁷¹. “Queremos formar agora, em dois anos, pelo menos 13 jovens em Rio Pardo” (entrevista 14). Além do mais, o Movimento entende que com os textos que produz, e “as leituras que nós fazemos nos grupos, nós prestamos um grande serviço à educação do povo, porque estamos resgatando a cidadania de um povo que já praticamente tinha perdido as esperanças para continuar a viver e resistir” (entrevista 15). Uma das dificuldades é a pouca participação nos grupos, sendo que “há alguns grupos que não se encontram” (entrevista 14). Por isso, o MPA está investindo na formação dos coordenadores: “como coordenação, a gente tem reunião uma vez por mês” (ibidem).

6.2.2.3 Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)

Aliado ao MST e ao MPA, existe o MMTR. Na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, ele tem uma organização mais ou menos forte em Arroio do Meio e Cruzeiro do Sul. Está também organizado em Encruzilhada do Sul, contando com adeptos em vários outros municípios da região. Para avalia-lo sob a ótica da promoção da vida, entrevistamos:

- Lucilda Kuhn - Entrevista 16.
- Eronita Biasibetti Hammes - Entrevista 17.

De acordo com Kuhn (entrevista 16), “o objetivo do movimento é a promoção: levar as mulheres a participar, principalmente nas entidades delas”. Para Hammes (entrevista 17), “o principal objetivo é a luta por justiça social, e para que todos tenham direito e acesso à saúde, educação (...) enfim é um movimento que está ali para que haja mais justiça”.

²⁷¹ A escola de Braga está sob a coordenação dos Movimentos Sociais, mais especificamente do MPA, MAB e MMTR, enquanto que a Escola de Jovens Rurais de Rio Pardo é um dos projetos da Ação Social Diocesana.

Na questão do Meio Ambiente, a luta do movimento está bastante reduzida. “Eu sei que tem regiões no Estado que estão organizadas em associações, que produzem sem veneno. Mas aqui está difícil a questão” (entrevista 17). Em Cruzeiro do Sul, o movimento apoiou a campanha de lixo seletivo. “Íamos para as reuniões e motivávamos a selecionar o lixo (...) Junto com isso também o esclarecimento sobre agrotóxicos, a motivação a produzir alimentos sem o uso de venenos” (entrevista 16). Em conjunto com o STR, o MMTR mantém uma feira de produtos coloniais, “onde se fabricam as coisas em casa e se vende lá” (ibidem).

Em relação à Reforma Agrária, há uma opção da coordenação estadual em aproximar o movimento ao MST. Porém, “na nossa região a gente tem que sair de fininho falando de reforma agrária, mesmo sabendo que se a reforma agrária acontecesse de verdade, nós também estaríamos favorecidos” (entrevista 17). Para mudar esta resistência ao MST, as coordenações municipais e regionais incentivam contatos. “Aqui o pessoal saiu para conhecer o assentamento de Encruzilhada. Trouxemos mulheres assentadas para cá (...) quando passou um grupo de sem-terra por Lajeado, decidimos apoiar” (entrevista 16). Mas “está difícil de trabalhar isto aqui, mesmo sabendo que temos os filhos sem terra” (entrevista 17).

Na relação homem-mulher, o MMTR adota uma posição sem complexos, que por vezes até fica bastante longe da proposta do comum dos Movimentos de Mulheres. “A gente sempre discutiu que o movimento é feminino e deve ser coordenado por mulheres. O movimento é feminista no sentido de que luta pela igualdade. Mas sempre deixamos claro que o nosso inimigo não é o homem. O nosso inimigo é o sistema” (entrevista 16). Não se diz com isso que não haja problemas. “Que tem machismo tem. Eu não sinto isso tanto, mas eu sei que tem mulheres que sofrem com isso” (entrevista 17). A proposta do movimento é que a mulher comece a reagir. “A gente tem que lutar para conseguir um espaço. Não adianta ficar criticando se não lutarmos para conseguir o nosso espaço” (entrevista 17). Mais do que isso, “se nós queremos que haja igualdade de direitos, nós temos que começar na nossa família, na educação dos nossos filhos. Desde pequeno educar eles que a gente tem que andar junto, e que não tem serviço de homem e serviço de mulher” (ibidem).

A luta central do MMTR agora é Saúde. Aliás, esta foi uma das lutas mais bem articuladas pelo movimento ao longo da história. “Desde que começamos, a luta era

com a saúde das pessoas. (...) Naquela época a gente lutou pela implantação do SUS” (entrevista 17). “Agora ela é a parte principal” (entrevista 16). O movimento luta pelo atendimento qualificado e pela construção de Postos de Saúde no interior. Trabalha na saúde preventiva. “Uma campanha forte que foi feita foi de saúde preventiva, a questão da alimentação. Fizemos uma campanha preventiva para o câncer de mama e do útero” (ibidem). O MMTR investe no tratamento alternativo das doenças: “Aqui nós temos farmácia caseira (...) fazemos chá, olinea, sabão” (entrevista 17).

No que se refere à educação, Kuhn (entrevista 16) reconhece que pouco se fez na área da educação formal, apesar de haver “bastante gente analfabeta no interior”. Por isso, a erradicação do analfabetismo “deveria ser uma luta que deveria ser levada em frente, porque se o pessoal soubesse ler direito daria para fazer um trabalho bem melhor” (ibidem). Em nível de Estado, o MMTR decidiu lutar “para que a educação seja voltada para a realidade que as pessoas estão vivendo no interior” (entrevista 17).

Entre as principais conquistas, o MMTR contabiliza o direito à aposentadoria para a mulher, o salário maternidade, o direito a ser reconhecida como trabalhadora rural e o direito de se associar ao sindicato.

6.2.2.4 Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH)

Na qualidade de único Movimento de Direitos Humanos que continua atuando na região, o MJDH de Venâncio Aires contabiliza diversas ações na linha da defesa e promoção da vida. Para nos ajudar a conhecê-lo melhor, entrevistamos:

- Rosange Marisa Lehmen de Moraes - Entrevista 18.

Conversamos também com os seguintes integrantes do Movimento, cujas contribuições também estão registradas na entrevista 18:

- José Luiz de Moraes (estudante) e funcionário do Banco Santander;
- Iuri João Azeredo (coordenador regional da Divisão da Criança e do Adolescente do Departamento de Cidadania do Governo do Estado);
- Ivanice Ferreira Azeredo (professora);
- Nestor de Azeredo (sindicalista, radialista, vereador e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Venâncio Aires).

No que se refere ao Meio Ambiente, “o MJDH sempre apoiou as iniciativas de proteção ao meio ambiente surgidas em Venâncio Aires” (entrevista 18). Isso foi facilitado pela participação de alguns dos seus membros na Associação Ecológica Arco-

Íris. Indiscutivelmente, a temática Agrotóxicos X Suicídios, levada a público em 1995, foi a ação que levou o nome do MJDH para mais longe, tendo sido notícia em jornais e revistas de várias partes do país e em vários países do mundo²⁷². “Internamente, o grupo várias vezes refletiu sobre questões ambientais, especialmente sobre a água consumida pela população” (ibidem).

Em relação à Reforma Agrária, o MJDH tem uma vasta relação de atividades, destacando-se o “apoio, presença e assessoria na greve dos fumicultores em 1986; (...); defesa de agricultores ameaçados por grileiros em Alto Paredão/Venâncio Aires; dinamização de abaixo assinado em favor da Reforma Agrária por ocasião da Constituinte de 1988; (...) participação na *Caminhada da Resistência e da Esperança* em 1996” (ibidem).

No que se refere à participação das mulheres, “em média 50% do grupo sempre foi constituído por mulheres, com atuação equilibrada, responsável e competente” (ibidem). Analisando o relatório de atividades, percebe-se que o grupo não promoveu nenhuma atividade especificamente voltada para as mulheres. Em outros termos, a questão *gênero* não fez parte da pauta de trabalhos do Movimento.

Na área da saúde, o Movimento apoiou a pesquisa “Suicídio e uso de agrotóxicos: conseqüências do uso de agrotóxicos organofosforados”; organizou o Fórum Regional “Agrotóxicos e Suicídios: conseqüências ou coincidências?”; prestou assessoria ao Bispo Dom Sinésio no caso da desapropriação do Hospital Santa Bárbara de Encruzilhada do Sul; alertou o Secretário da Saúde do município de Venâncio Aires sobre problemas relativos à água; Assessorou manifestações públicas pela segurança do trânsito em Venâncio Aires.

Na educação, o MJDH deu apoio formal à greve do magistério público estadual em 1989; organizou um painel “Em defesa da vida, contra a pena de morte”; promoveu o lançamento do Relatório Azul nos anos de 1995, 1996, 1998 e 2000; promoveu uma palestra com José Paulo Bisol sobre “Brasil 500 anos” que teve a participação maciça de estudantes; incentivou a organização da Biblioteca João Melo com material sobre Direitos Humanos, junto ao Comitê do Partido dos Trabalhadores de Venâncio Aires.

Outras atividades destacadas do Movimento foram: Fundação do Comitê Popular Pró-Constituinte em julho de 1986; Assessoria ao Comitê Pró-Constituinte

²⁷² Vide: Relatório Azul da CCDH da Assembléia Legislativa de 1995; Revista “Globo Ciência” de novembro de 1996; Revista “Atenção” ano 2, n. 6 1996.

Municipal de Venâncio Aires em 1989; Elaboração e defesa de propostas para a Lei Orgânica do Município de Venâncio Aires; Articulação local da Campanha estadual “Em favor da vida, contra a pena de morte”.

6.2.2.5 Movimento de Consciência Negra

Trabalhamos com o *Movimento União e Consciência Negra de Santa Cruz do Sul* e o *Movimento de Consciência Negra de Venâncio Aires*. Entrevistamos:

- Elírio Jerônimo Felício - Entrevista 19 a.
- Lúcia de Fátima Felício - Entrevista 19 b.
- Lionor Pinheiro de Sá Lopes - Entrevista 20.

O elo de união entre os dois movimentos, com orientações diferentes, se dá pelos Agentes de Pastoral Negra (APN). O que identifica a prática do Movimento é a cultura. É o que se percebe com várias ações analisadas a seguir.

Em relação ao Meio Ambiente, o negro tem uma atitude de reverência. “O meio ambiente, a natureza, está muito ligado à comunidade negra (...) Por isso, o grupo de consciência negra procura, em todos os momentos, fazer sentir a força que emana dessa natureza, dessa terra (...) O povo negro tem um respeito muito grande pela terra” (entrevista 19 a). “Reconhecendo a presença de Deus na natureza, nós procuramos sempre, em nossas celebrações afros, colocar bastante natureza em nosso redor” (entrevista 19 b).

O negro (...) valoriza o verde. (...) A terra, o ar, a pedra e o fogo são forças da natureza (...) tem o orixá da mata, o orixá da terra, o orixá da água doce, o orixá da água salgada, o orixá do trovão (...) Então a gente tem estes elementos da natureza como um reflexo desses orixás. Por isso é que a gente respeita. Bota a mão na terra para pegar a energia da terra, aquele axé que vem da terra (entrevista 20).

Entre as atividades concretas, o grupo de Venâncio Aires costuma realizar oficinas anuais com as crianças. “No ano passado (...) fizemos as oficinas lá no verde do Parque do Chimarrão, para mostrar para elas a importância do verde, cuidar do verde, não quebrar galhos” (ibidem). O grupo de Santa Cruz do Sul aproveita as oportunidades que se apresentam para “dar mensagens que façam com que nós, povo negro, continuemos a refletir sobre o valor que tem o meio ambiente” (entrevista 19 a).

Em relação à reforma Agrária, na concepção do negro “a terra seria um bem de todos” (entrevista 20). Olhando para o passado, vemos que “uma vez libertos da

escravidão não ganhamos nada (...) Então a gente se preocupa com a Reforma Agrária para que aconteça o mais rápido possível” (entrevista 19 a). Concretamente, “na época da campanha “Reforma Agrária Já”, a gente pegou listas e saiu por aí recolhendo assinaturas para que a Reforma Agrária realmente pudesse acontecer” (ibidem). Um dos fatos que alegra o Movimento Negro local é a celebração dos 100 anos de resistência dos negros no reduto São Nicolau em Rio Pardo, no dia 11 de novembro de 2001.

No que concerne à participação das mulheres, o grupo de Santa Cruz do Sul não tem nenhum trabalho específico. “Mas a mulher está se sentindo integrada no grupo” (entrevista 19 a). Além do mais, “no nosso grupo a maior parte são mulheres. Aí a gente procura trabalhar tudo em conjunto, para não existir mais um grupo que a gente tem que levar” (entrevista 19 b). Já em Venâncio Aires, o Movimento procura dar destaque às mulheres negras que alcançaram alguma projeção na sociedade para servirem de exemplo às outras. Assim “a gente homenageou a tia Honorina (...) que era uma das fundadoras da Sociedade do Negro” (entrevista 20). O Movimento procura valorizar a beleza da mulher negra participando do baile de “escolha da mais bela negra”. “E aqui em Venâncio Aires, o Movimento foi convidado a ajudar a organizar o Conselho Municipal da Mulher” (ibidem). Para 2003, o grupo recebeu um convite para enviar uma representante ao Encontro de Pastoral Afro-Americano, que será realizado no Panamá, e que tratará especificamente o tema “Mulher”. “Então, nós não temos uma ação direta, como Movimento, para as Mulheres, mas a gente procura participar de encontros que acontecem em relação à mulher” (ibidem).

Na área da saúde, o Movimento de Consciência Negra está aprofundando as doenças étnicas, onde se vê que “o povo negro tem muitas doenças que em outras pessoas não aparecem, e que não são conhecidas por muitos médicos” (entrevista 19 a). Um exemplo típico é a anemia falciforme que “qualquer pessoa que tenha algum negro nos seus antepassados pode contrair” (entrevista 19 b). Em Venâncio Aires, o grupo promove “reuniões específicas dos grupos para estudar a cartilha sobre a Anemia Falciforme” (entrevista 20). Além disso, se fazem visitas aos idosos “para conscientização da saúde preventiva” e se fazem orações pelos doentes (ibidem).

No que tange à educação, o grupo de Venâncio Aires, (conforme entrevista 20) tem uma grande lista de atividades, que incluem: trabalho para criação de auto-estima nas crianças e adolescentes negras; cursos para professores negros; projetos de danças e capoeira e produção de textos sobre o negro; palestras, painéis, trabalhos e projetos

orientados pelas escolas. Também o grupo de Santa Cruz do Sul (entrevista 19) tem várias atividades nesta linha, destacando-se o encontro da linguagem ioruba e o encontro com os professores sobre a metodologia do ensino afro.

Além destas atividades, os grupos trabalham a questão do emprego. Assim, o grupo de Santa Cruz do Sul está engajado na luta para conseguir um curso de informática destinado ao trabalhador negro. Em Venâncio Aires se faz um trabalho de conscientização, com o objetivo de motivar “os proprietários de lojas, o comércio e a indústria para a inclusão de negros como funcionários em seus estabelecimentos” (entrevista 20), além de se usar as datas comemorativas para “denunciar a discriminação da mão de obra negra”.

6.2.2.6 Movimentos Ambientalistas

Entre outros movimentos ambientalistas existentes na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, analisamos a Arco-Íris Associação Ecológica de Venâncio Aires e a Ecobé do Vale do Taquari. Para isso entrevistamos:

- Iuri João Azeredo - Entrevista 22.
- André Michel Muller - Entrevista 23.

Por serem movimentos ambientalistas, o destaque fica por conta da defesa do *Meio Ambiente*. A Ecobé atua basicamente em três frentes: sensibilização, recolhimento de baterias de motos e carros, luta pela criação de uma linha de proteção ambiental no Vale do Taquari. Já a Arco-Íris Associação Ecológica surgiu como grupo de amigos preocupados com a devastação do meio ambiente. Sua atuação está bastante limitada a Venâncio Aires, sendo que são poucas as ações desenvolvidas fora do município. A maior conquista foi a criação do DEMA (Departamento do Meio Ambiente), que é fruto de “uma luta muito longa da Arco-Íris” (entrevista 22).

Em relação à Reforma Agrária, Azeredo (entrevista 22) afirma que “essa nunca foi uma preocupação do grupo, porque o nosso grupo é um grupo, a princípio, despolitizado em questões partidárias”. Individualmente, algumas pessoas “entenderam que a luta ambiental está num contexto maior, onde a gente tem que somar com outros movimentos”. A Arco Íris apregoa a agricultura ecológica, onde “o conjunto de propriedades é um grande sistema, que tem relações cooperativas tanto em proteção ambiental como em nível econômico”. A Ecobé, no dizer de Müller (entrevista 23)

ainda não chegou a discutir a questão da Reforma Agrária. Mas “ainda pretendemos discutir”.

A questão de gênero normalmente não entra na pauta de discussões do Movimento Ambientalista, porque “a feminilização é uma característica dos movimentos ambientalistas” (entrevista 22), e “a relação gênero foi absorvida sem necessariamente ter feito alguma discussão específica” (entrevista 23). Além do mais, “na Ecobé nem se chega a discutir, porque as mulheres são maioria dentro da diretoria” (ibidem). O que se faz é dar apoio a entidades que se ocupam com a discriminação ou a violência praticada contra as mulheres, tipo Casa de Passagem do Vale do Taquari, “destinada ao abrigo de mulheres vítimas da violência domiciliar e que correm risco de vida” (ibidem). “Mas também é um tema que não foi discutido diretamente no grupo, como se o movimento estivesse presente na luta pela libertação das mulheres” (entrevista 22).

Saúde é outro assunto que tem tudo a ver com o Movimento Ambientalista, uma vez que “a preocupação ambiental é uma preocupação com a saúde das pessoas (...) porque sem um ambiente ecologicamente saudável, tu não tens condições de ter uma vida saudável” (entrevista 22). A Arco-Íris nasceu com essa preocupação, “até porque a gente falava em alimentação natural, usar hortaliças sem agrotóxicos, usar o arroz integral, usar açúcar mascavo, comer pão integral, tentar minimizar o uso de enlatados” (ibidem). Contudo, tem-se claro que “a gente não é uma entidade diretamente preocupada com a saúde das pessoas” (entrevista 23).

A educação é uma constante preocupação dos Movimentos Ambientalistas. Na Ecobé, de acordo com Müller (entrevista 23) “o que se fez foi praticamente isso”. Trabalha-se a conscientização, “porque se eu não cuido o meu modo de agir diante do meio ambiente, como é que eu vou culpar a fábrica aí adiante?” (ibidem) Apontam-se fatos concretos que atentam contra o meio ambiente, sem ficar restrito a preconceitos, tipo o de “culpar o agricultor pela poluição de rios e arroios e não se perguntar o porquê de não haver tratamento de esgoto nos centros urbanos?” (ibidem) “Basicamente a colaboração do movimento seria isso: a promoção de eventos, onde o grande público sempre foram os estudantes” (entrevista 22).

6.2.2.7 Movimento Pacifista (Rede Em Busca da Paz)

Na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, o Movimento Pacifista é representado pela Rede Em Busca da Paz. Para conhecê-la, conversamos com um dos seus principais líderes, Neri da Costa - Entrevista 21.

Em relação ao Meio Ambiente, a Carta de Princípios da Rede define que “somos uma organização que afirma a preservação do meio ambiente como uma necessidade”. Dentro disso, a Rede promove acampamentos “onde se aproveita o contato com a natureza, com o verde”. Uma das lutas abraçadas é contra os transgênicos. Além do mais, a Rede apóia a campanha antitabagista, mesmo reconhecendo ser um tema polêmico “porque dentro da nossa região há a necessidade de emprego tanto para o meio rural quanto para o meio urbano” (entrevista 21).

No que se refere à Reforma Agrária, a Rede trabalha na conscientização. Em maio passado, a Rede organizou um debate sobre Reforma Agrária, com a participação de um representante da coordenação regional do MST e um vereador contrário ao modo de agir do MST. “Queremos que os jovens que integram a Rede aspirem e lutem pela Reforma Agrária. Afirmamos a Reforma Agrária como um caminho para a paz” (ibidem). Mais do que isso, “afirmamos a Reforma Agrária a partir do Movimento Popular, da pressão popular, porque Reforma Agrária sempre foi lei, mas nunca se cumpriu” (ibidem).

Em relação à Mulher, a Rede coloca na pauta de suas discussões o direito da mulher, a igualdade entre os sexos. “Na própria Carta de Princípios se citam as mulheres como uma luta nossa pelo direito das minorias. Mas não temos um foco específico” (entrevista 21). Na atual coordenação estão três mulheres e quatro homens, sendo que “buscamos uma participação paritária entre homens e mulheres na coordenação” (ibidem). Na prática, a Rede ainda não absorveu a igualdade entre os sexos, uma vez que nas suas principais referências está apenas uma mulher (Rigoberta Menchú), enquanto se citam quatro homens (Ghandi, Luther King, Oscar Romero e Chico Mendes).

Na área da saúde, a Rede está engajada na luta contra as minas terrestres, o que “mostra o direito sagrado das pessoas à integridade física” (entrevista 21). Na região, há um grupo que faz um trabalho com menores carentes, oferecendo-lhes ordinariamente uma sopa e lhes dando noções básicas de higiene. Além disso, se trabalha muito na conscientização, afirmando “os dados mundiais de falta de acesso à saúde, falta de hospitais”, relacionando isso com os gastos militares.

A educação é um dos pontos fortes da Rede. “Nós nos entendemos como uma pedagogia para a paz” (entrevista 21). Questiona-se “o método bancário, impositivo, autoritário usado dentro das escolas. Passamos a afirmar uma educação mais libertadora como um caminho de afirmação da cidadania” (ibidem). Além do questionamento, a Rede mantém as “oficinas da paz” junto com a 6ª Coordenaria Regional de Educação; organiza anualmente um curso de extensão universitária para a formação de monitores de grupos de jovens e adolescentes engajados na luta pela paz; mantém grupos de jovens em escolas e universidades.

6.2.3 Ações desenvolvidas pela Igreja Católica

“Participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança” (CNBB, 1999, p. 13), faz parte da motivação do trabalho da Igreja Católica no Brasil. A partir disso, queremos avaliar o trabalho que ela vem desenvolvendo na região da Diocese de Santa Cruz do Sul na defesa e promoção da vida. Nos valem de cinco entrevistas.

- Dom Urbano Algayer - Entrevista 1.
- Padre Zeno Hastenteufel - Entrevista 2.
- Filipe Meinertz - Entrevista 3.
- Padre Álvaro Aloísio Lenhardt - Entrevista 4.
- Padre Décio Francisco Weber - Entrevista 24.

Em relação ao Meio Ambiente, a Igreja realizou a Campanha da Fraternidade em 1979, com o lema “Preserve o que é de todos”. Em 1992, diante da iminente realização da Conferência das Nações Unidas sobre “Meio Ambiente e Desenvolvimento”, o setor social da CNBB organizou um seminário sobre “A Igreja e a questão ecológica”, convocando, ao final, a sociedade a desenvolver uma “ética de corresponsabilidade pelo futuro da criação, empenhando-nos na construção de uma sociedade democrática, social e ecologicamente justa e solidária” (CNBB, 1992, p. 52). Hastenteufel (entrevista 2) diz que “a Igreja fez pouco, além da conscientização”. Mesmo assim, ele cita que “no discurso da FAG sempre se falava na preservação da natureza e, sobretudo, no reflorestamento. Meinertz (entrevista 3) lembra que se falava da necessidade de evitar as queimadas. Weber (entrevista 24), recorda “algumas pequenas experiências na área da agricultura ecológica”, mas reconhece que “esta é uma das questões que ainda não entrou para nós”.

O discurso da Reforma Agrária acompanha a Igreja há bastante tempo. Em 1961, numa iniciativa da JAC (Juventude Agrária Católica), realizou-se, no Rio de Janeiro, o I Seminário sobre Reforma Agrária destinado “somente para jovens rurais, com o fim de estudar a Reforma Agrária²⁷³”, do qual participou um bom número de jovens da Diocese de Santa Cruz do Sul. Ela também “foi uma preocupação da FAG desde o começo” (entrevista 3), tendo sido o assunto principal do Congresso de Encantado em 1971 (entrevista 4). Para Algayer (entrevista 1), a Igreja tem pautado sua pregação pela “importância e urgência da Reforma Agrária, contando com forte oposição dos latifundiários”. Já em 1961, os bispos do Rio Grande do Sul fizeram um pronunciamento a favor da Reforma Agrária, dizendo que “cabe, sem sombra de controvérsia, ao Estado promover a divisão dos latifúndios e a recomposição racional dos minifúndios em lotes agrícolas rentáveis” (Unitas, março de 1961). Em fevereiro de 1980, quando estavam ocorrendo os primeiros acampamentos de agricultores sem terra, os bispos do Brasil (CNBB, 1980, p. 34) declararam o seu apoio aos “esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária”, assim como também declararam o seu “apoio às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores”. Em 1982, a Igreja do Rio Grande do Sul comprou 108 hectares de terra em Ronda Alta “para ali localizar provisoriamente 1.500 famílias acampadas em Encruzilhada Natalino” (entrevista 1). Quando se deu a ocupação da Fazenda Annoni, em 1981, “a Igreja foi sempre mais acompanhando os acampamentos (...) dando-lhes a mística, sem a qual este movimento não teria este senso comunitário” (entrevista 2).

Na Diocese de Santa Cruz do Sul, quando começaram a surgir os movimentos de ocupação de terras no Estado “eu senti a Igreja muito retraída, com muito medo. Parecia que não era coisa nossa” (entrevista 24). A consciência foi mudando a partir da organização de “encontros de agricultores, da Romaria da Terra em Herveiras, culminando com os assentamentos em Encruzilhada do Sul” (ibidem). Um papel importante coube às CEBs nesta mudança de mentalidade, sendo que a Reforma Agrária foi um tema sempre presente nas reflexões da equipe central ao longo dos anos de 1983 a 1985²⁷⁴.

Um dos pontos polêmicos da ação da Igreja está na questão da participação da mulher. Muitos padres e agentes de pastoral se sentem constrangidos em tomar posturas

²⁷³ Jornal Gazeta do Sul, 24/08/1961.

²⁷⁴ Atas das CEBs, 1981 a 1992.

mais claras na defesa da democracia e dos direitos humanos, pelo fato de existir uma discriminação da mulher no interior da Igreja. “Ela é a obreira que está realizando as tarefas (...) Está presente como aquela que executa. O sonho é que se vá mais longe: que a mulher também possa estar presente nas decisões” (entrevista 24). Mesmo não sendo aceitas para os ministérios ordenados, elas são a imensa maioria nos ministérios não ordenados, atuando “como ministras da comunhão eucarística, catequistas, professoras de ensino religioso escolar e equipes de liturgia. Muitas se formam em teologia, desenvolvendo um enriquecimento da teologia, de cara mais feminina” (entrevista 1). Hastenteufel (entrevista 2) diz que no discurso a mulher tem igual dignidade ao homem, porém as ações concretas são difíceis de serem encontradas. Vale destacar que ainda hoje, em muitas comunidades, as mulheres são excluídas das diretorias das comunidades, ou então aceitas unicamente para serem as secretárias.

Na área da saúde a Igreja Católica tem muitas coisas a apresentar. “As congregações religiosas e os bispados trabalharam muito para conseguir hospitais em todos os lugares” (entrevista 2). Foram construídas Santas Casas em Porto Alegre, Uruguaiana, Rio Grande e Bagé. “A Igreja (...) foi pioneira na construção de Santas Casas, Hospitais, Centros Médicos, Ambulatórios, Lares para Idosos” (entrevista 1). A FAG desenvolveu um grande trabalho na linha de transmissão de noções básicas de higiene e na motivação para construção de banheiros, uma vez que “naquele tempo a verminose era um problema sério” (entrevista 4). Hoje, um dos grandes trabalhos da Igreja é a Pastoral da Saúde, que faz visitas aos doentes, “ensina o preparo de chás e outros medicamentos alternativos, desenvolve a Pastoral da Criança, ensina noções de higiene às mães das vilas, alimentação das crianças” (entrevista 1). “Há trabalhos interessantíssimos no sentido de remédios caseiros, farmácias caseiras, chás” (entrevista 24).

A educação foi a área que mais sentiu a presença da Igreja. No dizer de Hastenteufel (entrevista 2) “sem dúvida alguma, em todas as cidades do Rio Grande do Sul, a primeira escola foi uma escola particular (...) uma escola católica, ou de irmãos, ou de irmãs, ou da comunidade mesma com professor pago pela própria comunidade”. Por isso, “acho que na educação foi que a Igreja mais se destacou no Rio Grande do Sul” (Ibidem). Na região da Diocese de Santa Cruz do Sul, ao lado das muitas escolas confessionais e comunitárias, “as duas universidades tiveram sua origem em pessoas de Igreja que lideraram a questão lá no início” (entrevista 24). Paralelo à educação escolar,

a Igreja investiu na formação das pessoas através de cursos e encontros. Assim, “a grande meta da FAG era a educação e a formação das pessoas do meio rural” (entrevista 3). Mais recentemente, de acordo com Weber (entrevista 24) temos os cursos de animadores de comunidade, onde se buscava uma formação baseada na realidade, o que motivou muita gente a entrar no movimento sindical e na política. Depois vieram os cursos organizados pela Pastoral da Juventude (com destaque para o TAPA: Treinamento para a Ação Pastoral), Pastoral Operária (Escola dos Trabalhadores do Reino), Pastoral Rural e Comunidades Eclesiais de Base. Atualmente, na área da educação, entre outras atividades a Igreja Diocesana mantém a Escola de Jovens Rurais de Rio Pardo, participa da Escola Cristã de Formação Política de Santa Maria, organiza cursos para agentes pastorais (ministros, catequistas, jovens).

6.3 Relação da Igreja Católica com os Sindicatos e Movimentos Sociais

Por ser uma instituição que está presente nos mais diversos recantos da região, a Igreja Católica tem uma influência relativamente grande sobre a vida do povo. Martins (1989, p. 26) afirma que “não dá para pensar que questões ideológicas e políticas da sociedade, não estejam, também, num certo sentido, mediatizadas pela ação da Igreja, tanto quanto dos partidos, dos sindicatos, da família, etc.” É o que pudemos comprovar numa pesquisa que realizamos com estudantes do Ensino Médio de Venâncio Aires no ano de 2000, quando nos propusemos estudar o grau de influência que a religião tem em suas vidas. Mesmo que houvesse uma defasagem entre o número daqueles que consideram que a religião é importante e os que reconhecem que ela exerce influência sobre suas vidas, é de se destacar que são 82,2% os jovens que afirmam que “a religião exerce influência sobre suas vidas²⁷⁵”. No entanto, a influência se restringe a questões morais e de segurança pessoal, entendendo que a religião “auxilia nos momentos de dificuldade e aflição”. Na hora de motivar o engajamento em algum movimento social, sindicato, associação de moradores, grêmio estudantil ou partido político, a religião perde sua importância, uma vez que, na consciência dos estudantes, são coisas muito

²⁷⁵ A pesquisa foi feita para a disciplina *Desenvolvimento Sócio-Cultural*, ministrada pelo professor Sílvio Correa, no Programa de Pós-Graduação – Mestrado – em Desenvolvimento Regional. 91,8% dos jovens disseram que a religião é importante, enquanto que 82,2 afirmaram que ela exerce influência. Entre estes, 29,1% disseram que “ela exerce muita influência”.

distintas, não tendo nada a ver entre si. Aliás, esta parece ser a concepção predominante na região, de acordo com o que já havia sido detectado por uma pesquisa sobre as manifestações do catolicismo na região de abrangência da Diocese de Santa Cruz do Sul, publicada em janeiro de 1996 (Universidade, 1996, p. 75), onde se conclui que, na concepção das pessoas entrevistadas, “a Igreja deve priorizar a religiosidade, a espiritualidade e que estas se constituem em pólos opostos das atividades políticas (...) ‘Deus não tem partido’” e, por isso, a Igreja, ‘a religião não deve se meter com política’.

Convencidos de que a religião continua exercendo influência, apesar da concepção dominante de que a Igreja deve se manter afastada das questões políticas e cientes de que a religião católica é a mais presente na região, buscamos avaliar a influência que ela tem nos Sindicatos e Movimentos Sociais locais. Na verdade, vamos nos ater à relação existente, sem avaliarmos a qualidade da influência advinda desta relação.

6.3.1 Relação da Igreja Católica com os Sindicatos

A relação da Igreja Católica com os sindicatos é mais intensa no meio rural do que no meio urbano, sendo que, pelo menos 15 Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região foram diretamente organizados pela Frente Agrária Gaúcha (FAG). No Rio Grande do Sul, até 1964, no dizer de Meinertz (entrevista 3), o único STR que não havia sido fundado pela FAG foi o de Uruguaiana. Para dar sustentação a estes sindicatos e para visualizar o seu caráter laico, a Igreja apoiou a organização da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), mantendo uma relação muito próxima com ela até meados da década de 1970.

Na década de 1980, a Igreja diocesana assumiu o compromisso de trabalhar a consciência sindical, motivando os trabalhadores a se integrarem no sindicato, usando-o como ferramenta de luta para a defesa dos seus direitos. Foi também nesta época que a Igreja, através da Pastoral Rural, levantou a bandeira da *renovação sindical*²⁷⁶, objetivando a mudança na direção dos sindicatos. A forma de buscar esta mudança se deu através da organização de cursos de formação com trabalhadores rurais, resultando na constituição de oposições sindicais ou na inserção de lideranças comprometidas com

²⁷⁶ Boletim Diocesano de Junho de 1982 e setembro de 1985; Ata do Conselho de Presbíteros de 22-24/09/1986; O Informativo, 05/12/1987.

o sindicalismo autêntico nas novas direções sindicais. A oposição obteve êxito em Arroio do Meio²⁷⁷ e Venâncio Aires²⁷⁸.

Como conseqüência, setores da Igreja entraram em confronto com o sindicalismo assistencialista da FETAG, propugnando a filiação dos sindicatos à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A partir daí, lentamente, a Igreja foi se afastando dos sindicatos, sob a argumentação de que são esferas diferentes e que se deve respeitar a autonomia do sindicalismo. Prova disso encontramos no 5º Plano Diocesano de Pastoral, elaborado em 1992, onde foi retirado o projeto de “formação da consciência sindical”, presente nos planos anteriores desde 1982.

Em 1995, dentro do processo de preparação da Sétima Assembléia de Pastoral da Diocese de Santa Cruz do Sul, a coordenação diocesana reuniu representantes de 14 sindicatos da região, onde se afirmou que “a Igreja está na origem da maioria dos sindicatos, o que aumenta a sua responsabilidade com eles”. Na mesma oportunidade os sindicalistas reivindicaram a volta do trabalho da Igreja junto aos sindicatos, “para não dar a impressão de que a Igreja gerou o filho e o abandonou à própria sorte²⁷⁹”. Pouca coisa, no entanto, se fez de lá para cá, sendo que a distância entre sindicalismo rural e Igreja Católica foi aumentando de ano para ano. Hoje, “a Igreja Católica não está sendo assim tão atuante como já era naqueles anos (...) Não que ela não faça nada. Mas não é a mesma” (Etges, entrevista 6).

Em relação aos sindicatos urbanos da região, a Igreja Católica teve uma influência muito menor do que no sindicalismo rural, apesar de, no 1º Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, realizado em Santa Cruz do Sul em 1961, numa promoção da JOC, ter-se decidido que “há a necessidade de os trabalhadores unirem-se em entidades sindicais²⁸⁰”. A menor presença da Igreja nos sindicatos urbanos se deve, principalmente, a dois fatores.

Em primeiro lugar, a base da Igreja Católica, nos últimos séculos, foi muito mais rural do que urbana. É o que fica evidenciado com o fato de a maioria dos religiosos e padres serem oriundos daí. Em conseqüência, enquanto se idealizava a vida no meio rural se demonizava a vida da cidade. Enquanto o interior era visto como o lugar de prática da virtude, a cidade era vista como o lugar da prática do pecado, do comércio, da

²⁷⁷ Jornal O Alto Taquari, 02/10/87.

²⁷⁸ Folha do Mate, 20/05/1986.

²⁷⁹ Boletim Diocesano, outubro de 1995.

²⁸⁰ Gazeta do Sul, 29/08/1961.

prostituição. Por isso, “muitos sacerdotes fizeram tudo o que estava ao seu alcance para reter seus paroquianos nas povoações” (Comblin, 1991, p. 15), o que implicou num engajamento nas suas lutas por melhores condições de vida, onde se deu o encontro com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Em segundo lugar, a Igreja no Rio Grande do Sul não constituiu nada parecido à Frente Agrária Gaúcha para o meio urbano e os poucos Círculos Operários existentes na região não tiveram força suficiente para organizar sindicatos. Além do mais, se no meio rural a voz da Igreja era vista pelas pessoas como “a vontade de Deus”, no meio urbano, a voz da Igreja era uma das vozes que se escutavam e que deveria disputar espaço com outros agentes. Conseqüentemente, a maior parte dos sindicatos urbanos se constituiu sem a participação da Igreja. Apenas na década de 1980 se tem notícia do surgimento de sindicatos urbanos com a participação decisiva da Igreja Católica, através da Pastoral Operária, das CEBs e da Pastoral da Juventude. É este o caso dos Sindicatos de Calçadistas de Arroio do Meio e Venâncio Aires. Observe-se, no entanto, que se a FAG era incentivada pelos bispos a organizar sindicatos no meio rural, a Pastoral Operária, as CEBs e a Pastoral da Juventude agiam por conta própria e, muitas vezes, sem o aval dos bispos.

Daí que, no geral, os sindicatos urbanos não tiveram nenhum envolvimento com a Igreja Católica, “apesar de o relacionamento sempre ter sido muito cordial” (entrevista 7). No dizer de Heck (entrevista 9), “existem trabalhos em conjunto, mas não existe um envolvimento mais profundo do sindicato com a Igreja enquanto instituição”. Por parte dos sindicatos, no entanto, existe a esperança de que as relações se aprofundem, “porque há muitas coisas que podem ser feitas em conjunto” (entrevista 10). Há um reconhecimento de que, “mesmo que a maioria dos sindicatos urbanos tenha surgido sem influência direta da Igreja, muitas lideranças são oriundas de suas fileiras (...) e fazem tudo com aquele espírito de católico” (entrevista 10).

6.3.2 A Igreja Católica e os Movimentos Sociais espontâneos

Nos diversos movimentos de reivindicação e de protesto surgidos ao longo dos anos de 1960 e 1970, a Igreja Católica da região ficou praticamente à margem, sendo que muitas vezes tomou posição francamente contrária. Aliás, a própria criação da FAG

foi uma resposta da Igreja “às ondas de greve que se sucediam, preparando a total subversão no país” (Atas da FAG de Venâncio Aires, 20/05/1970).

Normalmente identificadas como coisa de “um reduzido grupo de notórios agitadores e políticos que vêm procurando perturbar o ritmo de trabalho do Estado e da Nação” (Hastenteufel, 2001, disquete 1 ½ pol), as greves foram sistematicamente condenadas pela Igreja local. Esta condenação se deu em sintonia com a doutrina social da Igreja Católica, que continua a ver as greves como “um meio extremo” a ser usado somente quando todos os outros recursos tiverem sido esgotados. Mesmo assim, no dizer de João Paulo II (1999, p. 76), “não se pode esquecer nunca que, quando se trata de serviços essenciais para a vida da sociedade, estes devem ficar sempre assegurados, inclusive, se isso for necessário, mediante apropriadas medidas legais”. Na compreensão da Igreja, “somente pelo entendimento e pela conciliação, na base da justiça e do respeito recíproco, se obterá a fartura e o equilíbrio econômico e social” (Hastenteufel, 2001, disquete 1 ½ pol).

Neste contexto chama a atenção do fato de a Igreja diocesana não ter tido nenhuma palavra oficial sobre o perigo que estava pairando sobre Amaral Ferrador em 1980 com a proposta da construção da Barragem do Bom Será. A única participação oficial da Igreja foi por intermédio do padre Ari Lazaroto da CPT estadual e do padre Armindo Caponi, da FAG regional²⁸¹. Por parte da Igreja Diocesana e da Igreja de Encruzilhada do Sul, nenhuma voz se fez ouvir.

A mudança na postura da Igreja local começou nos anos de 1981/1982, com o processo da 4ª Assembléia Diocesana de Pastoral, que se notabilizou como o “Tempo de Escutar o Povo²⁸²”. Em consequência desse processo algumas lideranças abraçaram a caminhada das CEBs²⁸³ e a defesa dos Direitos Humanos, abrindo-se caminho para as pastorais sociais da Igreja, mais especificamente, para a Pastoral Rural e a Pastoral Operária. Pelo fato de a opção não ter sido unânime, instaurou-se uma divisão na Igreja local, tornando-se facilmente perceptível a separação entre o grupo dos que propugnavam o comprometimento da Igreja com as causas sociais e o grupo dos que defendiam a aliança da Igreja com as forças conservadoras.

²⁸¹ Jornal Sudeste, 01/03/1980.

²⁸² Em preparação à 3ª Assembléia Diocesana de Pastoral foi feito todo um trabalho com os grupos de família, motivando-os a se pronunciarem sobre os rumos que a Igreja deveria tomar na Diocese.

²⁸³ Boletim Diocesano, junho de 1981.

A par dessa separação, a Igreja Diocesana começou a tomar uma posição mais clara em favor dos que lutam por melhores condições de vida, chegando-se ao ponto de os padres da Diocese, reunidos em Assembléia na Casa de Retiros de Santa Cruz do Sul, participarem ativamente da greve dos fumicultores, no mês de março de 1989²⁸⁴. Além disso, a Igreja apoiou os movimentos emancipatórios em várias localidades da região; entrou em conflito com o poder político e econômico dos municípios²⁸⁵; ofereceu seus espaços para a mobilização dos trabalhadores²⁸⁶; celebrou com as categorias em greve²⁸⁷; fez campanhas de alimentos e roupas para os grevistas²⁸⁸.

6.3.3 A Igreja Católica e os Movimentos Sociais organizados

A relação da Igreja Católica com os Movimentos Sociais organizados é bastante variada. Se, de um lado, ela é conhecida pela sua postura contrária ao confronto e favorável ao *status quo*, o que percebemos, de fato, na região, é que os movimentos que apregoam o confronto direto com o poder político e econômico estão mais próximos dela do que aqueles movimentos que apregoam, sobretudo, mudanças de atitudes. Assim, o MST e o MPA estão mais próximos da Igreja do que o Movimento Ambientalista e o Movimento Pacifista. Movimento por Movimento, temos o seguinte quadro:

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) teve na Igreja Católica a grande parceira na sua entrada em Encruzilhada do Sul. É o que fica evidente na palavra de um dos assentados (Antoninho, entrevista 12), quando questionado sobre as entidades que lhes ofereceram solidariedade quando chegaram para Encruzilhada: “Aqui foi a Igreja Católica (...) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais”. Na mesma linha, Goergen (entrevista 13) é categórico em afirmar que “em Encruzilhada do Sul, as entidades que abertamente apoiaram o MST, que abriram apoio desde o começo e que não vacilaram neste apoio foram a Igreja Católica e o Sindicato de Trabalhadores Rurais”. Logo no início se organizou um “grupo de apoio”, “no qual várias pessoas entraram, sendo que a Diocese colaborou com várias coisas” (entrevista 11 c). Todas as comunidades foram mobilizadas “numa campanha de doação de alimentos, roupas e

²⁸⁴ Folha do Mate, 24/07/82 e 06/05/83; Gazeta do Sul, 30/12/89; Atas do CPD, 28-29/03/1989.

²⁸⁵ Folha do Mate, 11/05/84 e 23/05/84; Atas do CPD, 26/09/1983.

²⁸⁶ Folha do Mate, 04/01/1985.

²⁸⁷ O Informativo, 04/06/87.

²⁸⁸ O Informativo, 27/05/80.

calçados²⁸⁹”. O Bispo foi rezar uma missa no Assentamento: “Numa região onde o catolicismo é muito forte, isto no mínimo faz as pessoas pensarem: o que é isso mesmo que está acontecendo?” (entrevista 13). Mais tarde se constituiu uma comunidade religiosa no Assentamento Segredo Farroupilha, formada por quatro freis franciscanos e capuchinhos (1 padre e 3 irmãos). No dizer de Heraclides (entrevista 11 a), “se este assentamento está funcionando é por causa dos freis que estiveram aqui”. Além disso, Maria (entrevista 11 b) recorda que “quando viemos para Encruzilhada (...) as irmãs vieram visitar o pessoal de barraco em barraco (...) ajudaram as pessoas que estavam doentes”.

Deve-se destacar que, se de um lado houve um apoio oficial da Igreja aos assentamentos, houve também reações contrárias no interior da própria Igreja. Houve casos de comunidades católicas que se negaram a contribuir com as campanhas para os acampados e assentados, assim como também houve padres e agentes de pastoral que boicotaram as campanhas, sob o argumento de que “temos muitas necessidades em nossa própria comunidade”. No próprio município de Encruzilhada do Sul, várias lideranças da Igreja Católica se associaram à UDR (União Democrática Ruralista) e combateram os Sem-Terra. Em outras palavras, o apoio ao MST não é unanimidade na Igreja Católica local, apesar do apoio do Bispo e da coordenação de pastoral.

Também o MPA (Movimento de Pequenos Agricultores) sente a Igreja Católica como uma grande aliada da sua causa. Scherer (entrevista 15) lembra que “desde o início da construção do MPA nós tivemos o assessoramento dos freis franciscanos. Eles continuam nos assessorando até hoje na formação dos pequenos agricultores, e este trabalho é imprescindível para a consolidação do MPA”.

No “acampamento da seca” em Encruzilhada do Sul, em 1996, o Movimento teve a participação integral de um padre franciscano e a presença parcial de um padre da Diocese de Santa Cruz do Sul. Na Marcha da Coragem e da Esperança em 1998, o apoio da Igreja foi decisivo desde o momento da saída em Venâncio Aires, quando os padres presidiram uma benção de envio aos romeiros. Por isso, para Heinen (entrevista 14), “a Igreja tem um papel fundamental na organização do MPA. (...) Em determinados momentos, se não fosse a Igreja, não teríamos espaço para nos encontrar”.

²⁸⁹ Atas do CPD, 06/04/1994; 10-11/09/1996.

É lógico que existem divergências e o MPA não é uma unanimidade entre os padres e agentes de pastoral, até mesmo por causa da própria postura dos sindicatos, que em vários municípios não estão assumindo a bandeira do MPA. Além disso, a identificação do MPA com os partidos políticos de esquerda é forte demais na concepção de vários padres e agentes de pastoral. Por isso, Scherer (entrevista 15) reconhece que “em alguns lugares o relacionamento com a Igreja é muito próximo, muito fraterno, e em alguns lugares é mais distante”. Porém, no geral se percebe que, “se no começo houve padres que tinham alguma resistência, eles agora vêm com bons olhos o MPA” (ibidem).

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais tem consciência da importância da Igreja na sua organização. “Se nós não tivéssemos naquela época o apoio da Igreja, eu acho que não teria sido fácil. (...) Quantas vezes a gente voltava de noite de um encontro (...) e se batia na casa canônica e o padre sempre atendeu e levava a gente para casa” (entrevista 17). Kuhn (entrevista 16) faz questão de dizer que “a ligação era com pessoas da Igreja e não com a Igreja (...) nós saímos pedindo o apoio do padre”. Hoje, “nós não temos mais relação. (...) A gente sabe que precisa andar junto, mas não anda”. (ibidem).

Ressalte-se que nem em todos os lugares as mulheres tiveram a sorte de encontrar padres ou lideranças comunitárias que as apoiassem na sua organização. Desde o começo houve resistências, algumas delas motivadas pela ideologia do Movimento das Margaridas, que foi a origem dos movimentos de mulheres na região e que defendia práticas contrárias à doutrina da Igreja Católica, tal como a prática do aborto. A consequência foi a organização do Movimento em apenas três municípios locais. Outros padres apostaram suas fichas no apoio à organização das mulheres coordenada pela FETAG. Outros, ainda, com medo de perder suas lideranças, ou então não suficientemente esclarecidos sobre a validade da luta das mulheres, fizeram “olho grosso” para a sua organização. Finalmente, não dá também para se descartar o substrato cultural presente no inconsciente coletivo da Igreja Católica, onde a mulher sempre ocupou um lugar subalterno, sendo que até hoje ela não tem acesso às funções hierárquicas da Igreja.

O Movimento de Mulheres Urbanas, organizado na cidade de Venâncio Aires, surgiu a partir do trabalho das CEBs. Não teve a participação direta de nenhum padre,

mas contou, desde o primeiro momento, com o apoio decisivo das Irmãs da Divina Providência. Se o movimento se manteve ao longo dos anos foi por causa da sua ligação com a equipe de articulação das CEBs da cidade.

No que se refere à *defesa dos Direitos Humanos*, a Igreja Diocesana fez muito pouco nos anos de maior perseguição política. Já no último período do Regime Militar, ela resolveu apoiar a organização do Movimento de Defesa dos Direitos Humanos que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul. Assim o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que funcionou em Arroio do Meio na década de 1980 e o Movimento de Direitos Humanos que existiu em Santa Cruz do Sul na primeira metade da década de 1990, tiveram a participação decisiva de padres (Zeno Graef em Arroio do Meio e Marcelo Guimarães em Santa Cruz do Sul). Além de apoiar os Movimentos que estavam surgindo, em 1987, a Igreja Diocesana decidiu organizar o seu próprio Movimento. O resultado foi o Núcleo Diocesano de Justiça e Paz, que deixou de existir poucos anos depois, por falta de clareza de objetivos e por falta de pessoas dispostas a integrá-lo.

De outro lado, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Venâncio Aires, que é o único movimento que se mantém ao longo dos anos, “sempre atuou independente de igrejas e partidos políticos” (entrevista 18). No entanto, na sua origem estão duas irmãs religiosas, além de um padre que integra o Movimento até os dias de hoje. Além disso, boa parte dos seus integrantes é proveniente das pastorais da Igreja Católica, mais especificamente, da Pastoral da Juventude.

O Movimento de Consciência Negra se organizou na região a partir do incentivo e apoio da Igreja Católica. É o que fica explícito na palavra de Felício (entrevista 19): “O nosso ponto de partida foi a Igreja, e por isso também temos uma integração muito bonita”. Já no grupo de Venâncio Aires, antes de ingressar no Movimento, “os integrantes participavam de diversas pastorais: juventude, catequese, grupo de mulheres, criança” (entrevista 20).

A integração entre Igreja Católica e Movimento de Consciência Negra ficou mais explícita com a adesão dos grupos ao Movimento dos Agentes de Pastoral Negra, onde se estuda a viabilidade de integrar sempre mais elementos da cultura negra na metodologia pastoral da Igreja Católica. Para que essa adesão se concretizasse foi importante o trabalho do atual bispo auxiliar de Salvador, Bahia, Dom Gílio Felício, que é natural de Santa Cruz do Sul.

É evidente que nem tudo é tão tranquilo no relacionamento. Basta dizer que, quando se estava preparando o II Encontro de Ministros Negros do Rio Grande do Sul, que aconteceu em Venâncio Aires no ano de 2000, criou-se um mal estar entre os ministros locais porque se achava que “os ministros estavam se dividindo”. Houve inclusive, quem chegasse a sugerir a realização de um “encontro de ministros brancos” paralelo ao encontro dos ministros negros. Além disso, é sabido de todos que são poucas as comunidades que realmente apóiam a organização dos negros no Movimento.

O Movimento Ambientalista é o que menos ligação tem com a Igreja Católica. Há um preconceito entre os ambientalistas contra as religiões baseadas na Bíblia, pelo fato de ela propugnar o domínio do homem sobre a terra, com as palavras do Livro do Gênesis, que coloca na boca de Deus a ordem dada aos homens: “Enchei a terra e submetei-a. Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre tudo que vive e se move sobre a terra ” (Gn 1,28). Já em 1961, o papa João XXIII (1999, nº 194) esclarecia que, “sem dúvida, o mandamento divino de dominar a natureza não é imposto com fins destrutivos, mas sim para serviço da vida”. Apesar disso, a resistência permanece e os Movimentos Ambientalistas existentes na região se organizaram à margem da Igreja. Assim, a Associação Ecológica Arco Íris de Venâncio Aires surgiu de

um pessoal que estava fora da Igreja (...) contestavam a religião, a católica em especial. Eram pessoas não religiosas no sentido cristão-católico (...) Pessoas que tinham interesses espirituais e intelectuais, mas fora da Igreja. Por isso, o movimento não tem nenhum vínculo com a Igreja Católica.(entrevista 22).

Já na Ecobé do Vale do Taquari, de acordo com Müller (entrevista 23), “a gente não procurou a Igreja para uma parceria, assim como também nunca fomos procurados pela Igreja. Não que a gente tenha preconceito, mas também não vimos necessidade de um relacionamento com a Igreja, como grupo”.

O Movimento Pacifista, representado pela Rede Em Busca da Paz, “nasceu como uma proposta da Igreja Católica” (Costa, entrevista 21). No momento em que se transformou em ONG (1998), a relação passou a ser de “vinculação e autonomia”.

Vinculação, de acordo com Costa , porque continua ocupando recursos da Igreja Católica. E autonomia, porque conta entre seus membros com pessoas de outras religiões e não se guia exclusivamente pelos princípios morais da Igreja Católica. Neste momento, a relação do vínculo está condicionada aos recursos, uma vez que, “se saíssemos do apoio da Igreja, como é que nos manteríamos?” A relação, no entanto, não é muito tranqüila, porque a Rede do Em Busca da Paz defende práticas contrárias à doutrina da Igreja Católica, tal como a união de homossexuais. Daí o questionamento de Costa (entrevista 21): “como é que uma ONG que apóia a liberdade de opção sexual das pessoas, pode estar atuando em parceria com a Igreja Católica que questiona estas atitudes?”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial do nosso trabalho era analisar a relação da Igreja Católica com os Sindicatos e Movimentos Sociais na região de abrangência da Diocese de Santa Cruz do Sul, tendo por horizonte a defesa e a promoção da vida. Sem a ilusão de estarmos concluindo o trabalho, ousamos fazer algumas considerações.

O trabalho teve por motivação o desenvolvimento regional, impulsionado pelo desejo de conseguirmos “um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e sustentável em termos ambientais” (Dowbor, 2000, p. 81). Para os menos avisados, pode parecer que estamos remando contra a corrente, uma vez que a palavra do dia é *globalização*. Para nós, porém, “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não existiriam” (Santos, 1999b, p. 196). Assim, se é verdade que estamos inseridos no mundo globalizado, não é menos verdade que o global não existe sem o local. “Transnacionalização e regionalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de desenvolvimento” (Becker, 2000 b, p. 129). No dizer de Alvater (1995, p. 158), “o proletariado é internacional (...), mas os trabalhadores concretos, vivos (...) são nacionais ou regionais”. Mais do que isso: os capitais circulam livremente, mas a previdência e o zelo pelos recursos naturais são da competência dos Estados e das Regiões. “É no plano local que as políticas de saúde, de educação, de esportes, de cultura e outros podem ser articuladas em dinâmicas sinérgicas em torno da qualidade de vida do cidadão” (Dowbor, 2000, 110). Por isso, “já não basta estudar tão somente a transnacionalização econômico-corporativa, a competitividade do desenvolvimento. É preciso, ao mesmo tempo, estudar a regionalização sócio-ambiental, a sustentabilidade do desenvolvimento” (Becker 2000 a, p. 7). Em outras palavras, já não basta “pensar global e agir localmente. É preciso, também, pensar local e agir

globalmente” (Loc cit). Daí que, em vez de estarmos na contramão da história, pensamos estar trabalhando com um projeto de grande valia para a humanidade, particularmente para a humanidade que ganha cor e corpo na região de abrangência da Diocese de Santa Cruz do Sul. Mas não é só para esta parcela da humanidade que o nosso trabalho tem valor, uma vez que “decisões que tomamos como indivíduos são com frequência globais em suas implicações” (Giddens 1991, p. 41).

Estamos também convencidos de que o desenvolvimento não pode se restringir ao crescimento econômico, razão pela qual negamos ao mercado a condição de única diretriz para as políticas econômicas a serem adotadas. Negamo-nos a acatar a utopia neoliberal que “faz da economia o centro do ser humano a partir do qual todo o resto se explica” (Comblin, 2000, p. 16). Para nós, o critério para qualquer investimento deve ser a promoção da vida, motivando-nos a afirmar que tudo, inclusive as políticas econômicas, devem estar sujeitas a ela. Isso, porque, de acordo com o que foi amplamente discutido no Seminário Internacional Pós-Neoliberalismo realizado no Rio de Janeiro em 1996 (Sader, 1999), a história recente comprovou o engano daqueles que imaginavam que “a melhoria das condições de vida seria simples consequência do aumento da produtividade e do crescimento econômico” (Nardi, 1999, p. 48). Quanto mais a economia foi crescendo e novas tecnologias foram inventadas, mais aumentou a exclusão de amplos setores da sociedade, a começar pela exclusão econômica, “e, mais precisamente, a do mercado de trabalho” (Nascimento, 2000, p. 89). Junto com a exclusão econômica vem a perda do direito de cidadania, fazendo com que “o indivíduo só ganha existência na transgressão à lei” (Ibidem, p. 90), motivando-o, assim, a entrar no sub-mundo da droga e do crime organizado.

Na nossa percepção, o desenvolvimento se dá pela interação de três forças: a econômica, a social e a política. No atual contexto histórico, onde há um predomínio das doutrinas neoliberais, a ação de pessoas e instituições, normalmente, tem como motivação os interesses econômicos, ou seja, o lucro. Em oposição a esta ação, reagem pessoas, Movimentos Sociais, Sindicatos, Organizações Não-Governamentais, Igrejas e outras instituições, reivindicando prioridade ao social diante de um sistema que condena milhões de pessoas a uma vida sub-humana. A intermediação cabe ao poder político, que deve zelar pelo crescimento econômico, enquanto também garante o acesso de todos aos bens necessários a uma vida boa. Na presente dissertação nos ocupamos com

os grupos que reagem à exploração econômica e reclamam atenção do poder político, destacando a atuação dos Sindicatos e Movimentos Sociais.

Ao final do trabalho, firmamos algumas convicções.

1º) Diferentemente do que imaginávamos, a região foi marcada por muitas mobilizações e lutas em favor da defesa e promoção da vida, invalidando, portanto, o conceito de que na região da Diocese de Santa Cruz do Sul o povo é facilmente dominado pelas elites dirigentes. Ficamos surpresos com o grande número de mobilizações, lutas e greves que ocorreram na região. Particularmente fomos surpreendidos com a descoberta de que o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) tenha surgido em território da Diocese de Santa Cruz do Sul, mais especificamente, em Encruzilhada do Sul, onde atualmente se concentram os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra da região.

2º) Muitas das lutas, mobilizações e greves foram coordenadas pelos Sindicatos locais com o apoio das igrejas, particularmente, da Igreja Católica. Apesar da tendência em buscar saídas através da negociação e do diálogo, chama a atenção o fato de os Sindicatos e as Igrejas terem assumido atitudes de confronto com as classes dominantes em várias oportunidades.

3º) Junto aos sindicatos, a Igreja Católica teve atuação destacada na organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, especialmente através da Frente Agrária Gaúcha (FAG) que era coordenada pelos Bispos. Em contrapartida, na organização dos sindicatos urbanos, a participação da Igreja Católica se deu unicamente por intermédio das pastorais, tipo Pastoral Operária e Pastoral da Juventude, nem sempre em completa sintonia com a hierarquia da Igreja local. Por esta razão, a participação da Igreja na organização dos sindicatos urbanos foi muito menos expressiva do que na organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, tendo permanecido restrita a alguns poucos sindicatos surgidos na década de 1980.

4º) A maior presença da Igreja Católica junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais por meio da sua organização oficial, é uma das possíveis explicações da pouca combatividade da maioria deles. Isso porque é próprio da hierarquia da Igreja Católica evitar os confrontos, sendo incentivadora da busca de soluções dos conflitos por meio do diálogo e da negociação. Na sua concepção, a greve é recurso último, que só pode ser usado quando se tiverem esgotado todos os outros meios.

5º) No que concerne aos Movimentos Sociais que estão organizados na região, a Igreja Católica contribuiu decisivamente com o MST, o MPA, o MMTR, o Movimento de Consciência Negra e o Movimento Pacifista. Já o Movimento Ambientalista não sentiu a presença da Igreja, apesar da crescente consciência ecológica nos meios eclesiais.

6º) O apoio da Igreja Católica ao MST, ao MPA e ao MMTR se deve, entre outros fatores, ao de ter sua maior base no meio rural. Consciente ou inconscientemente, o ideal de comunidade proposto continua sendo a comunidade do meio rural, onde, na concepção de suas lideranças, ainda se cultivam os tradicionais valores cristãos.

7º) O apoio ao Movimento de Consciência Negra e ao Movimento Pacifista se explica, em boa parte, por causa da opção de pessoas individuais (Dom Gílio Felício e Pe. Marcelo Guimarães). Sem estas pessoas, possivelmente não teria havido a opção tão declarada em dar apoio aos dois movimentos.

8º) Em relação aos cinco itens utilizados para identificar o trabalho dos Sindicatos, da Igreja Católica e dos Movimentos Sociais na defesa e promoção da vida (Compromisso com a Reforma Agrária – Defesa do Meio Ambiente – Integração da Mulher – Promoção da saúde – Ação em favor da educação), ficou evidente a fragilidade das ações relacionadas à defesa do Meio Ambiente, o que certamente deve ser uma das preocupações para os próximos anos.

Partilhamos também algumas preocupações:

1º) Se é verdade que, ao longo dos anos houve muito mais mobilizações e lutas do que normalmente imaginamos, ficamos com a impressão de que está havendo um grande refluxo destas mobilizações. A hora parece ser muito mais propícia para a busca de segurança pessoal do que de luta por mudanças sociais. Quem tem seu emprego está empenhado em não perdê-lo e quem tem algum capital busca guardá-lo para eventuais necessidades futuras. Além disso, há uma evidente falta de referência ideológica, motivada pelo fim de boa parte dos regimes socialistas que existiam na década de 1980.

2º) A atuação dos Movimentos Sociais está restrita a poucos lugares. Assim, o MST restringe sua atuação à parte sul, principalmente ao município de Encruzilhada do Sul. O MMTR está organizado em apenas três municípios. O MPA está tendo dificuldades em se expandir aos municípios onde o Sindicato de Trabalhadores Rurais possui estreita ligação com a FETAG. O Movimento de Direitos Humanos, se

desconsideramos as Comissões de Cidadania e Direitos Humanos das Câmaras de Vereadores, está com sua atuação restrita a um município. O Movimento Ambientalista e o Movimento Pacifista, que estavam articulados na região como Movimento Social, acabaram se transformando em ONGs. O Movimento de Consciência Negra luta contra o preconceito dos próprios negros, que não conseguem assumir a sua identidade, sentindo-se constrangidos em participar de um Movimento que tem uma clara definição étnico/racial. Por isso não consegue se expandir.

3º) O trabalho dos Sindicatos está bastante desvirtuado do seu papel, uma vez que a grande preocupação é prestar assistência através de convênios com médicos e dentistas, ou através da manutenção de gabinetes dentários e consultórios médicos. Em vez de ser ferramenta de luta que cobra a assistência devida das autoridades constituídas, eles fazem aquilo que, estritamente falando, não é seu papel, ou seja, prestar assistência social. Além do mais, os sindicatos ainda não conseguiram se firmar como força significativa no novo contexto de globalização. Eles continuam discutindo “questões de salário em nível local, perdendo grande parte de sua eficácia nacional” (Kumar, 1997, p. 178), ao mesmo tempo em que “a mobilidade do capital atingiu níveis sem precedentes, apagando fronteiras nacionais e permitindo ao capitalismo estabelecer acordos inteiramente novos com a força de trabalho e a estrutura de poder locais” (Loc cit).

4º) A Igreja Católica, agindo em nome da “dignidade da pessoa humana” (João Paulo II, 1988, nº 47), em determinados momentos históricos e em determinados lugares se insurgiu contra os que insistiam em dar ao mercado a condição de única força motivadora para os investimentos econômicos. Ela se deparou com os Sindicatos e Movimentos Sociais, encontrando, no apoio a eles, uma forma de mostrar a sua discordância com os rumos que a economia e a política estavam tomando. E isso foi feito com muita maestria em alguns sindicatos e em alguns Movimentos Sociais. Em outros momentos e em outras situações, ela se submeteu às políticas econômicas adotadas pelas elites dirigentes, colaborando com a submissão das pessoas através de uma mera promessa de “felicidade eterna” que viria em conseqüência do presente sofrimento terreno. Infelizmente, a impressão que nos fica é que no começo deste milênio, a Igreja está cada vez mais se fechando sobre si mesma, renunciando ao seu papel de defensora e promotora da vida, entrando na disputa por “fiéis” com outras igrejas e grupos religiosos.

5º) Ao longo do presente trabalho, tivemos como ponto de partida a convicção de que os Sindicatos e os Movimentos Sociais são importantes para o desenvolvimento da região. A partir disso, pesquisamos a relação da Igreja Católica com os Sindicatos e os Movimentos Sociais, para justificar a sua importância na relação com eles. Entendíamos que, caso se confirmasse a hipótese de que a Igreja Católica tem uma participação decisiva na organização e dinamização dos Sindicatos e Movimentos Sociais, poderíamos afirmar, sem medo de erro, que ela é importante para o desenvolvimento da região. Buscamos corroborar a hipótese a partir de bibliografias, pesquisas em jornais, documentos e entrevistas. No caminho fomos percebendo o seu trabalho, enquanto aumentava a nossa inquietação quanto ao seu presente e futuro, sempre impulsionados pela intuição de Lutzzenberger, de que “as instituições se justificam na medida em que ajudam a defender e promover a vida”. A razão de ser da Igreja, assim como também a razão de ser dos Sindicatos, Movimentos Sociais e ONGs não deve ser buscada nela mesma, mas sim na vida que defende e promove. A impressão que temos no momento é a de que a Igreja está muito ocupada em conquistar multidões para as grandes celebrações, esquecendo-se de que sua missão fundamental é a de lutar “para que todos tenham vida, e vida em abundância” (João 10,10).

Finalmente, ao olhar para frente, sentimos a necessidade de um trabalho sempre mais integrado entre Sindicatos, Movimentos Sociais e Igrejas. Já não falamos unicamente da Igreja Católica, porque pensamos ter chegado a hora de uma maior abertura ecumênica entre as Igrejas, uma vez que todas elas, a seu modo, estão orientadas para a defesa e a promoção da vida. Assim, quando as Igrejas estiverem de acordo quanto ao objeto final do seu trabalho, elas poderão oferecer contribuições decisivas aos Sindicatos e aos Movimentos Sociais na sua organização. Ao final de tudo, não importa quem é que faz o trabalho, mas sim, que o trabalho aconteça. Que o sonho de “um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e sustentável em termos ambientais” (Dowbor, 2000b, p. 81) se torne real. Que o horizonte da vida seja ampliado, através de um trabalho conjunto na sua defesa e promoção. É isto o que importa.

ANEXOS

ANEXO A

População dos Municípios da Diocese

MUNICÍPIOS	Área-Km ²	POP.URBANA	POP. RURAL	POP. TOTAL
1. Am. Ferrador	506,6	1.132 – 19,7%	4.609 – 80,3%	5.741
2. Anta Gorda	240,3	1.821 – 28,8%	4.503 – 71,2%	6.324
3. Arroio do Meio	153,7	12.733 – 75,1%	4.215 – 24,9%	16.948
4. Arvorezinha	278,3	5.366 – 52,4%	4.885 – 47,6%	10.251
5. Boq. do Leão	274,6	1.517 – 19,4%	6.294 – 80,6%	7.811
6. Candelária	940,1	13.797 – 46,8%	15.682 – 53,2%	29.479
7. Capitão	70,1	857 – 33,4%	1.709 – 66,6%	2.566
8. Cruz. do Sul	155,4	6.173 – 52,9%	5.493 – 47,1%	11.666
9. Dom Feliciano	1.263,0	2.551 – 19,9%	10.741- 80,1%	13.292
10. Dr. Ricardo	110,2	447 – 22,1%	1.681 – 77,9%	2.128
11. Encantado	140,8	16.035 – 86,6%	2.491 – 13,4%	18.526
12. Encr. do Sul	3.422,0	14.837 – 62,1%	9.060 – 37,9%	23.897
13. Gram. Xavier	216,6	382 – 10,4%	3.284 – 89,6%	3.666
14. Herveiras	118,7	405 – 13,7%	2.554 – 86,3%	2.959
15. Ilópolis	115,4	1.748 – 41,1%	2.508 – 58,9%	4.256
16. Lajeado	240,5	60.169 – 93,9%	3.928 – 6,1%	64.097
17. Mar.de Souza	127,1	1.464 – 34,5%	2.776 – 65,5%	4.240
18. Mato Leitão	49,6	1.271 – 39,6%	1.939 – 60,4%	3.210
19. Muçum	109,1	3.675 – 77,7%	1.053 – 22,3%	4.728
20. Nova Bréscia	200,9	1.483 – 32,7%	3.052 – 67,3%	4.535
21. Pantano. Gr.	847,7	9.275 – 84,5%	1.703 – 15,5%	10.978
22. P. do Sobrado	280,7	974 – 17,5%	4.591 – 82,5%	5.565
23. Pouso Novo	107,0	641 – 29,3%	1.548 – 70,7%	2.189
24. Progresso	277,8	1.571 – 24,2%	4.917 – 75,8%	6.488
25. Putinga	218,4	1.358 – 29,3%	3.270 – 70,7%	4.628
26. Relvado	115,5	638 – 27,7%	1.661 – 72,3%	2.299
27. Rio Pardo	2.187,5	26.036 – 68,9%	11.742 – 31,1%	37.778
28.S.Clara do Sul	88,8	1.724 – 35,9%	3.082 – 64,1%	4.806
29.S. Cruz do Sul	617,1	93.650 – 87,1%	13.851 – 12,9%	107.501
30. Sério	99,2	568 – 21,0%	2.137 – 79,0%	2.705
31. Sinimbu	508,1	1.194 – 11,7%	9.013 – 88,3%	10.207
32. Travesseiro	95,3	827 – 35,2%	1.521 – 64,8%	2.348
33.Vale do Sol	330,3	720 – 6,8%	9.837 – 93,2%	10.557
34. Vem. Aires	756,5	36.166 – 59,1%	25.041 – 40,9%	61.207
35. Vera Cruz	304,0	9.901 – 46,5%	11.402 – 53,5%	21.303
36. Vesp. Correa	124,4	336 – 15,2%	1.873 – 84,8%	2.209
Total Geral	15.691,3km²	333.432-62,5%	199.646-37,5%	533.078

Resultados preliminares do Censo Demográfico, 2000, divulgados pelo IBGE. Os dados relativos à área são do Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul - 1998. Não estão catalogados, separadamente, os municípios de Canudos, Coqueiro Baixo e Forquetinha. Seus dados estão incluídos nos municípios de Nova Bréscia, Relvado e Lajeado.

ANEXO B

COMPARATIVO ENTRE OS VALES

Em relação à população rural e urbana dos municípios pertencentes à Diocese, nos vales do Taquari, Rio Pardo e Camaquã, e a percentagem geral da população, temos o seguinte quadro:

VALE	ÁREA EM KM ²	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO TOTAL E PERCENTAGEM EM RELÇÃO À DIOCESE
Rio Taquari	3.117,8	60.242 hab. 33,25%	120.895 hab. 66,74%	181.137 hab. – 33,97%
Rio Pardo	10.803,9	124.054 hab. 37,26%	208.854 hab. 62,73%	332.908 hab. 62,45%
Rio Camaquã	1.769	15.350 hab. 80,64%	3.683 hab. 19,35%	19.033 hab. 3,75%

Do Vale do Taquari, a Diocese de Santa Cruz do Sul abrange uma área de 3.117,8 km², subdivididos em 21 municípios, onde se concentra uma população de 181.137 pessoas. Destas, 120.895 (66,74%) moram na cidade e 60.242 (33,25%) no meio rural. A densidade habitacional é de 58,09 pessoas por Km².

Do Vale do Rio Pardo, a Diocese abrange uma área de 10.803,9 km², divididos em 13 municípios onde moram 332.908 pessoas. A população urbana é de 208.854 pessoas (62,73%). A rural é de 124.054 (37,26%). A densidade habitacional é de 30,81 habitantes por Km².

Do Vale do Camaquã, a Diocese atinge os municípios de Dom Feliciano e Amaral Ferrador, que ocupam a área de 1.769,6 km², onde moram 19.033 pessoas, das quais 3.683 (19,35%) na cidade e 15.350 (80,64%) no meio rural. A densidade habitacional é de 10,75 habitantes por Km².

ANEXO C

MUDANÇAS DE UM CENSO PARA OUTRO

Comparando os censos de 1991 e 2000, a população da Diocese aumentou de 483.943 habitantes para 533.078, o que significa um aumento populacional de 10,15%. Assim, no Vale do Rio Pardo viviam, em 1991, 293.599 pessoas. No Vale do Taquari, 172.020 e, no Vale do Camaquã, 18.324. Na proporção, o Vale que teve o maior crescimento populacional foi o Vale do Rio Pardo, que teve um acréscimo de 13,86%. O Vale do Taquari cresceu 5,29% e o Vale do Camaquã 3,86%.

Vale por Vale, observamos o seguinte:

VALE	População em 1991	População em 2000	Aumento total	Aumento percentual
Taquari – 21 municípios	172.020	181.137	9.117	5,29%
Rio Pardo – 13 municípios	293.599	332.908	39.307	13,86%
Camaquã – 2 municípios	18.324	19.033	709	3,86%
Total Diocese	483.943	533.078	49.133	10,15%

ANEXO D

Município por município, temos o seguinte quadro evolutivo em relação à População:

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO EM 1991	POPULAÇÃO EM 2000	Variação
1. Amaral Ferrador	5.917	5.741	-176
2. Anta Gorda	6.947	6.324	-623
3. Arroio do Meio	19.072	16.948	-2.124
4. Arvorezinha	12.636	12.251	-385
5. Boqueirão do Leão	7.359	7.811	+452
6. Candelária	28.012	29.479	+1467
7. Capitão	----	2.566	+2.566
8. Cruzeiro do Sul	10.798	11.666	+868
9. Dom Feliciano	12.407	13.292	+885
10. Doutor Ricardo	-----	2.128	+2.128
11. Encantado	18.156	18.526	+370
12. Encruz. do Sul	21.479	23.897	+2.418
13. Gramado Xavier	-----	3.666	+3.666
14. Herveiras	-----	2.959	+2.959
15. Ilópolis	3.860	4.256	+396
16. Lajeado	63.944	64.097	+153
17. Marques de Souza	-----	4.240	+4.240
18. Mato Leitão	-----	3.280	+3.280
19. Muçum	7.127	4.728	-2.399
20. Nova Bréscia	5.174	4.535	-639
21. Pantano Grande	10.017	10.978	+961
22. Passo do Sobrado	-----	5.565	+5.565
23. Pouso Novo	2.215	2.189	-26
24. Progresso	6.923	6.488	-435
25. Putinga	5.243	4.628	-615
26. Relvado	2.566	2.299	-267
27. Rio Pardo	42.924	37.778	-5.146
28. Santa Clara do Sul	-----	4.806	+4.806
29. Santa Cruz do Sul	117.773	107.501	-10.272
30. Sério	----	2.705	+2.705
31. Sinimbu	13.918	10.207	-3.711
32. Travesseiro	-----	2.348	+2.348
33. Vale do Sol	-----	10.557	+10.557
34. Venâncio Aires	55.482	61.207	+5.725
35. Vera Cruz	17.912	21.303	+3.391
36. Vespasiano Correa	-----	2.209	+2.209
Total:	483.943	533.078	+49.135

Fonte: IBGE, sendo que os índices de 2000 são preliminares. Não constam os dados dos municípios de Canudos do Vale, Forquetinha e Coqueiro Baixo.

ANEXO E

Posição ocupada pelos municípios da Diocese em relação ao Índice Social Municipal Ampliado – ISMA – referentes ao período de 1991 - 1998

Município	Índice Geral	Ordem no Estado
1. Arroio do Meio	0,60	13
2. Santa Cruz do Sul	0,60	16
3. Encantado	0,57	47
4. Venâncio Aires	0,56	52
5. Lajeado	0,56	62
6. Nova Bréscia	0,55	93
7. Candelária	0,52	162
8. Cruzeiro do Sul	0,52	168
9. Mato Leitão	0,51	180
10. Vera Cruz	0,51	182
11. Ilópolis	0,51	198
12. Rio Pardo	0,50	200
13. Santa Clara do Sul	0,50	221
14. Pantano Grande	0,48	265
15. Muçum	0,48	277
16. Capitão	0,47	293
17. Marques de Souza	0,47	298
18. Travesseiro	0,46	326
19. Putinga	0,46	331
20. Arvorezinha	0,45	342
21. Relvado	0,45	350
22. Passo do Sobrado	0,44	359
23. Boqueirão do Leão	0,44	364
24. Anta Gorda	0,44	365
25. Encruzilhada do Sul	0,43	372
26. Vale do Sol	0,43	386
27. Doutor Ricardo	0,42	394
28. Vespasiano Correa	0,42	395
29. Sinimbu	0,39	435
30. Sério	0,38	441
31. Amaral Ferrador	0,36	451
32. Pouso Novo	0,36	452
33. Gramado Xavier	0,36	453
34. Dom Feliciano	0,35	456
35. Progresso	0,34	459
36. Herveiras	0,33	460

(Dados tirados da FEE – Disponível: <www.fee.tche.br/isma>. Acessado, 28/11/2001)

Por ainda não terem sido municípios na época (1998), não há dados registrados dos municípios de Canudos do Vale, Coqueiro Baixo e Forquetinha.

ANEXO F

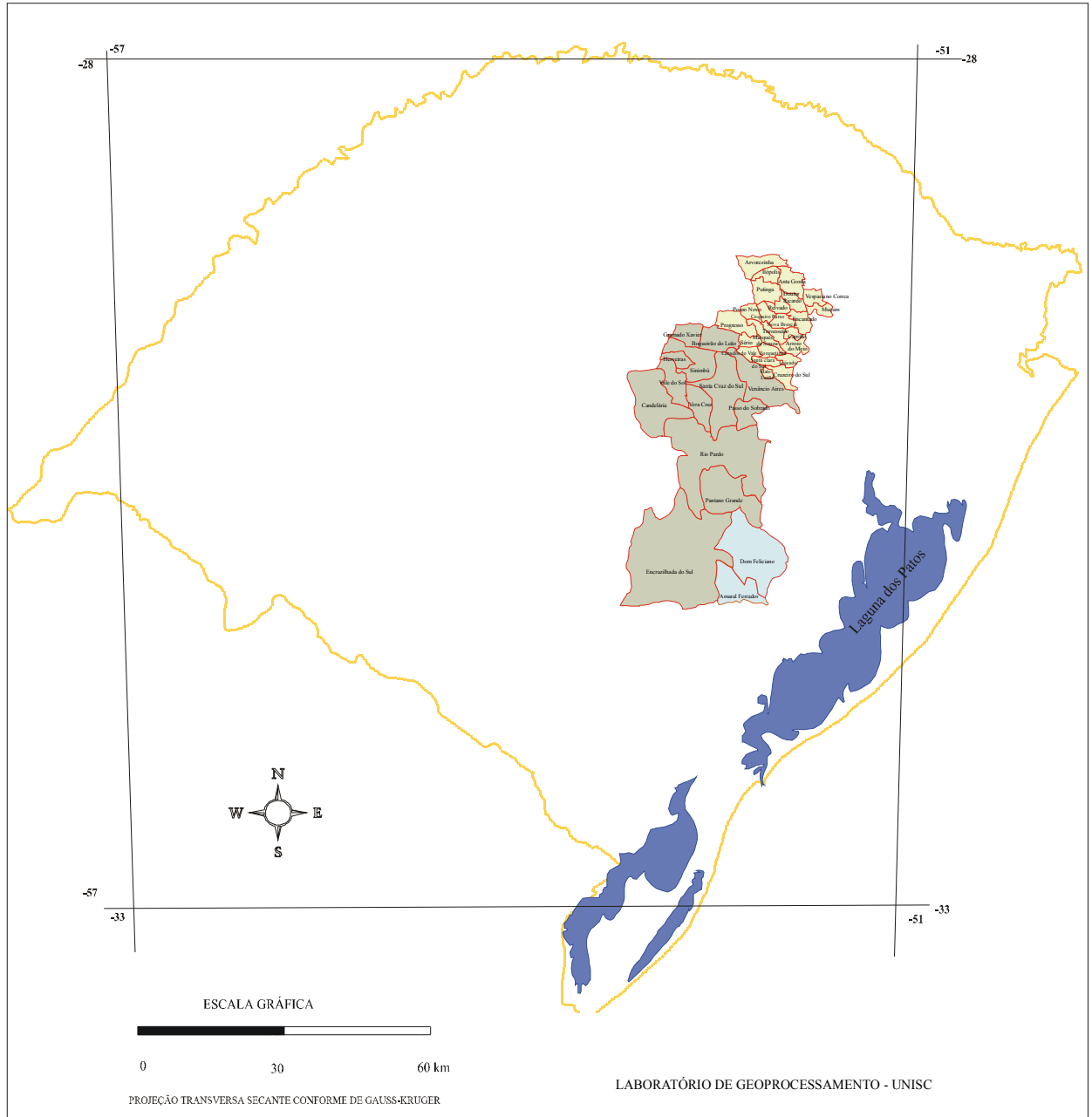
PIB e PIB per capita no ano de 1997, seguindo a ordem decrescente do PIB/per capita

MUNICÍPIO	PIB Total	PIB Total Per Capita
1. Santa Cruz do Sul	R\$ 1.961.070.918,00	R\$ 19,128,00
2. Arroio do Meio	R\$ 253.435.971,00	R\$ 15.706,00
3. Muçum	R\$ 62.465.208,00	R\$ 12.885,00
4. Mato Leitão	R\$ 40.005.418,00	R\$ 12.588,00
5. Encantado	R\$ 204.195.619,00	R\$ 11.490,00
6. Lajeado	R\$ 615.608.724,00	R\$ 10.316,00
7. Venâncio Aires	R\$ 563.050.395,00	R\$ 9.742,00
8. Santa Clara do Sul	R\$ 42.210.536,00	R\$ 9.119,00
9. Vera Cruz	R\$ 182.284.969,00	R\$ 9.043,00
10. Nova Bréscia	R\$ 39.345.208,00	R\$ 8.505,00
11. Travesseiro	R\$ 15.210.367,00	R\$ 6.472,00
12. Doutor Ricardo	R\$ 13.662.381,00	R\$ 6.273,00
13. Sinimbu	R\$ 60.610.051,00	R\$ 5.872,00
14. Rio Pardo	R\$ 215.136.553,00	R\$ 5.678,00
15. Capitão	R\$ 12.587.100,00	R\$ 5.409,00
16. Anta Gorda	R\$ 34.649.426,00	R\$ 5.353,00
17. Marques de Souza	R\$ 23.385.111,00	R\$ 5.324,00
18. Relvado	R\$ 11.921.056,00	R\$ 5.026,00
19. Passo do Sobrado	R\$ 26.791.315,00	R\$ 4.996,00
20. Vespasiano Correa	R\$ 10.927.385,00	R\$ 4.833,00
21. Progresso	R\$ 32.388.684,00	R\$ 4.800,00
22. Sérico	R\$ 14.385.671,00	R\$ 4.665,00
23. Cruzeiro do Sul	R\$ 52.269.136,00	R\$ 4.506,00
24. Pantano Grande	R\$ 46.777.815,00	R\$ 4.450,00
25. Putinga	R\$ 21.899.598,00	R\$ 4.421,00
26. Candelária	R\$ 126.632.850,00	R\$ 4.377,00
27. Pouso Novo	R\$ 8.743.700,00	R\$ 4.005,00
28. Ilópolis	R\$ 17.696.909,00	R\$ 3.811,00
29. Vale do Sol	R\$ 38.932.566,00	R\$ 3.737,00
30. Arvorezinha	R\$ 36.763.998,00	R\$ 3.659,00
31. Boqueirão do Leão	R\$ 23.276.894,00	R\$ 3.008,00
32. Amaral Ferrador	R\$ 15.228.804,00	R\$ 2.840,00
33. Herveiras	R\$ 7.605.913,00	R\$ 2.826,00
34. Gramado Xavier	R\$ 9.723.279,00	R\$ 2.554,00
35. Encruzilhada do Sul	R\$ 58.045.913,00	R\$ 2.511,00
36. Dom Feliciano	R\$ 31.742.700,00	R\$ 2.390,00

Dados da FEE - Disponível: <http://www.rsvirtual.net/cgi/webdata_pibmunic97-cgi>
Acessado: 12/08/2001. Faltam Canudos do Vale, Forquetinha e Coqueiro Baixo.

ANEXO G

Localização da Diocese de Santa Cruz do Sul no Mapa do Rio Grande do Sul



Mapa feito pelo Laboratório de Geoprocessamento da UNISC/2001.

ANEXO H

PESSOAS ENTREVISTADAS PARA A DISSERTAÇÃO

- Entrevista 1 - Dom Urbano Algayer – 77 anos de idade. Nasceu em Santa Clara do Sul no dia 16 de março de 1926. Foi ordenado padre em 1950 e bispo em 1974. Ainda como padre, trabalhou como sub-secretário da CNBB Regional Sul/3. Como bispo assumiu a secretaria e, posteriormente, a coordenação do Regional até 1983, quando foi nomeado Bispo da Diocese de Passo Fundo, onde reside até o presente momento. A entrevista foi respondida por escrito, a pedido do entrevistado, em dezembro de 2000.
- Entrevista 2 - Zeno Hastenteufel – 54 anos de idade. É padre da Arquidiocese de Porto Alegre, Doutor em História da Igreja pela Universidade Gregoriana de Roma e Professor de História da Igreja na PUCRS desde 1984. É autor de vários artigos e livros referentes à História da Igreja no Rio Grande do Sul. A entrevista foi realizada no dia 22 de maio de 2001, na sala de trabalho do Zeno, na PUCRS.
- Entrevista 3 - Filipe Meinertz – 69 anos de idade – É um dos pioneiros da FAG. Atualmente é assessor da FETAG na área da formação e educação. Atua diretamente junto aos STRs de Venâncio Aires e Dois Irmãos. Mora em Gravataí. A entrevista foi realizada no dia 28 de março de 2001, nas dependências do STR de Venâncio Aires.
- Entrevista 4 - Álvaro Aloísio Lenhardt – 64 anos de idade – Padre da Diocese de Santa Cruz do Sul. Foi ordenado padre em 1964, sendo que desde logo se integrou no trabalho da FAG, em Arroio do Meio. Nos anos de 1969 a 1973 foi assistente da FAG na Diocese de Santa Cruz do Sul, tendo atuado em vários cursos de formação. Atualmente trabalha na paróquia Santa Bárbara de Encruzilhada do Sul. A entrevista foi realizada no dia 15 de março de 2001, na casa paroquial de Encruzilhada do Sul.
- Entrevista 5 - Abílio Kuhn – 69 anos de idade. Participou da criação dos STRs de Lajeado, em 1962, sendo que é filiado ao Sindicato desde aquela época. - Integrou a diretoria dos STRs de Cruzeiro do Sul de 1969 a 1985. Foi presidente da Regional dos Sindicatos do Alto Taquari durante vários anos. Atualmente reside no interior de Cruzeiro do Sul, donde continua sua militância sindical. A entrevista foi realizada no dia 24 de abril de 2001, na residência do Abílio.
- Entrevista 6 a - Pedro Osvino Etges – 71 anos de idade - Presidente dos STRs de Santa Cruz do Sul. É membro do sindicato desde sua fundação, em 1962, e integrante da diretoria do sindicato desde 1969. Foi militante da FAG. Entrevista realizada no dia 16 de abril de 2001, nas dependências do STR de Santa Cruz do Sul.
- Entrevista 6 b – Roque Paulus – Secretário dos STRs de Santa Cruz do Sul. Participou da entrevista com o Pedro Osvino Etges.
- Entrevista 7 – Dorval Knak – 66 anos de idade – É membro do sindicato desde 1958. Foi presidente do STIFA (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins) de Santa Cruz do Sul de 1981 a 1996. Desde 1992 preside a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins, que engloba 12 sindicatos de 6 Estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco). É vice-presidente do STIFA e presidente para a América Latina da Unión Internacional de Trabajadores de Alimentación, Agrícolas, Hoteles, Restaurantes, Tabacos y afines. Entrevista

realizada no dia 25 de abril de 2001, na sede da Federação em Santa Cruz do Sul.

- Entrevista 8 – Ari Azolini – 54 anos de idade – Casado, pai de 9 filhos e agricultor. É o atual presidente do STRs de Putinga (onde está em sua segunda gestão) e membro da ONG *Preserva*, de Arvorezinha. Entrevista realizada no dia 9 de julho de 2001, na sede do Sindicato.
- Entrevista 9 – Alberto João Heck – 34 anos de idade – Presidente do SINPROM de Santa Cruz do Sul desde sua fundação, em 1989. Também é professor do Estado, trabalhando durante 20 horas no Colégio Ernesto Alves de Santa Cruz do Sul. Foi vereador e atualmente é suplente da bancada do PT. Entrevista concedida no dia 11 de abril de 2001, na sede do Sindicato.
- Entrevista 10 – Arnildo da Silva – 58 anos de idade – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Materiais Elétricos de Venâncio Aires desde 1992, quando o sindicato foi fundado em Venâncio Aires. É um dos diretores da Federação dos Metalúrgicos do Estado, com sede em POA. A entrevista foi realizada no dia 24 de abril de 2001, na sede do Sindicato.
- Entrevista 11 a – Heraclides Padilha dos Santos – 62 anos de idade e pai de 4 filhos. É natural de Santo Ângelo, sendo que esteve acampado em São Miguel das Missões durante um ano e 8 meses. É um dos assentados no Assentamento Segredo Farroupilha de Encruzilhada do Sul. Integra a coordenação do MST local. Entrevista concedida no dia 15 de maio de 2001, em sua residência.
- Entrevista 11 b – Maria Nilse Rodrigues dos Santos – 50 anos de idade e mãe de um filho. É assentada no Assentamento Segredo Farroupilha de Encruzilhada do Sul, onde possui um lote em seu próprio nome, pelo fato de ser separada do marido. Faz parte da coordenação do Assentamento e integra a diretoria do STRs de Encruzilhada do Sul. Entrevista concedida no dia 15 de maio de 2001, na residência do Heraclides.
- Entrevista 11 c – Rosane Stasinski Líbano – 34 anos de idade – É casada com Lúcio Ribeiro Líbano e mãe de dois filhos. É comerciante em Encruzilhada do Sul e uma das pessoas que integrou o Grupo de Apoio aos Assentados do Assentamento Segredo Farroupilha de Encruzilhada do Sul. A entrevista foi realizada junto às duas anteriores, no dia 15 de maio de 2001, na casa do Heraclides.
- Entrevista 12 a – Antoninho Flores Mendonça (popular Toinho) – 36 anos de idade. Natural de Liberato Salzano, é casado com Nilza Tonete com quem tem uma filha (Morgana). Esteve acampado em Julio de Castilhos durante 7 meses. Atualmente é proprietário de um lote no Assentamento São Pedro da Fazenda da Quinta em Encruzilhada do Sul. É o coordenador geral do Assentamento. A entrevista foi nos concedida na sua casa, no dia 16 de maio de 2001.
- Entrevista 12 b – Nilza Tonete Mendonça – 31 anos de idade, esposa do Toinho. É natural de Trindade do Sul. Esteve no acampamento de Júlio de Castilhos durante 7 meses. Assentada no Assentamento São Pedro, trabalha na Pastoral da Criança junto aos assentados. A entrevista foi concedida no dia 16 de maio de 2001.

- Entrevista 13 – Frei Sérgio Antônio Goergen – 45 anos de idade. É frade franciscano. Atua junto aos movimentos sociais rurais desde o início da década de 1980. Mora no Assentamento do MST em Tupanciretã e assessora o MST, o MPA e o MAB. Integrou o governo Olívio Dutra nos dois primeiros anos de governo, tendo atuado no Departamento de Reforma Agrária junto à Secretaria da Agricultura. Participou de duas greves de fome. É autor dos livros: O massacre da Fazenda Santa Elmira – Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária – A resistência dos pequenos gigantes. A entrevista foi nos concedida na sua casa, em Tupanciretã, no dia 10 de junho de 2001.
- Entrevista 14 – Rogério Heinen – 44 anos de idade. Casado com Goretti, é pai de dois filhos. É pequeno agricultor. Mora no interior de Venâncio Aires, onde planta fumo. Integra a coordenação municipal do MPA em Venâncio Aires. Também é conselheiro do Orçamento Participativo no Estado do RS. A entrevista foi realizada no dia 27 de abril de 2001, na sede do MPA que funciona junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de Venâncio Aires.
- Entrevista 15 – Áureo Scherer – 34 anos de idade. Tesoureiro do STR de Arroio do Meio, integrante da coordenação estadual do MPA e coordenador da equipe nacional de negociações do MPA. Junto com Gilberto Tutenhagen e Rudimar Müller, forma o trio da coordenação estadual na região. A entrevista foi concedida no dia 14 de maio, na sede do STR de Arroio do Meio.
- Entrevista 16 – Lucilda Kuhn – 62 anos de idade. É casada com Abílio Kuhn desde 1982. Mora no interior de Cruzeiro do Sul. Participa dos Movimentos Populares desde 1971. Era integrante do MER (Movimento de Evangelização Rural), que tinha atuação destacada em Vacaria, Antônio Prado, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha e Ijuí. Hoje integra a coordenação do MMTR de Cruzeiro do Sul. Entrevista realizada no dia 24 de abril de 2001.
- Entrevista 17 – Eronita Biasibetti Hammes – 49 anos de idade. É casada com Hugo Hammes, com quem tem 4 filhos. É vice-presidente do STRs de Arroio do Meio e coordena o MMTR em Arroio do Meio e na região do Alto Taquari. Entrevista realizada no dia 14 de maio, na sede do STR de Arroio do Meio.
- Entrevista 18 – Rosange Marisa Lehmen de Moraes – 39 anos de idade – É casada com José de Moraes, com quem tem dois filhos. É formada em biologia, sendo professora da disciplina no Colégio Cônego Albino Juchen de Venâncio Aires. Integra o MJDH de Venâncio Aires desde sua fundação, em 1985. na entrevista participaram ainda: José Luiz de Moraes (estudante), Iuri João Azeredo (coordenador regional da Divisão da Criança e do Adolescente do Departamento da Cidadania do Governo do Estado em Santa Cruz do Sul), Ivanice Ferreira Azeredo (professora) e Nestor de Azeredo (sindicalista, radialista, vereador e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Venâncio Aires). A entrevista, num primeiro momento foi respondida por escrito pela Rosange. Num segundo momento tivemos um encontro do grupo, onde se completaram as respostas. Este momento foi realizado no dia 26 de maio de 2001, na casa da Rosange.

- Entrevista 19 a – Elírio Jerônimo Felício – 46 anos de idade. É casado com Eloísa de Fátima dos Santos, com quem tem 9 filhos. Está ligado à Consciência Negra desde 1983. Hoje é o coordenador do Grupo “União e Consciência Negra de Santa Cruz do Sul”. Entrevista realizada na casa da mãe dele, no dia 29 de abril de 2001.
- Entrevista 19 b – Lúcia de Fátima Felício – 39 anos de idade. É irmã do Elírio. Integra o Grupo “União e Consciência Negra de Santa Cruz do Sul”, sendo compositora de várias músicas. A entrevista foi realizada no dia 29 de abril de 2001, junto com o Elírio.
- Entrevista 20 – Lionor Pinheiro de Sá Lopes – 51 anos de idade. É professora aposentada, trabalhando atualmente na SME de Venâncio Aires. É uma das coordenadoras do Movimento de Consciência Negra de Venâncio Aires, onde participa desde 1989. A entrevista foi realizada no dia 15 de junho de 2001, na casa da Lionor.
- Entrevista 21 – Neri da Costa – 27 anos de idade – Professor em Santa Cruz do Sul e Sinimbu – É o vice-presidente do “Em Busca da Paz” e vice-presidente da Anistia Internacional, seção brasileira. Entrevista realizada no dia 25 de junho de 2001, na casa do Neri.
- Entrevista 22 – Iuri João Azeredo – 36 anos de idade. É casado com Ivanice Ferreira, com quem tem uma filha. Atualmente é Coordenador da 6ª Coordenadoria Regional da Divisão da Criança e do Adolescente em Santa Cruz do Sul, e membro da Arco-Íris Associação Ecológica de Venâncio Aires. A entrevista foi realizada nas dependências do SINE de Santa Cruz do Sul, no dia 08 de junho de 2001.
- Entrevista 23 – André Michel Müller – 35 anos de idade. É casado com Elisabete Cristina Barreto, com quem tem dois filhos. É Engenheiro Agrônomo com atuação na Emater de Arroio do Meio. Integra a equipe de coordenação da Ecobé (ONG ambientalista). Entrevista concedida no dia 1º de julho de 2001, na sua residência, em Arroio do Meio.
- Entrevista 24 – Décio Francisco Weber – 59 anos de idade. É padre da Diocese de Santa Cruz do Sul. Foi Coordenador de Pastoral da Diocese entre os anos de 1980 a 1987. Atualmente é coordenador do CDFPT (Centro Diocesano de Formação Pastoral e Teológica) de Santa Cruz do Sul, pároco da Paróquia de Moinhos em Lajeado e assessor das CEBs na Diocese. A entrevista foi realizada no dia 29 de maio, na paróquia de Moinhos, Lajeado.

Procedimentos metodológicos usados nas Entrevistas

As entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 2000 a julho de 2001. Três delas foram respondidas por escrito (as entrevistas de número 1, 18 e 20), sendo que tivemos a oportunidade de conversar com as pessoas que responderam as entrevistas de número 18 e 20, completando, inclusive, as respostas com outras perguntas suscitadas pelas respostas dadas. Todas as outras entrevistas foram gravadas em fita cassete e transcritas ao papel, posteriormente.

Para as entrevistas havia um roteiro preliminar de perguntas que, em alguns casos foi enviado anteriormente às pessoas e em outros não. No transcurso da entrevista

foram se acrescentando outras perguntas, de acordo com o interesse despertado no entrevistador.

Em todas as entrevistas se repetiam seis questões que são o eixo que orienta a Dissertação. São elas as questões referentes ao relacionamento com a Igreja Católica, ao Meio Ambiente, à Reforma Agrária, à Educação, à Saúde e à participação da mulher.

A duração média de cada entrevista foi de uma hora, sendo que algumas chegaram a durar uma hora e meia e outras foram respondidas em 45 minutos.

Todas as entrevistas foram feitas pelo próprio autor da Dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991, p. 13-22.

AQUINO, Ruben Santos Leão de. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1999. 599 p.

ASSMANN, Hugo. *Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente*. Petrópolis: Vozes, 1998. 238 p.

_____; HINKELAMMERT, Franz J. *A idolatria do Mercado: ensaio sobre economia e teologia*. Petrópolis: Vozes, 1989. 455 p.

ATAS da FAG - Frente Agrária Gaúcha de Venâncio Aires. Livro nº 1, 1970 a 1973.

ATAS das CEBs da Diocese de Santa Cruz do Sul – Livro 1,

ATAS da Pastoral Operária da Diocese de Santa Cruz do Sul. Livro nº 1, 1985 a 1990.

ATAS das Reuniões dos Setores de Pastoral da Diocese de Santa Cruz do Sul. Livro nº 1, 1975 a 1987.

ATAS do CPD - Conselho de Presbíteros da Diocese de Santa Cruz do Sul. Livros números I, II, III e IV – 1967 a 1997.

BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha: ação político-ideológica da Igreja Católica no Movimento Camponês do Rio Grande do Sul*. 1986, 196 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural - Faculdade de Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre. 1986.

BAUMANN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998. 267 p.

BECKER, Dinizar. *A economia política contemporânea: algumas considerações lógico-metodológicas*. Avulso, 2000a.

_____. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. In: BECKER, D. e BANDEIRA, Pedro (org). *Desenvolvimento local-regional: Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000b, p. 129-147.

BEYER, Peter F. A privatização e a influência pública da religião na sociedade global. In: FEATHERSTONE, Mike (coord). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 395-420.

BEZERRA, Gregório. *História das Mulheres*. Disponível: <<http://www.Brasil-outros500.org.br/brasmulher.htm>> Acessado: 24/07/2001.

BINGEMER, Maria Clara L. (org.). *O impacto da modernidade sobre a religião*. São Paulo: Loyola, 1992. 298 p.

BOFF, Clodovis et al. *Cristãos: como fazer política*. Petrópolis: Vozes, 1987. 165 p.

_____. Uma análise de conjuntura da Igreja católica no final do milênio. In: LESBAUPIN, Ivo, STEIL, C., BOFF, C. *Para entender a conjuntura atual: neoliberalismo, Movimentos Populares, Igreja Católica e ONGs*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 51-81.

BOFF, Leonardo. *Nova Era: a civilização planetária*. São Paulo: Ática, 1994. 87 p.

_____. *Princípio-terra: a volta à terra como pátria comum*. São Paulo: Ática, 1995. 80 p.

_____. *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1998. 174 p.

BOHN, Sinésio. O fim do mundo. In: *Integração: o jornal da comunidade diocesana*. Santa Cruz do Sul, agosto/1999, p. 2.

BOLETIM DIOCESANO. Santa Cruz do Sul: Secretariado Diocesano de Pastoral, outubro de 1974 a dezembro de 1996. Edição mensal.

BOLETIM INFORMATIVO DO REGIONAL SUL 2 – CNBB Rio Grande do Sul e Santa Catarina – nº 1 (1963) e nº 2 (1964).

BRANDÃO, Antonio Carlos, DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos culturais de juventude*. 15. ed. São Paulo: Moderna, 1990. 120 p.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. 331 p.

BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974. 417 p.

CALDART, Roseli Salete. *Sem-Terra com poesia: a arte de recriar a história*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 45-53

CALDERÓN, Fernando, JELIN, Elizabeth. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n.5, p. 67-85, outubro 1987

CANCINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 266 p.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Igreja e Desenvolvimento*. São Paulo: CEBRAP, 1971. 218 p.

CARMO, Luciano. *Uma chance para a paz*. Disponível: <www.opopular.com.br/pop/25nov99/blabla.htm> : Acessado: 20/07/2001.

CARDOSO, Ruth L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORGE, B., ALMEIDA, M. Hermínia (Org). *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 215-239.

CARTAS CIRCULARES: Dom Alberto Frederico Etges (Carta nº 01 de 1959 à Carta nº 05 de 1969).

CARVAJAL, Luis Gonzáles de. Iglesia. In: TORRES QUEIRUGA, Andrés. *10 palabras clave en Religión*. Estella (Navarra): Editorial Verbo Divino, 1992, p. 337-365.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAJEADO – UNIVATES – Banco de dados Regional. Disponível: <http://www.fates.tche.br/valeemdados/a1/n2/emprego_formal.html> Acesso em 21/06/2001.

COMBLIN, José. *Cristãos rumo ao século XXI: nova caminhada de libertação*. São Paulo: Paulus, 1996. 373 p.

_____. *O Neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 182 p.

_____. *Teologia da Cidade*. São Paulo: Paulinas, 1991. 301 p.

COMIN, Álvaro Augusto. A experiência de organização das Centrais Sindicais no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso el al. *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1994, p. 359-392.

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. *Relatório Azul: Garantias e Violações dos Direitos Humanos no RS*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1995.

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. *Relatório Azul: Garantias e Violações de Direitos Humanos: 199/2000*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 2000.

CONDIN, Linda M. Os movimentos sociais urbanos, a questão da organização e a democracia interna. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 20/21, n. 1/2, p. 31-60, 1989/1990.

CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Conclusões da conferência de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1975. 168 p.

_____. *Conclusões da conferência de Puebla*. São Paulo: Paulinas, 1979. 429 p.

CNBB. *A Igreja e a questão ecológica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. 55 p.

_____. *Brasil – 500 anos – Diálogo e Esperança: Carta à sociedade brasileira e às nossas comunidades*. Documentos da CNBB, 65. São Paulo: Paulinas, 2000. 43 p.

_____. *Comissão Justiça e Paz*. Estudos da CNBB, 38. S. Paulo: Paulinas, 1983. 77 p.

_____. *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil: 1999-2002*. Documentos da CNBB, 61. São Paulo: Paulinas, 1999. 198 p.

_____. *Educação, Igreja e Sociedade*. Documentos da CNBB, 47. S. Paulo: Paulinas. 1992. 84 p.

_____. *Exigências cristãs de uma ordem política*. Documentos da CNBB, 10. São Paulo: Paulinas, 1977. 21 p.

_____. *Igreja e problemas da terra*. São Paulo: Paulinas, 1980. 38 p.

_____. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. Documentos da CNBB, 62. São Paulo: Paulinas, 1999. 131 p.

CONSELHO Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. *Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Rio Pardo (1ª parte)*. Santa Cruz do Sul: COREDE-VR; EDUNISC, 1998. 140 p.

CRUZ, Antônio. *A janela estilhaçada: a crise do discurso do novo sindicalismo*. Petrópolis: Vozes, 2000. 250 p.

CRUZ, Valéria de Almeida. Quando se rompem as comportas: o resgate do sujeito coletivo. In: _____. *A construção do sujeito sindicalista: entre a resistência e a reprodução*. 1998, f. 32-50. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado em Sociologia Social da Personalidade) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1998.

DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; São Paulo: Edusp, 1992. 199 p.

DEBALD, Blasius Silvano. *Nossa História: História da Juventude Católica da Diocese de Santa Cruz do Sul, durante o episcopado de Dom Alberto Etges – 1959/1986*. Porto Alegre: Alcance, 2001. 118 p.

DE DUVE, Christian. *Poeira vital: a vida como imperativo cósmico*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 443 p.

DEMO, Pedro. Dialética e qualidade política. In: HAGUETTE, André et al. *Dialética Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 116-144.

_____. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, C. R. (org.) *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 104-130.

_____. *Introdução à metodologia da ciência*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 118 p.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DO SUL. *6º Plano Diocesano de Pastoral Orgânica: 1996-1999*. Santa Cruz do Sul: Secretariado Diocesano de Pastoral, 1996. 52 p.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DO SUL. *7º Plano Diocesano de Evangelização: diretrizes da ação evangelizadora*. Secretariado Diocesano de Pastoral, 2000. 34 p.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995. 353 p.

_____. Igreja e Movimentos Sociais pós-70 no Brasil. In: SANCHIS, Pierre (Org). *Catolicismo: Cotidiano e Movimentos*. São Paulo: Loyola, 1992, p.. 275-305.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 438 p.

_____. Globalização e tendencias institucionais. In: Dowbor, L., IANNI, O. RESENDE, E. (Orgs). *Desafios da Globalização*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 9-16.

_____. *O Mosaico Partido: a economia além das equações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 143 p.

DURÃO, Jorge Eduardo Saaveda. Igreja e movimentos populares rurais. In: LESBAUPIN, Ivo. *Igreja – Movimentos populares – Política no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983, p. 35-44.

- ENTRENA DURÁN, Francisco. Estructuras Sociales y Estructuras de poder en América Latina. *Revista de Fomento Social*, Madrid: n. 48, p. 205-226, 1993.
- EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: v.2, n. 4, p. 11-23, abril 1984.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 302 p.
- Ferrari, Sergio. Entrevista a Leonardo Boff.. Disponível: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/bib/Boff.asp>> Acessado: 23/08/2001.
- FOLHA DO MATE: Venâncio Aires, 06/10/1972 a 03/10/1996.
- FOLLMANN, José Ivo. *Igreja, ideologia e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 1985. 207 p.
- FORÇA DO VALE: Encantado, 13/01/1995 a 22/12/1995; 11/04/1997 a 30/11/1998.
- FREI BETTO. Igreja e movimentos populares urbanos. In: LESBAUPIN, Ivo. *Igreja – Movimentos Populares – Política no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983, p. 27-34.
- _____. *Vamos mudar!* Carta aos Amigos – Ano III – Nº 36, março 2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. *Metodologia da Pesquisa Educacional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991, p. 71-90.
- FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 383 p.
- FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 81 p.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE - Siegfried Emanuel Heuser: *Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul 1998 V. 30*. Porto Alegre, 2000 (CD ROM. Windows 95).
- _____. Disponível: <<http://www.fee.tche.br/isma.htm>> Acessado: 28/11/2001.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A cultura do contentamento*. São Paulo: Pioneira, 1992. 114 p
- _____. *A sociedade justa: uma perspectiva humana*. Rio de Janeiro: Campus, 1996. 164 p.
- GARAUDY, Roger. *Religiões em guerra: o debate do século*. Lisboa: Editorial Notícias, [199_?]. 171 p.
- GAZETA DO CHIMARRÃO: Venâncio Aires, 05/06/1997 a 30/11/1998.
- GAZETA DO SUL: edição comemorativa dos 25 anos de instalação do Bispado de Santa Cruz do Sul. 15 de novembro de 1984. 72 p.
- GAZETA DO SUL: Santa Cruz do Sul, 26/11/1959 a 31/05/2000.
- GAUDIUM et Spes. In: *Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1968, p. 143-256.
- GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, Paulo Afonso et al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998, p. 122-141.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991. 177 p.

GIEHL, Walter. Diocese de Santa Cruz do Sul. In: *Gazeta do Sul*, 15/11/84, p. 3-5.

GOES, César Hamilton Brito. *A Comissão Pastoral da Terra: história e ambivalência da ação da Igreja no Rio Grande do Sul*. 1997. 213 f. Dissertação (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

GOHN, Maria da Glória. As relações Sociedade Civil e Estado nos anos 90: perspectivas sobre a participação. *Serviço Social e Sociedade*, S. Paulo: Cortez, n. 36, p. 13-20, agosto de 1991.

_____. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995. 213 p.

_____. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez Editora, 1992. 114 p.

_____. *Movimentos Sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991. 184 p.

_____. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 172 p.

_____. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997. 383 p.

GÖRGEN, Frei Sérgio. *A resistência dos pequenos gigantes: a luta e a organização dos pequenos agricultores*. Petrópolis: Vozes, 1998. 102 p.

GRÍCOLIIOKOI, Zilda Marcia. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 220 p.

GRIGULÉVICH, José. *La Iglesia católica y el movimiento de liberación en América Latina*. Moscou, URSS: Editorial Progreso, 1984. 507 p.

GUDYNAS, Eduardo. O movimento ambientalista latino-americano – múltiplas sementes de mudança. In: *REB – Revista eclesialística Brasileira*. Petrópolis: Vozes, v. 52, fasc. 205, março de 1992, p. 45-63.

HAGUETTE, André et al. *Dialética hoje*. Petrópolis: Vozes, 1990. 175 p.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999. 326 p.

HASTENTEUFEL, Zeno (org). *A Voz do Pastor: Coletânea das alocações de Dom Vicente Scherer na Rádio Difusora de Porto Alegre nos anos de 1961 a 1966*. Porto Alegre, 2001. 1 Disquete, 3 ½ pol. Word for Windows 7.0.

_____. *Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Editora Acadêmica Ltda, 1987. 301 p.

_____. História da Arquidiocese de Porto Alegre. *Teocomunicação*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 26, n. 113, p. 371-386, setembro 1996.

HISTÓRIA do MST. Disponível: <<http://www.mst.org.br/historico/historial.htm>>
Acessado: 29/08/2000.

IANNI, Octavio. *Classe e Nação*. Petrópolis: Vozes, 1986. 139 p.

INTEGRAÇÃO: Jornal da Comunidade Diocesana. Santa Cruz do Sul: Secretariado Diocesano de Pastoral, março de 1997 a dezembro de 2000. Edição mensal.

- JOÃO XXIII. *Carta Encíclica Mater et Magistra*. 10 ed. S. Paulo: Paulinas, 1999. 83 p.
- JOÃO PAULO II. *Carta encíclica Fides et Ratio*. São Paulo: Paulinas, 1998. 141 p.
- _____. *Carta Encíclica Laborem Exercens*. 11 ed. São Paulo: Paulinas, 1999. 97 p.
- _____. *Carta encíclica Sollicitudo rei socialis*. São Paulo: Paulinas, 1988. 98 p.
- JORNAL DO SUDESTE: Encruzilhada do Sul, 13/01/1979 a 08/12/2000.
- JORNAL OPINIÃO: Encantado, 30/03/1972 a 21/10/2000.
- KUMAR, Krishan. *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 210 p.
- KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. São Paulo: Paulinas, 1993. 186 p.
- _____. *Uma ética global para a política e a economia mundiais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 475 p.
- KUNZ, Edmundo. *Queremos ser gente*. Porto Alegre: Palotti, 1977. 71 p.
- LABURTHE-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. *Etnologia-Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 1997. 461 p.
- LACROIX, Michel. *Por uma moral planetária: contra o humanicídio*. São Paulo: Paulinas, 1996. 164 p.
- LAKATOS, E. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992. 235 p.
- LAUSCHNER, Roque. A nova carta de princípios doutrinários e programáticos do movimento circulista e a Doutrina Social da Igreja. In: SCHÜHLY, G., KÖNIG, H. SCHNEIDER, J. *Consciência social: a história de um processo através da Doutrina Social da Igreja*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994, p. 217-226.
- LEAL, Rogério Gesta. *Direitos Humanos no Brasil: desafios à democracia*. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 176 p.
- LEÃO XIII. *Carta Encíclica Rerum Novarum*. 10 ed. São Paulo: Paulinas, 1965. 58 p.
- LEROY, Jean Pierre. Movimentos Sociais nos anos 90: Balanço e perspectivas. In: *Seminário sobre Movimentos Sociais*, realizado na PUC/RJ, no dia 30 de setembro de 1999. 3 fitas cassetes (145 min), 3 ¾ pps., mono. Palestra.
- LESBAUPIN, Ivo. Hegemonia neoliberal, democracia em declínio e reação da sociedade civil. In: LESBAUPIN, I., STEIL, C., BOFF, C. *Para entender a conjuntura atual: neoliberalismo, movimentos populares, Igreja Católica e ONGs*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 9-36.
- LIVRO TOMBO: Paróquia São Sebastião Mártir de Venâncio Aires. Livro nº 4 (1960 a 1978).
- LOBOS, Julio. *Sindicalismo e Negociação*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. 343 p.
- MAINWARING, Scott. A JOC e o surgimento da Igreja na Base (1958-1970). *REB - Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 43, fasc. 169, março 1983, p. 28-92.

_____. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 300 p.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Formação Sindical: história de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996. 212 p.

MARONI, Amnérís. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 130 p.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989. 137 p.

_____. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. 173 p.

MEJIA, Marco Raúl. *Transformação social: Educação popular e movimentos sociais no fim do século*. São Paulo: Cortez, 1996. 88 p.

MOREIRA, Alberto; ZICMAN, Renée (Org.). *Misticismo e novas religiões*. Petrópolis: Vozes, 1994. 168 p.

MOVIMENTO Negro. Disp: <<http://www.brasil-outros500.org.br/zumborgres.htm>>: Acessado: 24/07/2001.

MUNCK, Geraldo L. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais. In: *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 40, nº 1, 1977, p. 105-125.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade. In: DOWBOR, L., IANNI, O., RESENDE, P. (Orgs). *Desafios da globalização*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 74-94.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: _____. (Org). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996, p. 62-105.

NOAL, Fernando Oliveira. *O movimento ecologista no Rio Grande do Sul: uma abordagem histórico-social de sua trajetória no período 1970-1995*. 1999, 148 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. 1999.

O ALTO TAQUARI: Arroio do Meio, 27/01/1968 a 28/01/2000.

O INFORMATIVO: Vale do Taquari. Lajeado, 20/04/1974 a 27/05/1999.

OLIVEIRA, Carlos Alonso et al. (Org). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1994. 671 p.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2001. 233 p.

ORO, Ari Pedro, STEIL, Carlos Alberto (org.) *Globalização e Religião*. Petrópolis, Vozes, 1997. 262 p.

PACE, Enzo. Religião e Globalização. In: ORO, A.P.; STEIL, C. A. (Org). *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, 1997, p 25-42.

PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Loyola, 1985. 279 p.

- PALÁCIO, Carlos. Igreja e sociedade no Brasil: 1960-1982. In: LESBAUPIN, Ivo (org). *Igreja – Movimentos Populares – Política no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983, p. 9-25.
- PAULO VI. *Carta Encíclica Populorum Progressio*. 12. ed. São Paulo: Paulinas, 1990. 66 p.
- PEGORARO, Olinto. *Ética é Justiça*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 132 p.
- PERUZZO, Cecília Krohling. *Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998. 303 p.
- PIEDONÁ, E.; FURLANETTO, I.; SOUZA, J. *História da PJ no Brasil*. Porto Alegre: Instituto de Pastoral da Juventude, 1990. 103 p.
- RABUSKE, Arthur. A contribuição teuta à Igreja Católica no RS. *Teocomunicação*. Porto Alegre: PUC, n. 37, p. 194-223, agosto 1977.
- RABUSKE, Irineu José. *Jesus Exorcista: Estudo exegético e hermenêutico de Mc 3,20-30*. São Paulo: Paulinas, 2001. 369 p.
- ROIG, Montserrat. El feminismo. In: GIL, Marta Lopez. *Filosofia, modernidad u posmodernidad*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1996, p. 180-181.
- ROLIN, Francisco C. Comunidades Eclesiais de Base e camadas populares. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Brasiliense, n. 22, p. 89-115, 1980.
- RODRIGUES, Iram Jácome. A trajetória do Novo Sindicalismo. In: _____. *O Novo Sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 73-94.
- ROUSSET, Pierre. *O ecológico e o social: combates, problemas, marxismos*. Disponível: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/bib/roussetpor.asp>> Acessado: 23/08/2001.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. *Atores Políticos e Lutas Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. 315 p.
- _____. *Metamorfoses da cidadania: sujeitos sociais, cultura política e institucionalidade*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999. 276 p.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em casa: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 320 p.
- SADER, Emir (org.) *Movimentos sociais na transição democrática*. S. Paulo: Cortez Editora, 1987.
- SADER, E.; GENTILI, P. (orgs). *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis: Vozes, 1999. 182 p.
- SALEM, Helena (coord.). *A Igreja dos oprimidos*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1981. 231p.
- SANTANA, Marco Aurélio. Política e História em Disputa: o ‘Novo Sindicalismo’ Metalúrgico nos anos 90. In: RODRIGUES, Iram J. *O Novo Sindicalismo: vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1999, p. 133-162..
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1999. 348 p.

_____. *Quais os limites e possibilidades da cidadania planetária?* Disponível: <<http://iota.procergs.com.br/sitedb/forumsocialmundial>. Acessado: 24/01/2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. 273 p.

SCHAAF, Alie van der. *Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001. 312 p.

SCHERER, Vicente. *A questão agrária*. Coletânea dos pronunciamentos sobre a questão agrária feitos por Dom Vicente Scherer. Porto Alegre [s. n.], 1967. 150 p.

_____. Perigo Comunista. In: *UNITAS: boletim da Arquidiocese de Porto Alegre*. Ano L – Setembro de 1961 – Fascículo 2-3, p. 114-117.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Associativismo civil e interculturalidade na sociedade global*. Movimentos Sociais e a Dimensão Intercultural. Disponível: <<http://www.ufmt.br/revistas/arquivo/ver%2001/original/movimentossociaiseadimens.html>>. Acessado em 08 de maio de 2001.

_____. Movimentos Sociais e a dimensão intercultural. In: FLEURY, Reinaldo Matias (org). *Intercultura e Movimentos Sociais*. Florianópolis: Mover, NUP, 1998, p. 31-32.

_____. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, Eduardo J. et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis, UFSC, 1998, p. 161-180.

_____. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1996. 123 p.

_____; KRISCHE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 297 p.

SCHMIDT, João Pedro. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. 369 p.

_____(coord). *Sindicatos de trabalhadores dos Vales do Rio Pardo e Taquari*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1994. 40 p.

SCHÜHLY, G.; KÖNIG, H.; SCHNEIDER, J. O. (org.). *Consciência social: a história de um processo através da Doutrina Social da Igreja*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994. 429 p.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Desdobramentos do campo temático dos movimentos sociais. *Cadernos do CEAS*, Salvador: n. 144, p. 39-51, março/abril 1993.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira (org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOBRINHO, J. Batista Costa; AMADO, Wolmir T. Conferência dos Católicos do Brasil: Proposta de Organização. *Documento de Estudos: Subsídio à 1ª Conferência Nacional dos Leigos e Leigas Católicos do Brasil*. Goiânia, 2000, p. 24-31.

SOBRINO, John. *Jesus, o libertador: a história de Jesus de Nazaré*. Petrópolis: Vozes, 1996. 392 p.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. Movimentos sociais no Brasil: resenha temática. *Cadernos do CEAS*, Salvador: n. 116, p. 69-78, julho/agosto 1988.

- SOUZA, Luiz Eduardo Gómez de. Elementos éticos emergentes nas práticas dos Movimentos Sociais. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, n. 48, p. 73-84, 1990.
- STAVINSKI, Alberto V. A presença da Igreja na imigração polonesa do Rio Grande do Sul. *Teocomunicação*. Porto Alegre: PUC, n. 37, p. 232-242, agosto 1977.
- STEIL, Carlos Alberto. Movimento Popular e ONGs em tempos de globalização. In: LESBAUPIN, I.; STEIL, C.; BOFF, C. *Para entender a conjuntura atual: neoliberalismo, movimentos populares, Igreja Católica e ONGs*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 37-50.
- STRASBURGER, Adriano D. Emprego formal e nível de instrução. Disponível: <<http://www.fates.tche.br/valeemdados/a1/n2/empregoformal.html>> Acessado: 21/6/01.
- SUNG, Jung Mo. *Desejo, mercado e religião*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 134 p.
- TELLES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 247-283.
- TORRES QUEIRUGA, Andrés (director). *10 palabras clave en Religión*. Estella (Navarra): Editorial Verbo Divino, 1992. 365 p.
- TOURAINÉ, Alain. *Como sair do liberalismo?* São Paulo: EDUSP, 1999. 160 p.
- _____. *Crítica da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1995. 394 p.
- _____. *O que é a democracia?* Petrópolis: Vozes, 1996. 269 p.
- _____. *O Pós-Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 224 p.
- _____. *¿Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes*. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 1998. 314 p.
- TRIUNFO, Vera. Os negros e a evangelização. In: *Culturas oprimidas e evangelização no RS – Caderno nº 2 – Santa Cruz do Sul: Secretariado Diocesano de Pastoral, 1990. 19 p.*
- UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. *Religiosidade e catolicismo: análise das manifestações do catolicismo na região de abrangência da Diocese de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1996. (Relatório de pesquisa feita pelo Departamento de Ciências Humanas).
- UNITAS: *Boletim da Arquidiocese de Porto Alegre*. Ano L – Março de 1961 – Fascículo 1.
- VERONESE, Osmar. *FETAG/RS: 30 anos de luta 1963-1993*. Porto Alegre: FETAG/RS, 1993, p. 31-36.
- VOS, Herman; VERVIER, Jacques. *Utopia cristã e lógica econômica: tensões e diálogo*. Petrópolis, Vozes, 1997. 212 p.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. Movimentos sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Brasiliense, n. 25, 1980.
- WEBER, Décio. *A Diocese de Santa Cruz do Sul no contexto da Igreja do Brasil e do Rio Grande do Sul*. Avulso, 1990. 38 p.

ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1975. 285 p.